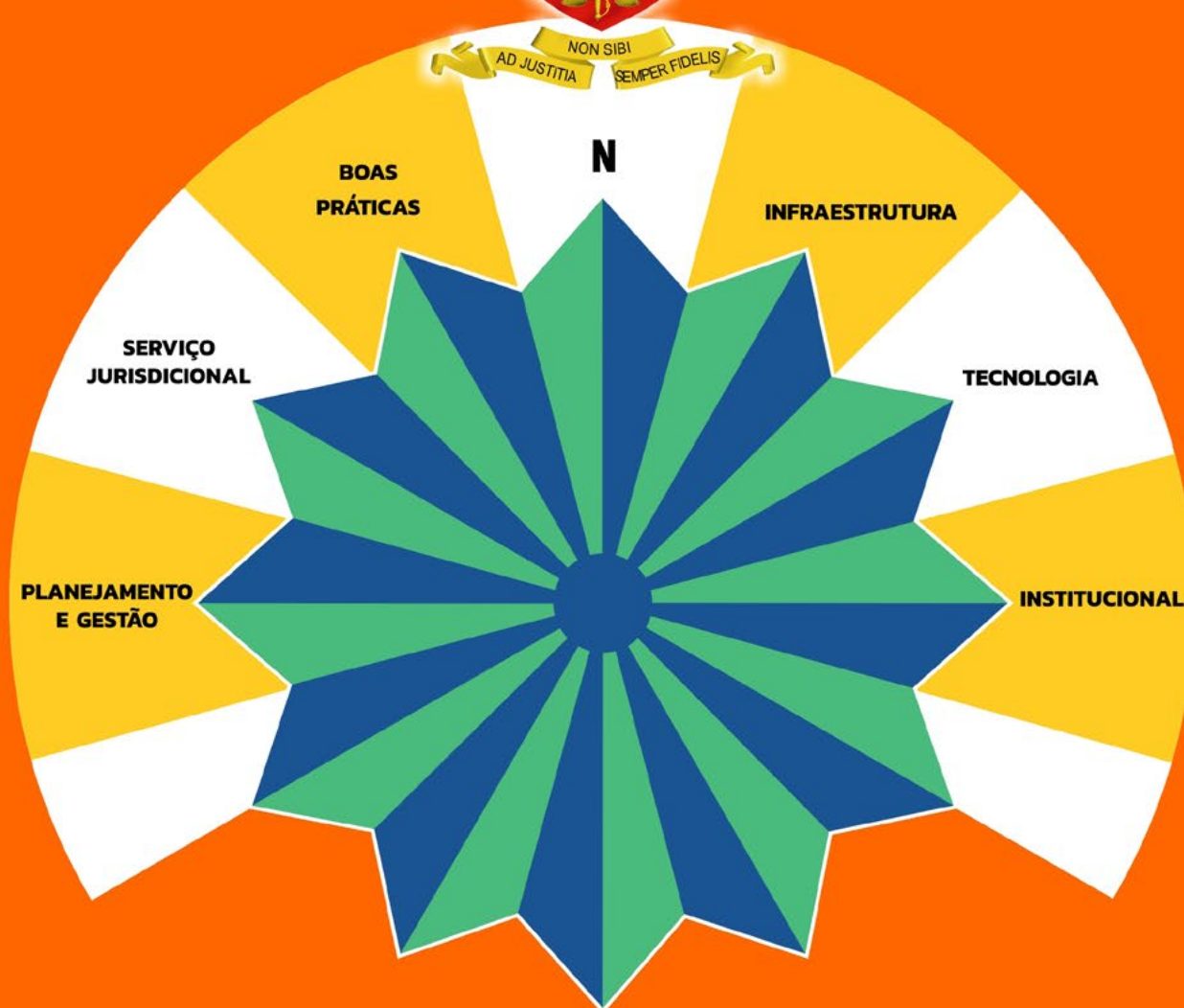


Relatório 2019

DE EXERCÍCIO



**Novos avanços
na melhoria dos
serviços de Justiça**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Relatório 2019 DE EXERCÍCIO

BELÉM

Apresentação



Concluo o primeiro destes dois anos da gestão, que meus eminentes pares me confiaram, celebrando novos avanços na permanente construção e modernização das estruturas e na qualificação operacional da Justiça paraense, homenageando, desde logo, meus ilustres antecessores pelas realizações nos respectivos tempos, na continuada melhoria da qualidade e na presteza da prestação de Justiça aos jurisdicionados.

Em fases de restrições de recursos, decorrentes da conjuntura econômica no País, com reflexos na receita do Estado, foram fundamentais a definição de prioridades e a racionalização de custos, compartilhados com Magistrados e Servidores. Permitiram a realização dos compromissos inseridos em meu discurso de posse e incorporados ao Plano de Gestão 2019-2021, objetivando uma jurisdição cada vez mais célere e eficaz.

Uma Central de Negócios foi instituída para melhorar a performance da apuração de dados que subsidiam o relatório do Justiça em Números, do CNJ. Magistrados e diretores de secretaria foram reciclados na gestão de unidades judiciárias e nos parâmetros estabelecidos pelo CNJ, para aferir a eficiência do Judiciário. Foi reduzida e simplificada a burocracia na movimentação de magistrados e empossados novos servidores.

O Índice de Eficiência Judiciária foi outra medida importante para a compreensão dos indicadores que o compõem, disponibilizado no portal interno com atualização diária para que todos possam acompanhar o próprio desempenho e

melhorar a nossa performance no atendimento às demandas judiciais.

A reformulação do Portal da Transparência, tarefa que envolveu trabalho conjunto de vários setores administrativos do TJPA, para qualificar melhor as informações fornecidas ao cidadão, foi distinguida pelo CNJ no ranking elaborado sobre o tema, no qual o TJPA aparece como o primeiro tribunal estadual com melhor desempenho entre as cortes similares de todo o País.

As correções integradas, voltadas à melhoria dos resultados nas unidades judiciais, são outro exemplo de mudança estrutural que retira o foco dos processos para priorizar as metas a serem alcançadas, otimizando recursos e integrando as equipes aos objetivos estratégicos da instituição.

Uma outra conquista significativa foi a consolidação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em todas as Varas de competência Cível do Estado. Está em curso o processo de digitalização do acervo físico dessas unidades, essencial para a migração dos processos para o novo sistema, com um convênio envolvendo inicialmente três prefeituras do sudeste do Estado para a criação de uma Central de Digitalização na região sudeste do estado.

Importante destaque merece também o esforço que estamos fazendo para substituir o meio de integração de comunicações com as Comarcas. Nesse sentido, anoto que no início da gestão tínhamos 91 Comarcas interligadas via satélite e já em dezembro de 2019, reduzimos esse número para

apenas 27 Comarcas via satélite e caminhamos para substituir, integralmente esse meio de interligação, por meios terrestres mais céleres e confiáveis. Ainda no campo da tecnologia de informação e comunicação, reformulamos o BANCO DE DADOS Data Warehouse, que integra as bases de sistema do TJPA, permitindo às áreas finalística e administrativa o acesso a dados analíticos em tempo real, para subsidiar as rotinas de trabalho e acompanhar a evolução dos indicadores.

Foram implantadas novas salas de depoimento especial, essenciais para a oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violências, para que não sejam revitimizadas. Também foram intensificadas as ações em parceria com várias instituições governamentais e da sociedade civil no projeto de responsabilidade social “Acreditar no Amanhã”, que nos é particularmente caro, pois envolve famílias e crianças em idade escolar da antiga área de lixão na Região Metropolitana de Belém, no bairro do Aurá.

São avanços e melhorias que cada gestor e seus colaboradores, cada um ao seu tempo e nas possibilidades e circunstâncias dos respectivos períodos, tem e continuará tendo, empregando o melhor de sua vida e compromisso institucional. Neste biênio, os esforços têm contado com a valio-

sa compreensão e participação dos desembargadores, juízes, servidores e colaboradores.

Registro e agradeço, em particular, o trabalho intensivo em várias frentes de ação estratégica, desempenhado pela Des. Célia Regina Pinheiro, vice-presidente deste Tribunal. Igualmente precioso tem sido o auxílio das corregedoras da Capital e Região Metropolitana e do Interior, respectivamente, Desas. Maria de Nazaré Saavedra e Diracy Nunes Alves.

Nas páginas a seguir, estão detalhadas as ações desenvolvidas e as realizações efetivadas em todos os níveis e funções, valorizando e incentivando os quadros de Juízes e de Servidores a consequente melhoria no funcionamento das unidades judiciárias, acrescidos da reformulação de estruturas físicas, aperfeiçoamento de sistemas operacionais e na evolução e expansão dos recursos tecnológicos.

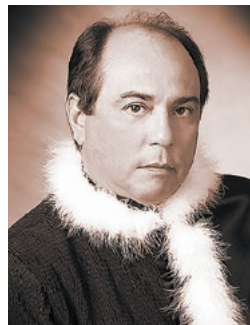
Há novas etapas a construir, com a mesma dedicação que merecem o nosso Tribunal de Justiça na sua superior responsabilidade de proporcionar bons serviços aos jurisdicionados e continuar a honrar os nomes e as contribuições de quantos participaram desta obra. Que Deus continue a nos abençoar, pelo bem da cidadania como pilar fundamental do Estado Democrático de Direito.



FOTO: RICARDO LIMA

Desembargador Leonardo de Noronha Tavares
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Biênio 2019-2021

Desembargadores



Des. Leonardo
de Noronha Tavares
PRESIDENTE
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO



Desª. Célia Regina
de Lima Pinheiro
VICE-PRESIDENTE
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO



Desª. Maria de Nazaré
Saavedra Guimarães
CORREGEDOR DA REGIÃO
METROPOLITANA



Desª. Diracy
Nunes Alves
CORREGEDORA DO
INTERIOR



Des. Milton Augusto
de Brito Nobre



Desª. Gleide
Pereira de Moura



Des. José Maria
Teixeira do Rosário



Desª. Maria do Céu
Maciel Coutinho



Desª. Maria Edwiges
Miranda Lobato



Des. Roberto
Gonçalves de Moura



Des. Rômulo José
Ferreira Nunes



Desª. Luzia Nadja
Guimarães Nascimento



Desª. Vania Valente do Couto
Fortes Bitar Cunha



Des. Raimundo
Holanda Reis



Desª. Vânia Lúcia
Carvalho da Silveira



Desª. Maria Filomena
de Almeida Buarque



Desª. Edinéa
Oliveira Tavares



Des. Luiz Gonzaga
da Costa Neto



Des. Mairton Marques
Carneiro



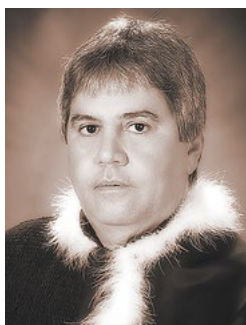
Desª. Ezilda
Pastana Mutran



Des. Constantino
Augusto Guerreiro



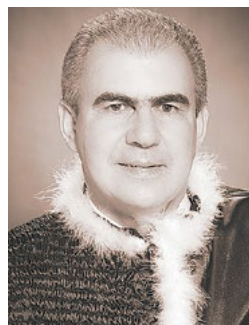
Desª. Maria de Nazaré
Silva Gouveia dos Santos



Des. Ricardo
Ferreira Nunes



Des. Leonam Gondim
da Cruz Júnior



Des. Ronaldo
Marques Valle



Desª. Maria Elvina Gemaque
Taveira



Desª. Rosileide Maria
da Costa Cunha



Desª. Nadja Nara
Cobra Medra



Des. José Roberto Pinheiro
Maia Bezerra Júnior



Desª. Rosi Maria Gomes de
Farias

Índice

Planejamento e Gestão

Governança	
Judiciário busca fontes alternativas para incrementar receitas próprias	14
Acesso à informação	
TJPA é destaque nacional em ranking de transparência	18
Eficiência	
Plano de Gestão já concluiu dez das ações planejadas	20
MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO 2015-2020	24
Justiça em números	
Central de Negócios aprimora a Gestão da informação no TJPA	27
Prestação jurisdicional	
Cursos esclarecem sobre Justiça em Números e gestão de unidades	36
Expansão	
Judiciário nomeia novos servidores e promove mais concursos públicos	42
Precatórios	
Municípios quitam dívidas e deixam o regime especial	46
Administração	
Biblioteca digital e programa de rádio incrementam a gestão da informação	50
Demandas repetitivas	
Padronização acelera tramitação de recursos especiais e extraordinários	54
Governança	
Controle Interno melhora transparência na prestação de contas do Judiciário	56

Serviço Jurisdicional

Garantia de direitos	
Juizados especiais promovem cidadania e pacificação social	60
Monitoramento	
GMF fiscaliza os sistemas de medidas penais e socioeducativas	66
Sistema carcerário	
Execução penal unificada digitaliza 14,2 mil processos	68
Solução de conflitos	
Nupemec abre mais três Cejuscs na capital e no interior do Estado	70
Facilitadores	
Cursos formam pessoal para aplicar a justiça restaurativa	74
Cultura de paz	
Casa de Justiça e Cidadania fez mais de 2 mil atendimentos	76
Ouvidoria Agrária	
Judiciário atua no combate à grilagem e na mediação de conflitos fundiários	80
PROMAG	
Tribunal desburocratiza movimentação na carreira	82

Boas Práticas

Ação social	
Alunos de Santana do Aurá melhoram as notas no Ideb	86
Biblioteca	
Projetos de leitura mobilizam jovens, crianças e reeducandos	88
Infância e Juventude	
Escolas do Marajó aprendem a enfrentar o abuso sexual	90

Projetos
TJPA institucionaliza ações para melhorar os indicadores **92**

Infraestrutura

Obras
Judiciário conclui os fóruns de Viseu e Vitória do Xingu **96**

Tecnologia

Modernização
Judiciário aperfeiçoa infraestrutura da tecnologia de informação e comunicação **104**

Institucional

Ressocialização
Começar de Novo busca trabalho para egressos do sistema penal **114**

Peritos
Cadastros garantem credibilidade aos profissionais técnicos e científicos **116**

Meio ambiente
Judiciário investe em reutilização de papel, coleta seletiva e qualidade de vida ... **118**

Normas
Comissão viabiliza a aprovação de atos normativos **120**

Diálogo
Ouvidoria lança projeto para facilitar acesso ao Judiciário **121**

Infância e Juventude
Cursos formam servidores para a garantia de direitos **122**

Formação
Escola Judicial capacitou mais de quatro mil pessoas em 2019 **128**

Digitalização
Central garante celeridade, responsabilidade social e economia **130**

Mulher
Cevid coordena enfrentamento e prevenção à violência doméstica **132**

Igualdade
Mulheres discutem participação no Judiciário sob a perspectiva de gênero **138**

Vice-Presidência
Desembargadora supervisiona cinco dos 11 macrodesafios do Poder Judiciário. **140**

Produtividade
GAS ajuda a reduzir o acervo de processos no desembargo **143**

Inclusão
Comissão de acessibilidade aumenta sua representação **144**

Segurança
Coordenadoria Militar recolheu quase oito mil armas em 89 comarcas **146**

Comunicação
Novas mídias pontuam avanços na comunicação **148**

Relatório 2019

DE EXERCÍCIO

Governança

Judiciário busca fontes alternativas para incrementar receitas próprias **14**

Acesso à informação

TJPA é destaque nacional em ranking de transparência **18**

Eficiência

Plano de Gestão já concluiu dez das ações planejadas **20**

MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO 2015-2020 **24**

Justiça em números

Central de Negócios aprimora a Gestão da informação no TJPA **27**

Prestação jurisdicional

Cursos esclarecem sobre Justiça em Números e gestão de unidades **36**

Expansão

Judiciário nomeia novos servidores e promove mais concursos públicos **42**

Precatórios

Municípios quitam dívidas e deixam o regime especial **46**

Administração

Biblioteca digital e programa de rádio incrementam a gestão da informação **50**

Demandas repetitivas

Padronização acelera tramitação de recursos especiais e extraordinários **54**

Governança

Controle Interno melhora transparência na prestação de contas do Judiciário **56**

> Planejamento e Gestão

Serviço Jurisdicional

Boas Práticas

Infraestrutura

Tecnologia

Institucional

Judiciário busca fontes alternativas para incrementar receitas próprias

Selo digital, sistema integrado de arrecadação e convênios são algumas das medidas adotadas



Foi implantado, em 2019, o Sistema Integrado de Arrecadação Extrajudicial (SIAE), ferramenta do módulo de prestação de contas das receitas e despesas das serventias vagas e de seu manual, que permite o envio de forma eletrônica da prestação de contas e de todos os documentos que a integram, dando maior transparência e celeridade à operação.

Foi implantado, também, o Selo Digital nos Cartórios de 1º e 3º Ofício de Registro de Imóveis de Belém, processo que está em andamento nos dois cartórios com atribuição de Registro de Títulos e Documentos e nos três cartórios de Tabelionato de Protestos do município de Belém.

A expansão do Selo Digital possibilita aos usuários do serviço cartorário maior segurança na autenticidade dos atos notariais e registrais nas serventias extrajudiciais.

Permite, também, correções virtuais nos cartórios e aumento das possibilidades de fiscalização dos atos realizados e suas cobranças.

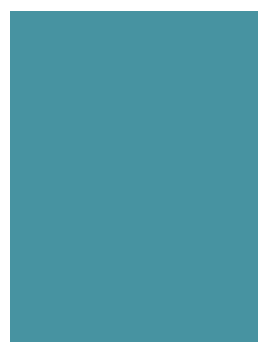
FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO - FRJ

148.116.646,00



2018 (realizada) (1)

165.937.175,00



2019 (provável) (2)

(1) Receita realizada a preços correntes.

(2) Receita provável, reestimada com base na receita realizada até setembro/2019

Fonte: SIAFEM/SEPLAN/TJPA

Juntamente com o selo digital, foi disponibilizada a ferramenta QR Code, que permite a leitura por aplicativo de celular e fornece acesso direto aos atos praticados.



ÉRIKA NUNES

O Desembargador Leonardo Tavares assina convênio com o prefeito Adonei Aguiar, de Curionópolis, no sudeste do Pará, para a implantação da Central de Digitalização; acompanhado pelas corregedoras do Interior e da Capital, respectivamente, Desembargadoras Diracy Nunes Alves e Maria de Nazaré Saavedra

Convênios compensam perda de receita com aplicações financeiras

Em 2019, o País apresentou uma conjuntura econômica caracterizada por inflação baixa, recuo das taxas do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) e economia desacelerada, como demonstra o reduzido crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Esse quadro compromete a frágil situação fiscal de Estados e Municípios, agravada pelas incertezas fiscais e a não aprovação das reformas necessárias ao equilíbrio das contas públicas.

“

A EXPANSÃO DO SELO DIGITAL POSSIBILITA AOS USUÁRIOS DO SERVIÇO CARTORÁRIO MAIOR SEGURANÇA NA AUTENTICIDADE DOS ATOS NOTARIAIS E REGISTRAIS NAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

”

Diante da conjuntura, o TJPA buscou fontes alternativas para enfrentar a perda de receita de aplicações financeiras do Poder Judiciário, provocada pelas quedas na Taxa Selic, que restringiu a capacidade de investimento com recursos próprios para viabilizar o financiamento com infraestrutura tecnológica e predial.

Foram firmados, por exemplo, convênios no valor de R\$ 4,1 milhões, com as prefeituras de Parauapebas, Canaã dos Carajás e Curionópolis, no sudeste do Pará, para implantar a Central de Digitalização de processos na região.

Outro convênio importante foi firmado com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), para instalar o Sistema de Videoaudiência que permitirá audiências e visitas virtuais em 29 varas de competências criminais, no valor total de R\$ 4,3 milhões.

Receitas próprias tiveram incremento de 12%

Houve um incremento de 12%, em relação a 2018, na arrecadação das Receitas Próprias que compõem o Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ), de R\$ 148.116.646,00 (cento e quarenta e oito milhões, cento e dezesseis mil e seiscentos e quarenta e seis reais), em 2018, para uma arrecadação provável, em 2019, de R\$ 165.937.175,00 (cento e sessenta e cinco milhões,

novecentos e trinta e sete mil e cento e setenta e cinco reais).

Esse crescimento é produto da intensificação nas fiscalizações, *in loco* e *on line*, das custas judiciais e da taxa de fiscalização devida pelos cartórios extrajudiciais, bem como ao ingresso dos recursos de convênios firmados no atual exercício. Mais de 700 fiscalizações já foram realizadas em 2019.



Reunião no TJPA discute convênio com Departamento Penitenciário Nacional (Depen) para a instalação de videoconferência no âmbito do sistema penal do Pará

RICARDO LIMA

RECEITA DO TESOIRO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

R\$ 956.124.587

R\$ 998.575.525



2018 (realizada) (1)

2019 (provável) (2)

(1) Receita realizada a preços correntes.

(2) Receita provável, reestimada com base na receita realizada até setembro/2019

Fonte: SIAFEM/SEPLAN/TJPA

Orçamento do Judiciário teve acréscimo de 4,4%

Para financiar as despesas com Pessoal e Encargos Sociais e demais despesas compulsórias, decorrentes de relações trabalhistas do Tribunal de Justiça, o Judiciário contou, em 2019, com um acréscimo de apenas 4,4% dos recursos do Tesouro Estadual, na forma estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para este exercício foi consignado crédito orçamentário de R\$ 998.575.525,00 (novecentos e noventa e oito milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e quinhentos e vinte e cinco reais), contra os R\$ 956.124.587,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões, cento e vinte e quatro mil e quinhentos e oitenta e sete reais) consignados em 2018.

TJPA é destaque nacional em ranking de transparência

CNJ distingue tribunais que divulgam informações claras ao público em seus canais na internet



Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) foi o primeiro entre os Tribunais de Justiça Estaduais com melhor desempenho no ranking da Transparência. Entre todos os Tribunais do País, o TJPA figura em sexto lugar. O ranking da Transparência tem como objetivo estimular os órgãos a disponibilizarem suas informações de forma mais clara e padronizada à sociedade e, assim, facilitar o acesso aos dados dos conselhos e tribunais.

O CNJ coordenou a coleta dos dados enviados pelos tribunais e conselhos para elaboração do ranking. Os tribunais deveriam responder, entre outras questões, se divulgavam endereços, telefo-

nes, horários de atendimento ao público e levantamento estatístico sobre a atuação do órgão em suas páginas na Internet e se disponibilizam ferramentas de pesquisa, assim como os rendimentos dos magistrados e servidores dos tribunais e conselhos. As informações devem estar disponíveis nas páginas dos órgãos em seus respectivos sítios eletrônicos.

Os órgãos também devem disponibilizar ao público informações relativas a licitações, íntegras de contratos firmados, de projetos, termos, acordos e licitações, desde que não tenham sido considerados sigilosos.

RICARDO LIMA



A Vice-Presidente do TJPA, Desembargadora Célia Regina Pinheiro, conduziu os esforços para que o Judiciário do Pará se adequasse às exigências do CNJ com relação à transparência das informações a respeito do Poder divulgadas no sites oficiais, que resultaram na boa posição no ranking oficial, conquistada pelo Estado

“

**OS TRIBUNAIS
TAMBÉM DEVEM
DISPONIBILIZAR AO
PÚBLICO INFORMAÇÕES
RELATIVAS A
LICITAÇÕES, ÍNTEGRAS
DE CONTRATOS
FIRMADOS, DE
PROJETOS, TERMOS,
ACORDOS E
LICITAÇÕES, DESDE
QUE NÃO TENHAM
SIDO CONSIDERADOS
SIGILOSOS**

”

Plano de Gestão já concluiu dez das ações planejadas

O Plano de Gestão 2019-2021 agrega a diversidade de perspectivas, pois foi produzido por equipes de trabalho das áreas judicial e administrativa



execução de medidas de prevenção e repressão à exploração sexual de crianças e adolescentes e a expansão da atribuição da Ouvidoria Agrária para conflitos coletivos fundiários, rurais e urbanos, passando a ser denominada Ouvidoria Fundiária Estadual, são duas das dez ações já efetivadas no âmbito do Plano de Gestão do biênio 2019-2021. O Plano obedece às diretrizes nacionais do CNJ e foi produzido de forma coletiva por equipes de trabalho das áreas judiciais e administrativas, para agregar a diversidade de opiniões.

São 64 ações e 306 etapas, cuja execução é acompanhada pelo Sistema de Monitoramento de Planejamento (SIMPLAN). Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE) periódicas analisam a execução do Plano no âmbito do Colegiado de Planejamento e Gestão Estratégica, responsável pelo enfrentamento aos macrodesafios e ações do Plano. É nessa instância que são feitas alterações e outras ações necessárias ao bom desempenho do Plano. Houve quatro Reuniões de Avaliação da Estratégia e, atualmente, a execução do Plano de Gestão 2019-2021 encontra-se do seguinte modo:

“

REUNIÕES DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA (RAE) ANALISAM A EXECUÇÃO DO PLANO NO ÂMBITO DO COLEGIADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA, RESPONSÁVEL PELO ENFRENTAMENTO AOS MACRODESAFIOS E AÇÕES PLANEJADAS

”

AÇÕES PLANEJADAS: 64

AÇÕES CONCLUÍDAS: 10

IEPG = **15,63%**

AÇÕES EM ANDAMENTO: 50

AÇÕES NÃO INICIADAS: 4

Entre as ações concluídas, destacam-se também:

- > Aprimoramento do Programa Estadual de Digitalização;
- > Implantação da UPJ Criminal no 2º Grau;
- > Implantação do projeto Eficiência Judiciária;
- > Formação em Justiça em Números e em Gestão de unidades judiciárias
- > Aprimoramento da gestão participativa na elaboração de metas e políticas judiciárias
- > Aprimoramento da movimentação da carreira de servidores.

A média de execução do plano de Gestão por macrodesafio é de 53,9%.

Índice de Eficiência Judiciária - IEJud

O painel de Gestão Judiciária foi reformulado em plataforma de inteligência de negócios, para disponibilizar às unidades judiciárias de 1º grau ferramentas estratégicas, analíticas e operacionais para melhor gestão.

O novo painel apresenta o Índice de Eficiência do Judiciário Paraense (IEJud), formado a partir de 7 indicadores: Taxa de Congestionamento, Índice de Atendimento à Demanda (IAD), Índice Produtividade de Magistrado (IPM), Índice de Produtividade de Servidor (IPS), Meta 1, Meta 2 e Processos Paralisados há mais de 100 dias. A lista de processos com características específicas também é disponibilizada, para facilitar a operacionalização das atividades das secretarias e gabinetes judiciais.

O IE-Jud está localizado no Portal Interno do TJPA, em espaço próprio, no Painel de Gestão Judiciária, com atualização diária, referente aos últimos 12 meses.

Planejamento Estratégico

O Plano Estratégico do TJPA 2015-2020 é composto de 11 macrodesafios, distribuídos em 38 iniciativas estratégicas, que delineiam caminhos institucionais para alcançar seus objetivos e ações estratégicas, divididas por perspectivas de recursos, processos internos e sociedade. O Plano é alinhado à

Estratégia Nacional estabelecida pela Resolução nº 198/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Já houve duas revisões de meio termo ao Planejamento Estratégico instituído, preservando a sua estruturação básica, mas com alguns ajustes pontuais em indicadores e metas, sejam com inclusões e/ou exclusões.

No exercício de 2018 foram traçadas 21 metas, das quais 7 foram alcançadas, o que representa 33,33% do definido para o período.

Metas alcançadas:

- > Aumento de 43% no número de pessoas beneficiadas com ações de cidadania.
- > Alcançou 139% no Índice de Atendimento à Demanda (IAD).
- > Alcançou 63,4% o número de novos processos eletrônicos.
- > Alcançou 103% dos acordos pré-processuais homologados nos Cejuscs.
- > Aumentou em 74 p.p. o índice de julgamento de ações de execução judicial cível.
- > Capacitação de 71% do total de magistrados e servidores do TJPA, totalizando 3.790 pessoas.
- > Concluiu 81% das ações programadas no Plano de Gestão em cada biênio.

Divulgação

A divulgação do Planejamento Estratégico entre magistrados e servidores incluiu o envio do banner do Mapa Estratégico a todas as Comarcas do Pará, além de palestras nas ambientações de novos servidores concursados e durante as visitas institucionais, com distribuição de folders.

Plano Plurianual

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento governamental, que demonstra a disponibilidade de recursos que serão utilizados nos próximos quatro anos, e apresenta de forma regionalizada diretrizes, objetivos e me-



Quadro mostra os 11 macrodesafios a serem enfrentados no período entre 2015-2020

tas da administração.

O PPA é uma exigência prevista nas constituições Federal e Estadual. No âmbito do Judiciário paraense, o plano possui uma diretriz que se divide em programas, que por sua vez se desdobram em ações orçamentárias, convertidas no orçamento anual e executadas por meio de produtos. É utilizado um glossário para definição dos objetivos das ações.

A construção do Plano Plurianual para o período de 2020-2023 foi feita em observância ao Planejamento Estratégico do TJPA 2015-2020 e seus respectivos macrodesafios, iniciativas estratégicas, indicadores e metas, e alinhada ao Plano de Gestão 2019-2021 do TJPA.

A estrutura do PPA 2020-2023 tem uma diretriz estratégica, denominada Sociedade de Direitos, que incorpora dois programas.

O primeiro, chamado Atuação Jurisdicional, se

desdobra em 37 ações, que têm o objetivo de aprimorar a gestão judiciária. Busca o aperfeiçoamento da gestão da infraestrutura física e tecnológica do Poder Judiciário, por meio do aparelhamento, melhoria da infraestrutura física e tecnológica e da segurança.

Manutenção da Gestão do Poder Judiciário é o segundo programa delineado no PPA 2020-2023, que engloba 38 ações e busca executar atividades de gestão administrativa, como folha de pagamento, plano de saúde, assistência médica e odontológica, auxílios e obrigações patronais.

Ressalte-se que a sociedade teve a oportunidade de participar na elaboração do PPA do Poder Judiciário, por meio de uma consulta pública ao cidadão, que sugeriu mudança na redação do título das ações, na descrição dos objetivos e nos produtos do Programa de Atuação Jurisdicional do PPA 2020-2023.

O Poder Judiciário do Pará totalizou 75 ações no PPA 2020-2023, divididas em duas unidades orçamentárias: FRJ (50 ações) e TJ (25 ações).

Incremento à baixa processual estimula eficiência no Judiciário

O Programa de Incremento de Baixa Processual (PIB) é produto do esforço conjunto da Presidência, da Coordenadoria dos Juizados Especiais e das Corregedorias da Região Metropolitana de Belém e do Interior. O PIB foi instituído para padronizar e uniformizar as movimentações processuais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O objetivo é garantir que as unidades judiciárias realizem de forma correta as movimentações de baixa processual e possam ter sua produtividade refletida fidedignamente no relatório Justiça em Números. Entre 1º de outubro e 18 de dezembro, as 148 unidades judiciárias que tinham mais de 500 processos julgados, mas pendentes de baixa processual em seu acervo, fizeram esforço concentrado para garantir a baixa correta dos processos nos sistemas de tramitação processual.

MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO 2015-2020

Mapa Estratégico mostra a missão, a visão e os valores da instituição, bem como os macrodesafios enfrentados pelo Judiciário paraense, na perspectiva da sociedade, dos processos internos e dos recursos, no período entre 2015 e 2020

MISSÃO: Realizar a justiça por meio da efetiva prestação jurisdicional com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito

VISÃO: Ser reconhecido pela sociedade como instituição acessível e confiável, voltada à pacificação social

VALORES: Acessibilidade
Credibilidade
Probidade

Transparência
Responsabilidade socioambiental
Humanização no atendimento

Eficiência
Ética
Participação

GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA

- Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente
- Fortalecimento de ações da Justiça Itinerante

- Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à solução de conflitos fundiários urbanos, rurais, ambientais e minerários
- Priorização do idoso em situação de vulnerabilidade

CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JUDICIAL

- Aperfeiçoamento da gestão do processo judicial eletrônico
- Aperfeiçoamento da estrutura judiciária
- Aprimoramento da gestão de processos e unidades judiciárias

COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

- Implementação de políticas institucionais para gestão de processos de combate à corrupção e à improbidade administrativa

ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO

- Fortalecimento de políticas e ações para resolução negociada de conflitos

GESTÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES

- Fortalecimento de mecanismos para redução de demandas repetitivas e grandes litigantes

IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

- Promoção de ações institucionais voltadas à solução de litígios em execução fiscal
- Gestão do cumprimento e da execução dos julgados cíveis

APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

- Enfrentamento à violência doméstica e familiar, contra o idoso, contra a criança e o adolescente e outros grupos vulneráveis
- Fortalecimento da justiça restaurativa
- Apoio a ações de ressocialização dos apenados e egressos
- Aperfeiçoamento dos sistemas de controle na área

MELHORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

- Implantação de modelo de gestão por competências
- Aprimoramento da formação de magistrados e servidores
- Fortalecimento da Política de atenção à saúde e qualidade de vida

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE CUSTOS

- Implantação da gestão de custos

INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

- Aperfeiçoamento da gestão dos recursos financeiros
- Modernização da infraestrutura do Poder Judiciário
- Aprimoramento da gestão estratégica
- Fortalecimento do sistema de controles internos do TJPA
- Aprimoramento das estruturas administrativas e jurisdicionais
- Otimização da gestão da informação documental
- Aprimoramento da comunicação interna e externa
- Fortalecimento de práticas sustentáveis
- Fortalecimento da gestão do 1º Grau de jurisdição

MELHORIA DE INFRAESTRUTURA E GOVERNANÇA DE TIC

- Inovação e modernização da infraestrutura de TIC
- Inovação e aperfeiçoamento da gestão do sistema de informação
- Aprimoramento da segurança da Informação
- Fortalecimento da governança na área de tecnologia de informação e comunicação

Foi instituído também o Grupo de Auxílio e Monitoramento (GAM), regulamentado para dar suporte técnico e operacional às unidades judiciárias, monitorando a evolução das baixas processuais e disponibilizando relatórios semanais para cada unidade judiciária e para a Presidência do Tribunal.

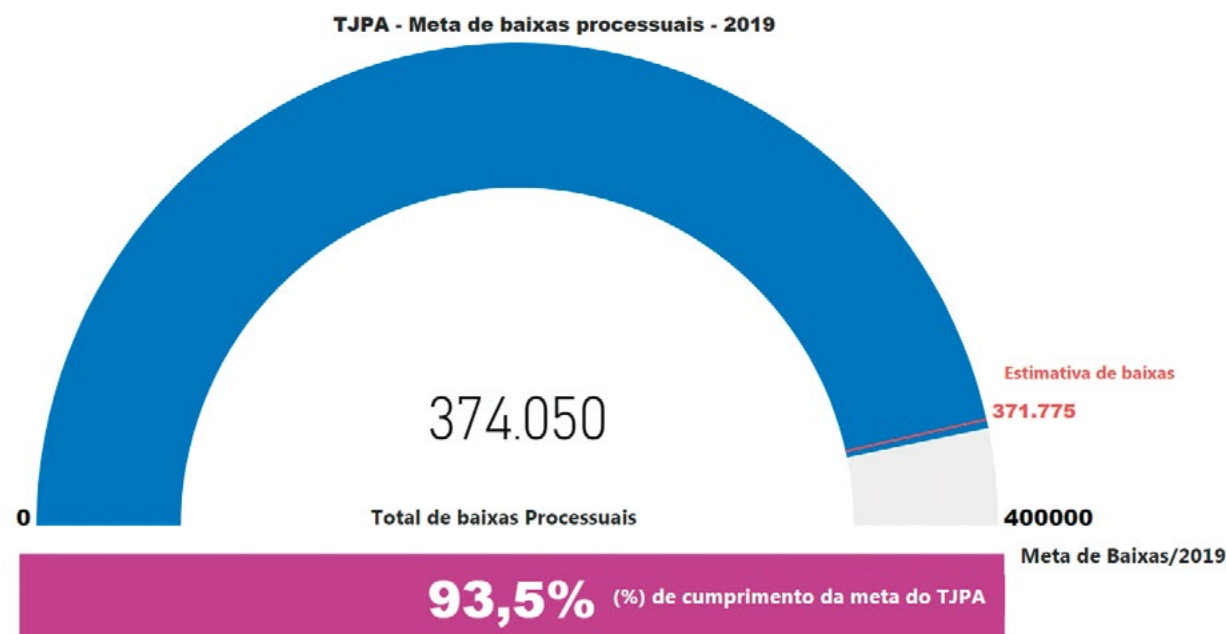
Com competência de coordenação, gerenciamento técnico e operacional, o GAM visitou 37 das unidades participantes, em três frentes de trabalho: juizados, unidades das regiões metropolitana e interior e varas de Fazenda e Execução Fiscal. Foram estabelecidas cooperações com a Defensoria Pública e com as procuradorias do Estado e do Município.

Foi criado o Portal PIB para orientar as unidades judiciárias participantes e assegurar o acesso aos normativos, esclarecimento de dúvidas frequentes, contatos, resultados por unidade judiciária, “baixômetro”, entre outros documentos.

A divulgação dos resultados foi importante para que cada unidade judiciária verificasse seu total de processos baixados pelo painel. Já o “baixômetro” trouxe o acompanhamento do desempenho geral do PIB em termos absolutos e percentuais.

Com o Programa, o TJPA baixou um total de 342.210 processos até dezembro, o equivalente a 85,6 % de cumprimento de meta estabelecida pelo TJPA.

O PIB foi um importante instrumento de gerenciamento para unidades judiciárias que tinham número elevado de processos julgados, porém pendentes de baixa processual. O monitoramento constante e a adequação da estratégia contribuíram para incrementar as baixas processuais, produto que expressa a eficiência do Poder Judiciário, e, conseqüentemente, o crescimento do IEJud (Índice de Eficiência Judiciária da unidade), pois a baixa processual influencia vários dos índices que o compõe.



Justiça em números

Central de Negócios aprimora a Gestão da informação no TJPA

Objetivo é melhorar a eficiência na consolidação dos dados que fundamentam a ação do Judiciário



transparência na prestação de contas dos serviços do Poder Judiciário à sociedade. Este é o principal objetivo da Central de Negócios do TJPA, instituída para aprimorar a consolidação de informações dos sistemas corporativos da instituição, em cooperação com a Comissão de Informática.

A Central de Negócios define, revisa e gerencia as regras de negócios para garantir a confiabilidade dos processos de extração, transformação e carregamento de dados, conforme os processos estatísticos do CNJ, no que diz respeito às Metas e aos indicadores do Relatório da Justiça em Números.

Em 2019, a Central de Negócios emitiu no-

tas técnicas relacionadas ao acervo do 2º Grau, à movimentação de processos no sistema Libra, à redistribuição de processos no 2º grau e à suspensão de processos e incidentes processuais. Também elaborou o Guia Prático do Índice de Eficiência Judiciária (IE-Jud), reestruturou o Data Warehouse (DW) para o tratamento de 12 dúvidas negociais, acompanhou os dados para o Relatório da Justiça em Números 2019, criou um novo painel de Gestão Judiciária, encerrou o sistema Projudi nos Juizados Especiais, com a migração dos processos para o PJe, cujo sistema foi expandido com treinamento pela plataforma EAD-TJPA.

A Central de Negócios colabora para definir regras de negócios que uniformizem procedimentos e gerem parâmetros para o monitoramento pelos sistemas informatizados.

Esses procedimentos asseguram qualidade e veracidade às informações estatísticas publicadas no Relatório Justiça em Números, meio pelo qual o Poder Judiciário presta contas à sociedade dos recursos públicos recebidos.

A Central de Negócios do TJPB foi instituída pela Portaria nº 641/2019-GP, de 07/02/2019, e tem sua composição regulamentada pela Portaria nº 642/2019-GP, de 11/02/2019.

Guia Prático do Índice de Eficiência Judiciária, produto lançado pela Central de Negócios para orientar as unidades judiciárias quanto às providências necessárias à apuração do próprio desempenho, metrificado em estatísticas

“

A CENTRAL DE NEGÓCIOS COLABORA PARA DEFINIR REGRAS DE NEGÓCIOS QUE UNIFORMIZEM PROCEDIMENTOS E GEREM PARÂMETROS PARA O MONITORAMENTO PELOS SISTEMAS INFORMATIZADOS

”

AIRTON NASCIMENTO



Consultas públicas orientam metas do Judiciário nacional

No período de 25 de junho a 19 de julho de 2019 ocorreram duas consultas públicas no TJPB: uma de ampla abrangência, na qual a sociedade pôde contribuir com a proposta de Metas Nacionais para 2020 do Poder Judiciário, e recebeu a opinião de jurisdicionados, operadores de direito, órgãos do sistema de Justiça e sociedade civil. No mesmo período foi realizada outra consulta pública com magistrados e servidores.

A divulgação da consulta foi feita por vários meios de comunicação, entre os quais mídia digital (site do Tribunal de Justiça, Instagram da Escola Judicial) e por meio de cartazes na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, afixados nos gabinetes e secretarias, Unidade de Processamento Judicial (UPJ), secretarias de Direito Penal, corregedorias e plenários. Também foram entregues cartazes para afixação no Ministério Público do

Estado, Defensoria Pública, Procuradoria Geral de Justiça e Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará (OAB).

Também foi realizada divulgação presencial junto ao Fórum Criminal da Capital, no Fórum Cível e na Escola Judicial, com o apoio dos técnicos da Coordenadoria de Gestão Estratégica.

Nas duas consultas foram recebidos 1.040 questionários preenchidos, incluindo a proposta de meta para o ano de 2020 na área temática da Atenção à Infância e à Juventude.

A consulta é o mecanismo de transparência e de gestão participativa, o que vem sendo incrementado para que ocorra de forma colaborativa, conforme dispõe a Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº. 221/2016. São passos a serem trilhados para o futuro da Justiça brasileira, pensados e elaborados de forma democrática.

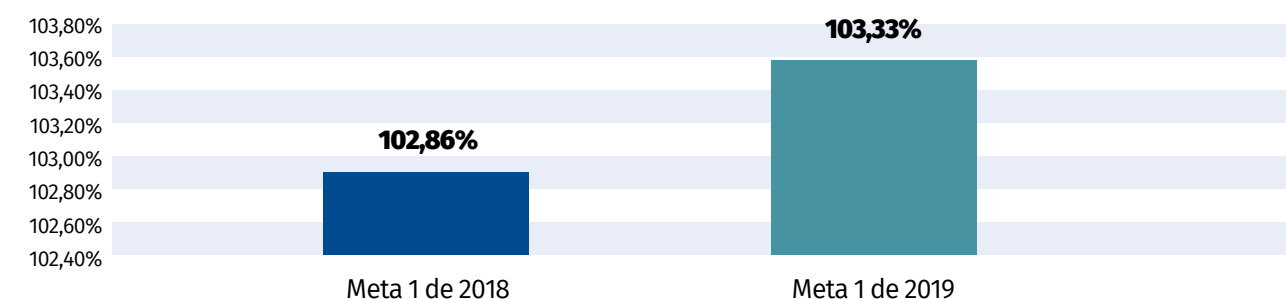
Metas Nacionais

META 1 (produtividade) – Julgar mais que a distribuição

O TJPB cumpriu 103,33% da Meta 1 de 2019 considerando o resultado de todos os segmentos (1º grau, 2º grau, julgados e turmas recursais), com

aumento de 0,47 pontos percentuais em relação ao resultado do ano anterior.

GRAU DE CUMPRIMENTO - TJPB



FONTE: ORACLE BUSINESS INTELLIGENCE

As unidades de justiça do 1º grau receberam quase 274 mil processos nos últimos 24 meses, enquanto os juizados especiais apresentaram demanda processual superior a 84 mil novas ações no mesmo intervalo de tempo. Considerando todos os segmentos, o Tribunal de Justiça do Estado recebeu pouco mais de 425 mil casos novos.

REGIÃO/SEGMENTO	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS 2018	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS 2019	PROCESSOS DISTRIBUÍDOS NO ÚLTIMO BIÊNIO
1º Grau	134.751	139.155	273.906
Juizados Especiais	42.554	41.716	84.270
2º Grau	19.609	30.227	49.836
Turma Recursal	9.124	7.899	17.013
Total de processos distribuídos	206.038	218.987	425.025

FONTE: ORACLE BUSINESS INTELLIGENCE

No ano de 2019 a justiça paraense julgou quase 7% a mais que no ano anterior, contribuindo decisivamente para a melhoria dos resultados da Meta 1. Na soma dos dois últimos anos, o TJPA produziu mais de 438 mil sentenças, em todas as suas instâncias.

REGIÃO/SEGMENTO	SENTENÇAS 2018	SENTENÇAS 2019	TOTAL DE SENTENÇAS NO ÚLTIMO BIÊNIO
1º Grau	139.658	153.941	293.599
Juizados Especiais	46.031	42.179	88.210
2º Grau	20.437	24.244	44.681
Turma Recursal	5.804	5.937	11.741
Total de sentenças/julgamentos	211.930	226.301	438.231

FONTE: ORACLE BUSINESS INTELLIGENCE

Considerando apenas os resultados da justiça comum (1º grau), das 16 regiões judiciárias que formam a estrutura do 1º grau de justiça, 13 cum-

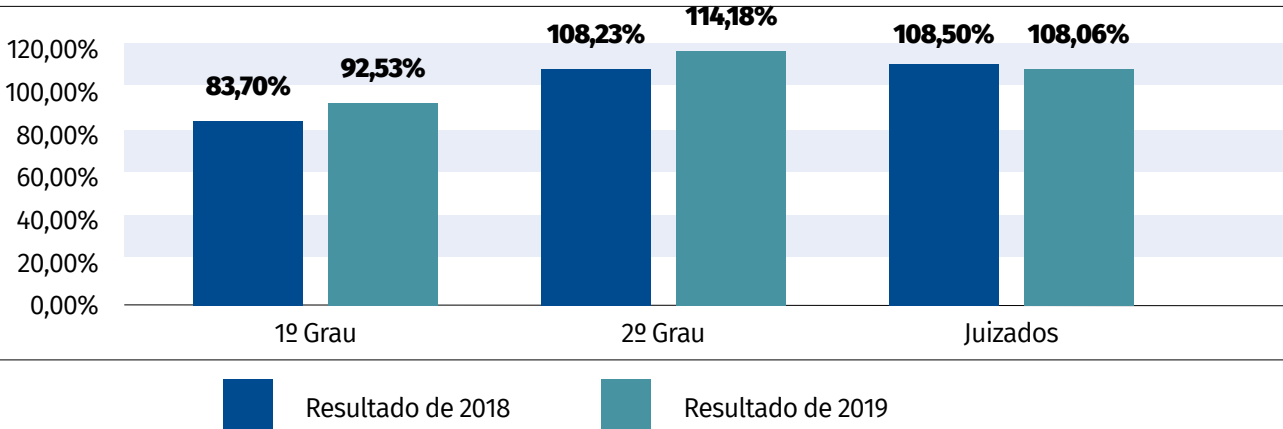
priram a meta 1 em 2019. As demais obtiveram resultados acima de 86% de cumprimento.

REGIÃO JUDICIÁRIA	DISTRIBUIÇÃO	SENTENÇAS	GRAU DE CUMPRIMENTO	SITUAÇÃO
REGIÃO CENTRAL - BELÉM	26.560	35.495	133,65%	Meta Cumprida
3º REGIÃO JUDICIÁRIA - ABAETETUBA	5.600	7.199	128,53%	Meta Cumprida
1º REGIÃO JUDICIÁRIA - ANANINDEUA	11.848	14.253	120,29%	Meta Cumprida
8º REGIÃO JUDICIÁRIA - BREVES	4.672	5.615	120,16%	Meta Cumprida
2º REGIÃO JUDICIÁRIA - TOMÉ AÇU	2.571	2.989	116,21%	Meta Cumprida
10º REGIÃO JUDICIÁRIA - TUCURUÍ	6.100	6.838	112,08%	Meta Cumprida
15º REGIÃO JUDICIÁRIA - SANTARÉM	13.507	15.014	111,15%	Meta Cumprida
16º REGIÃO JUDICIÁRIA - ITAITUBA	3.057	3.262	106,67%	Meta Cumprida
14º REGIÃO JUDICIÁRIA - ALTAMIRA	5.255	5.497	104,59%	Meta Cumprida
9º REGIÃO JUDICIÁRIA - CAMETÁ	6.661	6.927	103,98%	Meta Cumprida
5º REGIÃO JUDICIÁRIA - CAPANEMA	9.701	10.043	103,51%	Meta Cumprida
13º REGIÃO JUDICIÁRIA - REDENÇÃO	4.025	4.167	103,50%	Meta Cumprida
12º REGIÃO JUDICIÁRIA - XINGUARA	4.217	4.237	100,45%	Meta Cumprida
11º REGIÃO JUDICIÁRIA - MARABÁ	18.045	16.861	93,43%	Meta Não Cumprida
4º REGIÃO JUDICIÁRIA - CASTANHAL	8.634	7.920	91,72%	Meta Não Cumprida
7º REGIÃO JUDICIÁRIA - SOURE	1.908	1.720	90,10%	Meta Não Cumprida
6º REGIÃO JUDICIÁRIA - PARAGOMINAS	6.794	5.904	86,89%	Meta Não Cumprida
RESULTADO DO 1º GRAU (SEM JUIZADOS)	139.155	153.941	110,62%	Meta Cumprida

FONTE: ORACLE BUSINESS INTELLIGENCE

META 2 (Celeridade) – Julgar os processos mais antigos

O TJPA finalizou o ano de 2019 cumprindo 92,53% da Meta 2 de 2019, considerando apenas os resultados do 1º grau, segmento que concentra 84% dos processos mais antigos. Fator crucial para a obtenção desse resultado foi o aumento das sentenças acumuladas no período, que passou de 214.100 em 2018 para 277.115 no último ano.

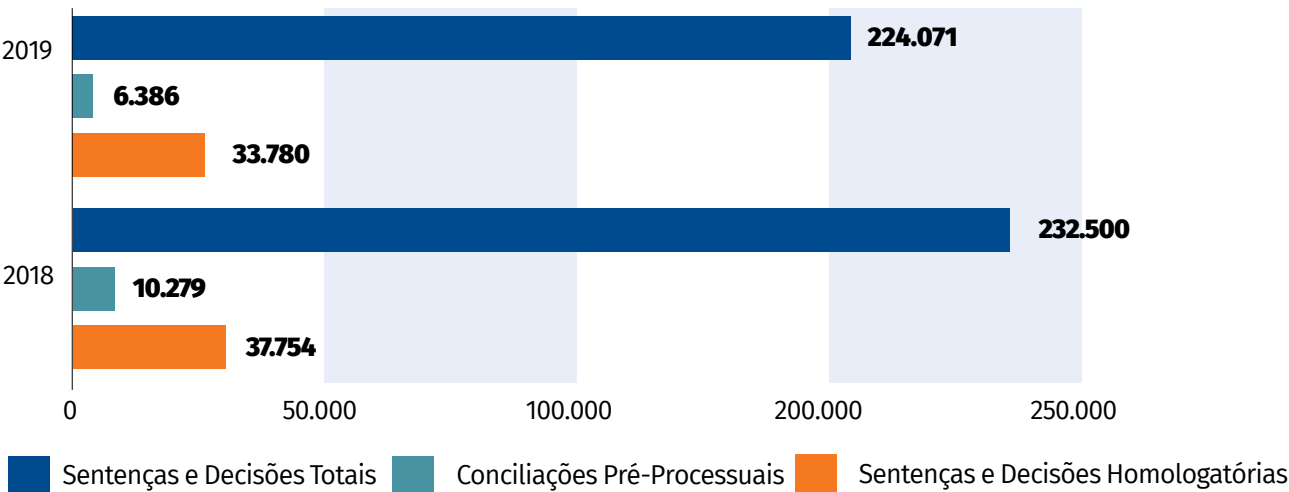


FONTE: ORACLE BUSINESS INTELLIGENCE

META3 (Conciliação) – Aumentar o índice de conciliação

Grau de Cumprimento **79,11%**

EVOLUÇÃO DAS VARIÁVEIS DA META 3

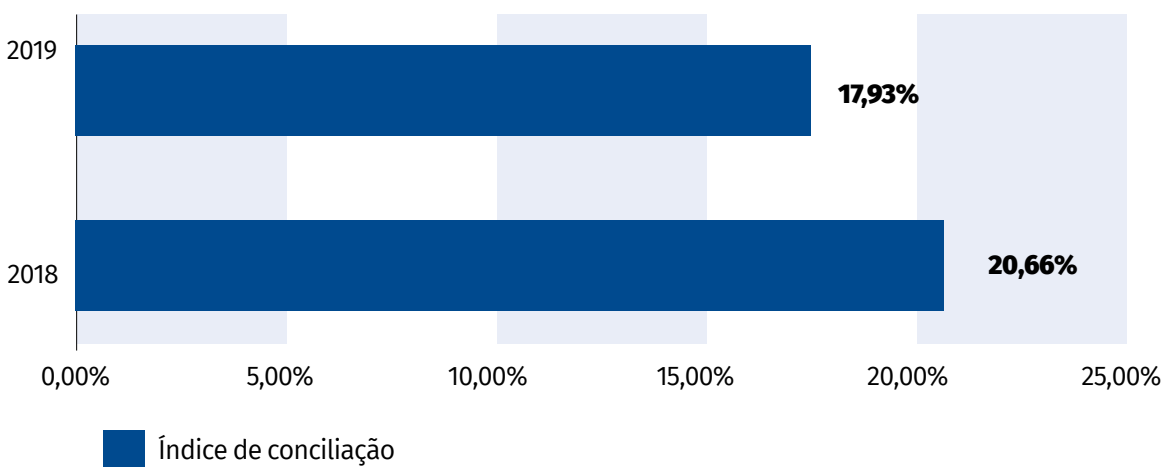


FONTE: CNJ

Em 2019, o Tribunal obteve 17,93% de conciliação nos processos em tramitação no Estado. Esse percentual representa a relação entre o total de decisões homologatórias, em que as partes realizam acordos em ações pré-processuais ou em ações já

judicializadas, e as decisões definitivas. Esse índice de conciliação garantiu ao Tribunal o cumprimento de 79,11% do objetivo estabelecido para a Meta 3 em 2019.

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO DA META 3

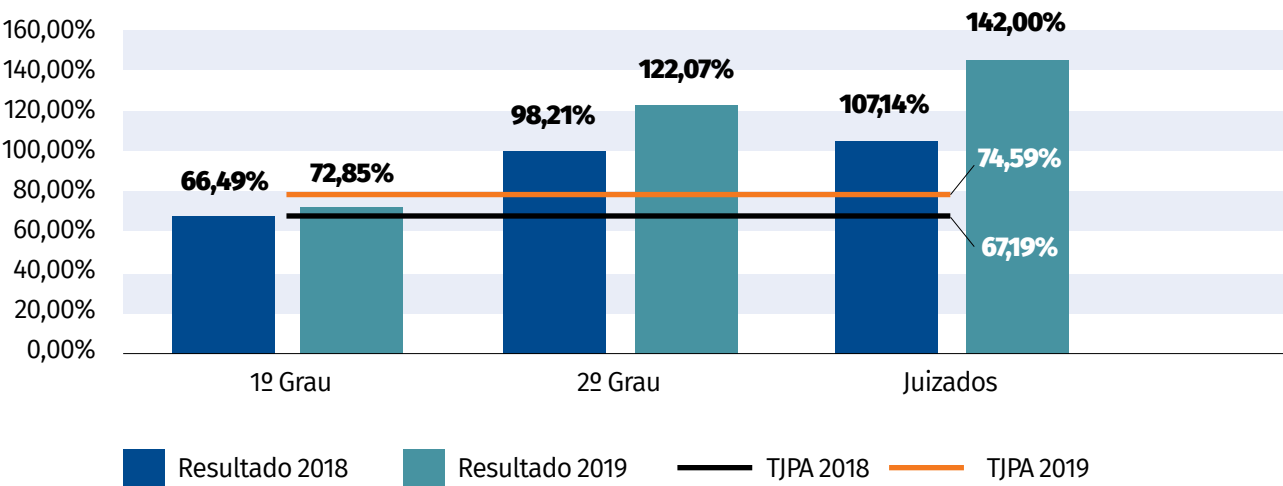


FONTE: CNJ

META4 (Corrupção) – Ações de improbidade e crimes contra a administração pública

Em 2019, o TJPA cumpriu 74,59% da Meta 4 de corrupção distribuídos até 2016. No ano anterior esse resultado tinha ficado em 67,19%.

GRAU DE CUMPRIMENTO DA META 4 POR SEGMENTO

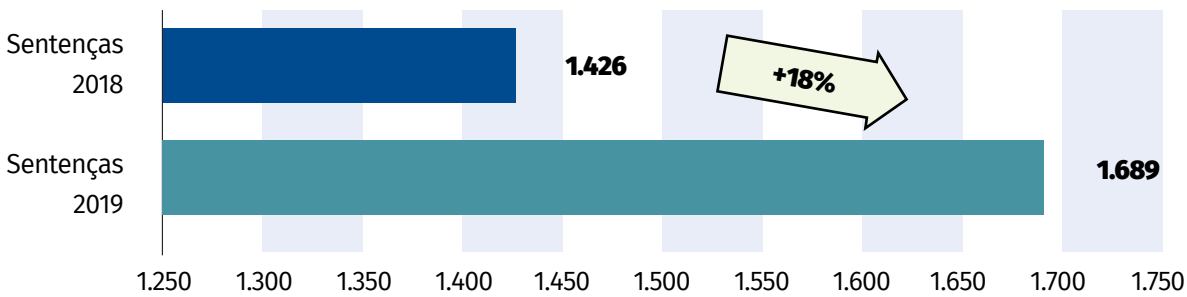


FONTE: ORACLE BUSINESS INTELLIGENCE

O resultado alcançado em 2019 foi influenciado pelo número de sentenças produzidas no 1º grau, que apresentou aumento de 18% em relação

ao ano anterior. Esse segmento de justiça responde por 97% do acervo da meta 4.

QUANTIDADE DE SENTENÇAS ACUMULADAS - 1º GRAU



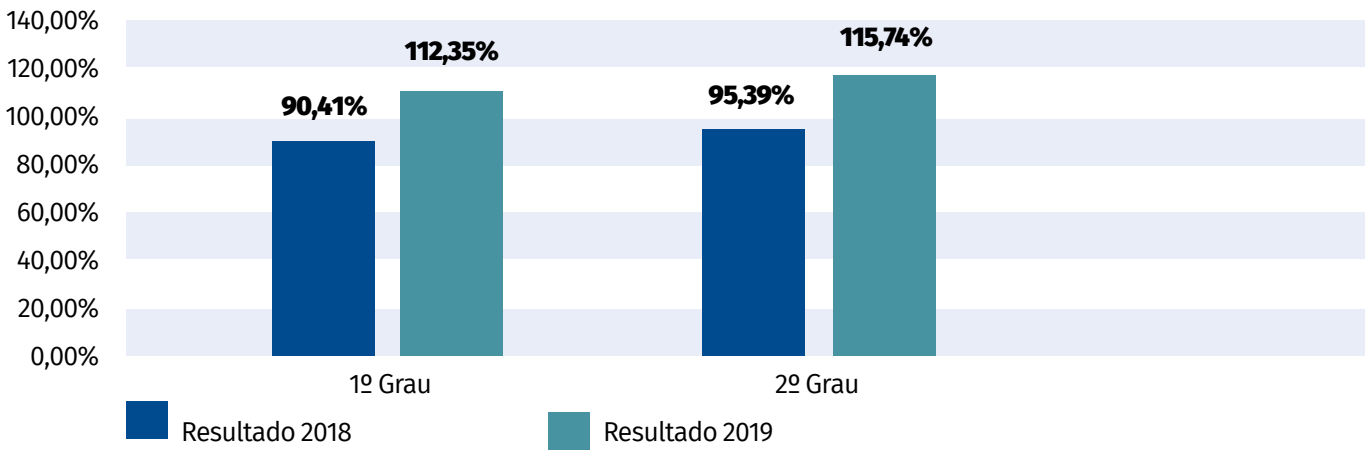
META 6 (ações coletivas)

O TJPA cumpriu integralmente a Meta 6 de 2019 em todos os seus segmentos. O 1º grau encerrou o ano com 112,35%, julgando 1.786 ações coletivas no período, enquanto o 2º grau o fez com 115,74%.

Essa meta previa o julgamento de pelo me-

nos 60% das ações coletivas (ações civis públicas, ações civis coletivas, ações populares, dissídios coletivos, entre outras ações) distribuídas até 2016. Com o cumprimento da meta em 2019, o TJPA diminui bastante o número dessas ações mais anti- gas em tramitação no estado.

GRAU DE CUMPRIMENTO DA META 6 POR SEGMENTO



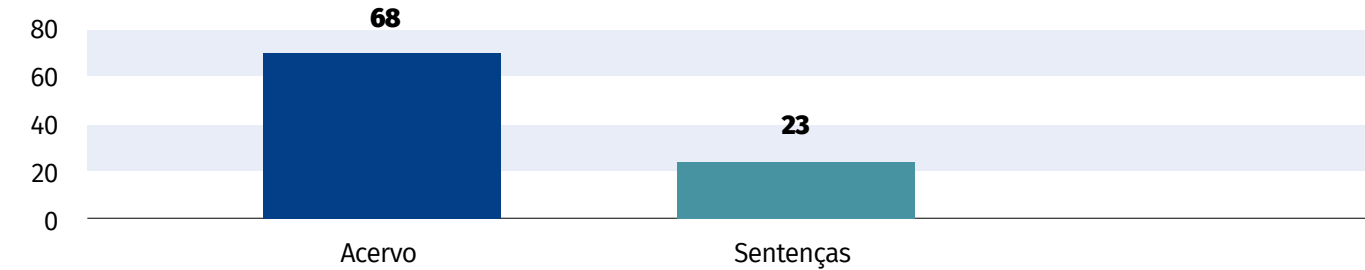
FONTE: ORACLE BUSINESS INTELLIGENCE

META 8 (Feminicídio e violência doméstica)

Em 2019 o TJPA atingiu 67,65% da Meta relativa aos processos de feminicídio identifica- dos com distribuição realizada até 2018. Foram

23 ações julgadas ao longo do ano e impulsiona- das as demais restantes.

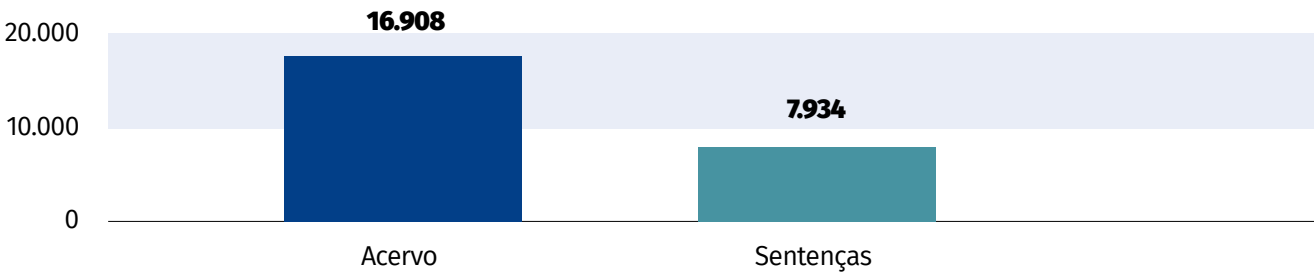
RESULTADO DA META DE FEMINICÍDIO 2019



Ainda em 2019 o TJPA cumpriu 93,85% do objetivo estabelecido para os processos de vio- lência doméstica, incluindo medidas protetivas,

distribuídos até 2018. Ao todo, foram julgadas 7.934 ações desse tipo no ano.

RESULTADO DA META DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA 2019



Ações de feminicídio são aquelas de compe- tência do Tribunal do Júri, por sua natureza dolosa, enquanto as ações de violência doméstica são aque-

las analisadas nas varas penais comuns abrangendo os demais delitos contra a mulher.

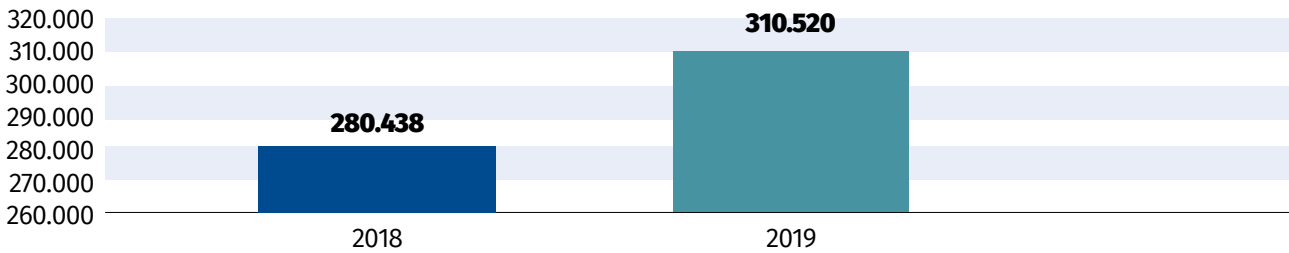
PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS E DAS UNIDADES

(Sentenças e baixas processuais)

No contexto geral de produtividade, os ma- gistrados paraenses julgaram mais de 310 mil ações em 2019, volume 11% superior ao registrado no ano anterior.

Os números apresentados aqui consideram também as ações de execução, enquanto a produti- vidade apresentada nas metas nacionais considera apenas a fase de conhecimento.

NÚMEROS DE SENTENÇAS PRODUZIDAS

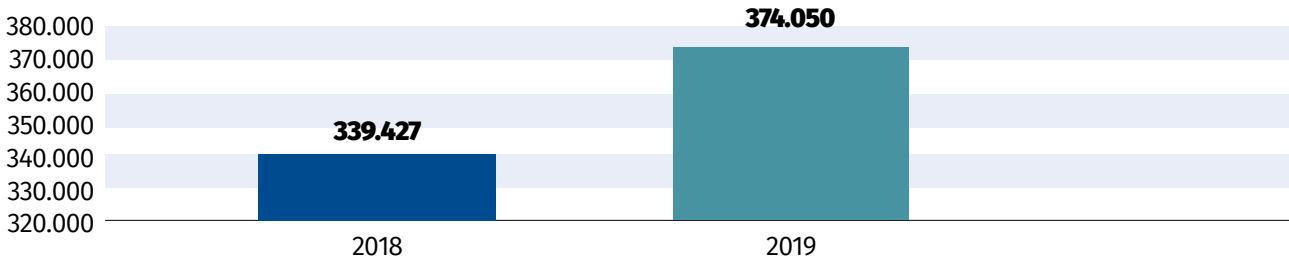


FONTE: ORACLE BUSINESS INTELLIGENCE

Em 2019, o TJPA encerrou mais de 374 mil ações de forma definitiva (baixados), com aumento

de 10% sobre o resultado observado em 2018.

NÚMEROS DE SENTENÇAS PRODUZIDAS



FONTE: ORACLE BUSINESS INTELLIGENCE

Cursos esclarecem sobre Justiça em Números e gestão de unidades

Objetivo é auxiliar magistrados e diretores de secretaria a gerir parâmetros das metas nacionais e elaborar plano de ação para as unidades judiciais



ÉRIKA NUNES

Ao centro, o Desembargador Leonardo de Noronha Tavares, pres. do TJPA, e a Desembargadora Dahil Paraense de Souza, coordenadora do Nupemec, com magistrados e diretores de secretaria do polo de Marabá, durante encontro regional na região sul do Pará



Para impulsionar a produtividade e criar sentido de pertencimento, foram instituídos os cursos de Justiça em Números e Gestão de Unidade Judiciária. O objetivo é auxiliar magistrados e diretores de secretaria quanto às regras do negócio do Justiça em Números e Metas Nacionais, e na gestão de unidade, com a elaboração de diagnóstico da Vara e plano de ação.

Os cursos tiveram a participação de 463 pessoas, entre magistrados e servidores. Foram ministrados presencialmente na Escola Judicial, alcançando

301 participantes das comarcas da Região Metropolitana de Belém. Os cursos também foram oferecidos na forma presencial, nas comarcas de Marabá, Igarapé-Miri, São Félix do Xingu, Baião, Santo Antônio do Tauá, Ourilândia do Norte, Porto de Moz, Acará, Novo Progresso e Maracanã, com a participação de 162 pessoas, entre magistrados e servidores.

O curso semipresencial de Gestão e Qualidade na Unidade Judicial teve a participação de 370 pessoas, entre servidores e magistrados, na parte presencial, durante os encontros de Gestão Parti-

cipativa em Marabá (90 participantes) e Belém (201), em agosto; e em Santarém (79), em setembro. Na forma de ensino a distância, de setembro a novembro, houve 155 participantes, incluídos magistrados e servidores que estiveram nos encontros de Gestão Participativa e outros da região metropolitana.

A Pós-Graduação em Gestão em Unidade Judiciária, com início em setembro de 2019 e previsão de término para 2021, teve 50 participantes inscritos, dentre magistrados e servidores do TJPA.

“

CURSOS AUXILIAM MAGISTRADOS E DIRETORES DE SECRETARIA QUANTO ÀS REGRAS DO NEGÓCIO DO JUSTIÇA EM NÚMEROS E METAS NACIONAIS E NA GESTÃO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS, COM A ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO DA VARA E PLANO DE AÇÃO

”



Encontros regionais de gestão participativa nos polos de Belém e Santarém foram uma oportunidade a magistrados e servidores para formação nas áreas de Justiça em Números, Metas e Gestão de Unidades

RICARDO LIMA



CORREIÇÃO INTEGRADA

A correção integrada foi um projeto idealizado pela Presidência, em parceria com as corregedorias das comarcas da Região Metropolitana de Belém e do interior, a partir da experiência do TRT8, para melhorar a governança judiciária. Com base no tripé Gestão, Autorresponsabilidade e Visão sistêmica e foco nos resultados e nas relações humanas, a correção integrada busca a melhoria da prestação jurisdicional a partir de diagnóstico e plano de ação de unidade judiciária.

Foram promovidas, em fevereiro, oficinas de alinhamento sobre conceitos básicos de correção e de indicadores do Justiça em Números, para subsidiar o projeto de correção integrada.

Nas comarcas da Região Metropolitana de Belém o cronograma de correção integrada se iniciou em 10 unidades judiciárias, de maio a outubro: 1ª Vara Criminal de Castanhal, 1ª Vara Cível e Empresarial de Santa Izabel, 1ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua, 1ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, 1ª Vara da Infância e da Juventude de Belém, 3ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua, Vara da Infância e Juventude de Ananindeua, Vara de Família Distrital de Icoaraci, 2ª Vara da Infância e da Juventude de Belém e 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Belém.

Nas comarcas do interior, a correção integrada foi feita na Comarca de Marabá, em novembro, envolvendo a 1ª Vara Cível Empresarial de Marabá e a 3ª Vara Cível Empresarial.

FGV

Uma consultoria da Fundação Getúlio Vargas está em andamento para aprimorar as estruturas administrativas e jurisdicionais e desenvolver modelo de gestão judiciária para as varas de competência cível e empresarial. O contrato prevê cronograma de entregas que serão concluídas em 2020.



ÉRIKA NUNES

Corregedora da Capital e Região Metropolitana, a Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra apresenta o projeto de Correção Integrada, que prioriza os resultados ao invés dos processos e foi lançado pelo TJPA, em maio, no Fórum da Comarca de Castanhal, região nordeste do Estado

Judiciário nomeia novos servidores e promove mais concursos públicos

Maior parte das vagas foi para o interior. Há 250 novas vagas para servidores e magistrados.

No início de 2019, 129 novos servidores aprovados em concurso público tomaram posse, a maioria deles para preencher cargos no interior e no 1º Grau de jurisdição



nomeação de 51 novos servidores, lotados em sua maioria no interior; concursos públicos para novos magistrados e servidores; estímulo às boas práticas como forma de melhorar a avaliação de desempenho; atenção integral à saúde e à qualidade de vida de magistrados e servidores; e as primeiras experiências de teletrabalho.

Essas são algumas das ações que marcaram o primeiro ano de exercício do biênio 2019-2021, na área de gestão de pessoas do Tribunal de Justiça do Pará.

Em 2019, o TJPA convocou 92 candidatos

aprovados no concurso público 002/2014. Foram nomeados e tomaram posse 51 deles, todos em exercício em diferentes unidades, mais de 90% dos quais dando apoio direto ao 1º Grau e os demais no 2º Grau.

As convocações atendem à política de expansão do 1º Grau de Jurisdição, o que se configura no fato de que 75% das lotações foram destinadas ao Interior, atendendo a 23 Comarcas com novos servidores.

Com isso reduz-se o déficit funcional apontado pela lotação paradigma do momento das convocações.



ÉRIKA NUNES

CONCURSOS

Foi feito também o concurso de remoção de servidores, com 705 inscritos para 43 vagas em 19 comarcas. Os não classificados compõem o cadastro de reserva.

Estão em andamento concursos para magistrados e servidores. Para os servidores, o certame será realizado nas cidades de Altamira, Belém, Marabá, Paragominas, Redenção e Santarém.

São 200 vagas, 150 das quais para os cargos de Analista Judiciário e 50 de Auxiliar Judiciário, em 16 Regiões Judiciárias do Estado. Há 17 vagas para pessoas com deficiência e 34 reservadas a candidatos negros.

Para magistrados, o certame está em curso. São 50 vagas para Juiz Substituto, 37 das quais para ampla concorrência, três para candidatos com deficiência e 10 para candidatos negros.

“
ESTÃO EM
ANDAMENTO
CONCURSOS PARA
MAGISTRADOS E
SERVIDORES. PARA
OS SERVIDORES,
O CERTAME
SERÁ REALIZADO
NAS CIDADES
DE ALTAMIRA,
BELÉM, MARABÁ,
PARAGOMINAS,
REDENÇÃO E
SANTARÉM
”

Avaliação de desempenho será reformulada

Para incentivar as boas práticas profissionais e estimular o melhor desempenho dos servidores, a Secretaria de Gestão de Pessoas reformula os processos de avaliação de desempenho para progresso funcional.

Uma das iniciativas foi intensificar a divulgação do calendário de avaliações e dinamizá-las, possibilitando por exemplo que a avaliação de estágio probatório seja feita via Portal do Servidor e reformulando a resolução sobre a avaliação de desempenho.

O QUE FIZEMOS JUNTOS!

AÇÃO	EVENTOS	PÚBLICO BENEFICIADO
Atividade Física e Saúde (pilates, yoga, caminhada e treinamento funcional)	04	37
Avaliação Ergonômica do posto de trabalho	15	108
Campanhas educativas (Palestras, Seminários...)	14	152
Círculos Restaurativos no Ambiente Organizacional	09	90
Educação Postural	32	169
Ginástica Laboral	370	1.660
Meditação no ambiente de Trabalho	26	234
Mutirão de Exames Periódicos de Saúde	04	52
Roda de Conversa	04	102
Saúde Itinerante	04	253
Testes Rápidos (HIV, Sífilis, Hepatite B e C, H1N1)	05	454
Vacinação	05	228
Web RádioJus – “Temas de saúde”	08	Todos (divulgação)
TOTAL	500	3.539

FONTE: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Saúde e Qualidade de Vida envolvem 3,5 mil pessoas

O programa de “Atenção Integral à Saúde e Qualidade de Vida” intensificou no âmbito do Tribunal de Justiça do Pará ações que asseguram bem-estar físico e mental, previnem doenças e promovem a conscientização social e ambiental. Foram mais de 3,5 mil pessoas envolvidas em atividades físicas, palestras, meditação, ações de vacinação, entre outras. O destaque foi a 4ª edição da Corrida do TJPA, em 7 de dezembro. Dentre os projetos, destacam-se:



ÉRIKA NUNES

Teletrabalho está em fase experimental em seis unidades

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará implantou o projeto experimental de teletrabalho, ferramenta que possibilita aos servidores exercerem suas atribuições funcionais fora do local de trabalho. O projeto envolve seis unidades judiciárias da comarca de Belém e 16 servidores, com previsão de expansão. O objetivo é aumentar a produtividade e a qualidade do trabalho; atrair, motivar e comprometer

servidores; economizar tempo e reduzir custo de deslocamento; contribuir para política de sustentabilidade ambiental; ampliar a possibilidade de trabalho aos servidores com dificuldade de deslocamento; possibilitar a melhoria da qualidade de vida dos servidores; e promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade.

A atenção integral à saúde de magistrados e servidores prioriza ações que visam ao bem-estar físico e mental, previnem doenças e promovem a consciência social e ambiental

Municípios quitam dívidas e deixam o regime especial

Expectativa é de que mais três municípios também retornem ao regime geral



m 2019, nove municípios do Pará deixaram o regime especial e retornaram ao regime geral de pagamento de precatórios, em decorrência da liquidação de todos os precatórios inscritos no TJPA, no TRT 8ª Região e no TRF 1ª Região. São eles: Belterra, Bragança, Capanema, Concórdia do Pará, Curralinho, Igarapé Miri, Óbidos, Santa Izabel do Pará e São Caetano de Odivelas. O número de entes federados sujeito ao

regime especial caiu de 33 no início de 2019, para 24. Como Ananindeua aderiu ao regime especial de pagamento no exercício financeiro de 2019, esse número subiu para 25 entes federados, cujos planos de pagamentos são geridos pela Coordenadoria de Precatórios. A expectativa é de que, até o final do ano, mais três municípios - Capitão Poço, Itaituba e Quatipuru - quitem suas dívidas e retornem ao regime geral.



ÉRIKA NUNES

Maria de Lourdes e Cristina Machado, mãe e filha, foram localizadas pela Central de Precatórios para receber o resíduo de uma ação contra o Igeprev, de revisão de pensão por morte

ACERVO

No período entre janeiro e julho de 2019, houve um incremento de R\$ 67,8 milhões no acervo de precatórios dos regimes especial e ordinário, enquanto o quantitativo dessas ordens de pagamento caiu no mesmo período de 710 para 689 requisitórios, incluídos 177 novos precatórios inscritos no período e 198 liquidados, atendendo à ordem cronológica, de prioridade (pagamentos preferenciais – CF/88 art.100, §2º) ou acordo.

Em janeiro, segundo o Serviço de Cálculos, o acervo de precatórios somava R\$ 326,5 milhões, R\$ 302,5 milhões dos quais referentes ao regime especial e R\$ 23,9 milhões ao regime ordinário. Havia, então, 710 precatórios, 650 dos quais pertencentes aos entes federados vinculados ao regime especial e mais 60 precatórios do regime ordinário.

“

EM JANEIRO, SEGUNDO O SERVIÇO DE CÁLCULOS, O ACERVO DE PRECATÓRIOS SOMAVA R\$ 326,5 MILHÕES, R\$ 302,5 MILHÕES DOS QUAIS REFERENTES AO REGIME ESPECIAL E R\$ 23,9 MILHÕES AO REGIME ORDINÁRIO

”

Coordenador da Central de Precatórios, o juiz auxiliar da presidência, Lúcio Guerreiro informa uma credora de precatórios sobre resíduo a ser pago por decisão judicial: boa prática



ÉRIKA NUNES

Em julho de 2019, o montante do acervo estava em R\$ 394,3 milhões, R\$ 375,2 milhões dos quais pertencem ao regime especial e R\$ 19,077 milhões ao regime ordinário.

Os repasses a outros tribunais, conforme determina a Emenda Constitucional nº 94/2016, somaram R\$ 88,9 milhões, R\$ 25,1

milhões dos quais repassados ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8) e ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). Os R\$ 80,3 milhões restantes foram aplicados pelo TJPA, juntamente com os depósitos dos Entes Devedores do Regime Geral de Pagamento de Precatórios, em pagamentos de créditos inscri-

tos na listagem de ordem cronológica/prioridade e Acordo do Estado do Pará e demais Municípios. Mais R\$ 240,6 milhões foram movimentados para liquidação de créditos firmados em Requisições de Pequeno Valor – RPV, conforme detalhamento a seguir:

CONCILIAÇÃO

O Serviço de Apoio à Central de Conciliação de Precatórios promoveu duas agendas com o Estado do Pará, oportunizando acordo para todos os precatórios de credores regularmente inscritos em lista de ordem cronológica, independentemente do ano de inscrição. Foram obtidos 29 acordos homologados, movimentando em torno de R\$ 2,9 milhões.

BOA PRÁTICA

O Juízo da Coordenadoria de Precatórios do TJPA utiliza os sistemas SINESP-INFOSEG e REGIN para localizar credores de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor, tanto pessoas físicas quanto jurídicas, cujos créditos estavam disponíveis para pagamento, faltando apenas a apresentação de dados pessoais e bancários, bem como o recolhimento de custas para a emissão do Alvará. Foram movimentados 57 processos, dos quais 26 já se encontram liquidados, estando os demais aguardando retorno da intimação enviada à parte credora ou a seus herdeiros. A iniciativa foi considerada na categoria de “boas práticas” pelo CNJ, conforme relatório de inspeção realizada em junho de 2019.

Mês	Repasses (TRT/TRF)	RPV	Precatório				Movimentação Financeira		
			Bruto	Retenções Legais		Custas	Líquido	Total	Quant Alvará
				Previdência	IRRF				
Janeiro	4.653.813,45	712,48	2.421.700,54	61.339,16	50.585,81	81,57	2.309.694,00	7.076.226,47	38
Fevereiro	1.007.516,64	16.692,43	10.261.548,28	146.026,52	276.549,52	2.449,63	9.836.522,61	11.285.757,35	112
Março	963.171,82	-00	3.744.940,67	50.595,42	329.143,82	506,82	3.364.694,61	4.708.112,49	67
Abril	4.809.543,93	51.630,03	17.600.512,05	162.124,11	816.565,42	2.534,10	16.619.288,42	22.461.686,01	149
Maio	4.293.850,64	65.105,07	11.705.188,83	288.661,40	995.847,72	5.152,67	10.415.527,04	16.064.144,54	279
Junho	1.363.049,25	24.121,55	6.731.483,82	44.498,37	588.412,57	2.280,69	6.096.292,19	8.118.654,62	146
Julho	1.707.972,56	7.663,96	13.085.383,59	159.110,73	1.301.127,36	2.534,10	11.622.611,40	14.801.020,11	169
Agosto	2.484.702,77	980,68	5.929.546,18	80.193,68	809.736,35	2.196,22	5.037.419,93	8.415.229,63	138
Setembro	1.851.672,83	15.542,03	3.948.493,68	27.265,03	315.991,53	1.351,52	3.603.885,60	5.815.708,54	119
Outubro	1.971.952,46	58.212,26	4.872.416,89	128.788,03	245.850,68	929,17	4.496.849,01	6.902.581,61	218
Total	25.107.246,35	240.660,49	80.301.214,53	1.148.602,45	5.729.810,78	20.016,49	73.402.784,81	105.649.121,37	1.435

FONTE: COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS DO TJPA

Biblioteca digital e programa de rádio incrementam a gestão da informação

Programa Arquivo Vivo, na Web Rádio Jus, coloca em pauta a gestão documental



Foi promovida uma série de ações para otimizar a gestão da informação, entre as quais se destacam a Biblioteca Digital do TJPA, repositório que armazena documentos eletrônicos produzidos em âmbito institucional e que integrou o TJPA ao consórcio BDJur, o sistema de bibliotecas jurídicas digitais gerenciado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O Arquivo Regional de Belém recebeu cerca de 171.992 processos judiciais a serem arquivados e 8.813 solicitações de desarquivamento de documentos, entre janeiro e outubro de 2019.

O Programa Arquivo Vivo é um espaço na Web Rádio Jus que divulga as ações de gestão documental do TJPA. Com duração de 5 minutos, o programa vai ao ar às terças, quintas e sábados,

às 9h e às 16h. São escolhidos temas de interesse público, como projetos, convênios, curiosidades sobre o trabalho com documentos e arquivos, esclarecimentos técnicos etc. Utiliza-se de locução e entrevistas com convidados. Em 2019, foram gravados os programas sobre “Trabalho Com Reeducandos”, “Convênio com o Exército Brasileiro”, “Pesquisa acadêmica no acervo judicial”, “Cooperação técnica com o Centro de Memória da Amazônia”, “Visita guiada a Arquivo”, “Cooperação Técnica Com a Ufopa”, “Cooperação Técnica com a Sociedade Literária Beneficente 5 de Agosto”, “Convênio do TJPA com a Faculdade de História da UFPA (Campus Bragança)”, “Cooperação Técnica com a Unifesspa”, “Semana Nacional de Arquivos”.



AIRTON NASCIMENTO

INFORMATIVO

Nas ações de aprimoramento da comunicação interna e externa, destaca-se o Informativo Doutrinário, boletim enviado ao e-mail pessoal de magistrados e servidores sobre os temas mais pesquisados na biblioteca ou em evidência no cenário nacional. O banco de dados fica disponível permanentemente no link da biblioteca no portal do TJPA.

NAS AÇÕES DE APRIMORAMENTO DA COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA, DESTACA-SE O INFORMATIVO DOCTRINÁRIO, BOLETIM ENVIADO AO E-MAIL PESSOAL DE MAGISTRADOS E SERVIDORES SOBRE OS TEMAS MAIS PESQUISADOS NA BIBLIOTECA OU EM EVIDÊNCIA NO CENÁRIO NACIONAL

IMÓVEIS

Em 2019, foram regularizados 16 imóveis: Fórum de Curionópolis, Fórum de Goianésia do Pará, Fórum de São João do Araguaia, Fórum e Residência Oficial de Gurupá, Fórum de Salinópolis, Residência Oficial de Rurópolis, Residência Oficial, 1ª e 2ª varas da Comarca de Bragança, Residência Oficial de Tucumã, Fórum e Residência Oficial de Jacareacanga, Fórum e Residência Oficial de Melgaço, Fórum de Breves, terreno em Santo Antônio do Tauá, Fórum de Tomé-Açu, Fórum de Marapanim e terreno em

São Félix do Xingu. Também foram realizadas 24 afetações de imóveis do Governo do Estado em nome do TJPA.

DOAÇÕES

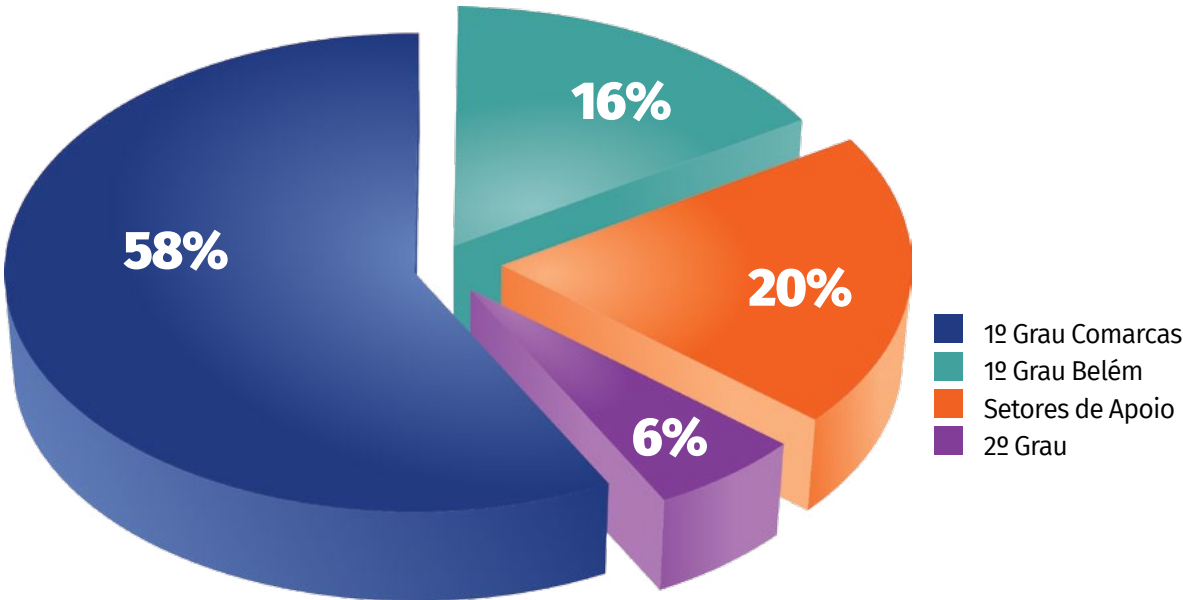
As doações de bens inservíveis foram feitas em favor de instituições filantrópicas legalmente habilitadas conforme a Lei nº 8.666/1993. No exercício 2019, foram doados 1.709 bens inservíveis a 10 entidades filantrópicas, três delas da capital e sete do interior do estado.

Aquisição de bens e materiais de consumo

O Tribunal de Justiça do Pará investiu, entre fevereiro e setembro de 2019, R\$ 1,6 milhão em bens permanentes, excetuando-se a aquisição de equipamentos de informáti-

ca, e distribuiu às unidades administrativas e judiciárias do TJPA, no mesmo período, o montante de R\$ 2,042 milhões, conforme o quadro abaixo.

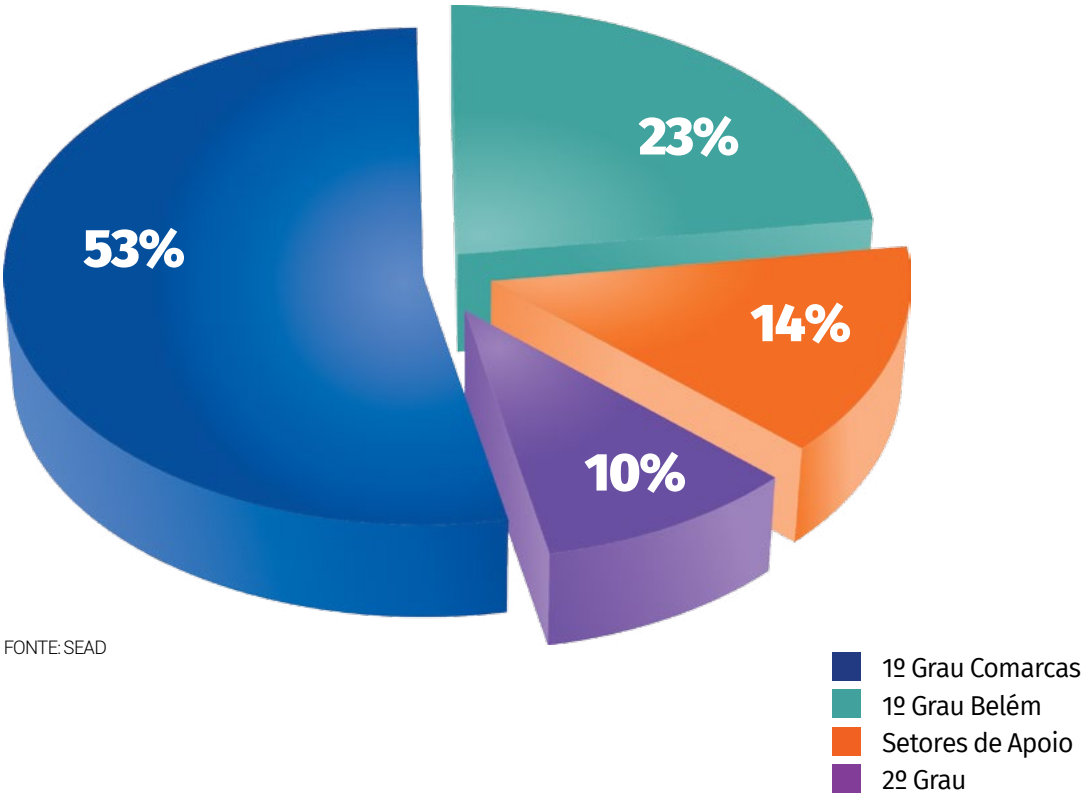
DISTRIBUIÇÃO DE BENS PERMANENTES - FEV/2019 A SET/2019



FONTE: SEAD

Quanto à aquisição de materiais de consumo, o TJPA aplicou entre fevereiro e setembro de 2019 o montante de R\$ 1,6 milhão, excetuando-se desse cálculo a aquisição de pneus e materiais

odontológicos ou médicos. Foi distribuído às unidades administrativas e judiciárias do TJPA, no mesmo período, o montante de R\$ 1,9 milhão, conforme o quadro abaixo.



FONTE: SEAD

Padronização acelera tramitação de recursos especiais e extraordinários

Uniformização envolve também minutas relativas aos recursos repetitivos e de repercussão geral



A gestão de demandas repetitivas e dos grandes litigantes envolveu, em 2019, a padronização de minutas relativas ao juízo de admissibilidade de recursos especiais e extraordinários das inúmeras hipóteses do art. 1.030 do Código de Processo Civil, bem como de suas respectivas irresignações - agravos em recurso especial e extraordinário, agravos internos, embargos de declaração, dentre outras. Essa providência assegurou maior celeridade na prestação jurisdicional e segurança jurídica.

Padronizaram-se também as minutas de informações que competem ao Nugep prestar sobre os

julgamentos em regime de recursos repetitivos e de repercussão geral, bem como de incidentes de resolução de demandas repetitivas e incidente de assunção de competência, no âmbito do Tribunal de Justiça do Pará e nos Tribunais Superiores - STJ e STF.

Foi redigida minuta de resolução para normatizar os critérios de identificação dos grandes litigantes e demandas repetitivas, revisada e aprovada pela Vice-Presidência e, posteriormente, enviada à Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos do TJPA.

Foram realizadas ações nos sistemas eletrônicos do TJPA, para otimizar o desempenho das

competências do setor, destacando-se:

1. Reformulou-se a apresentação da Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais e do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes no site do TJPA, no campo “precedentes judiciais”, para dar maior transparência à prestação jurisdicional;
2. Foram criados os “destaques”, que são notícias diárias publicadas no site do TJPA sobre os precedentes qualificados que competem ao Nugep gerenciar, para garantir maior efetividade na aplicação desses instrumentos, segurança jurídica

“

FOI REDIGIDA MINUTA DE RESOLUÇÃO PARA NORMATIZAR OS CRITÉRIOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS GRANDES LITIGANTES E DEMANDAS REPETITIVAS, REVISADA E APROVADA PELA VICE-PRESIDÊNCIA E, POSTERIORMENTE, ENVIADA À COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA, REGIMENTO, ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E LEGISLATIVOS DO TJPA

”

e celeridade na prestação jurisdicional, além de fomentar a aplicação de métodos de soluções consensuais de conflitos;

3. Ampliou-se o projeto mala direta, para possibilitar que todos os magistrados e servidores recebam informações sobre os precedentes qualificados, via sistema push pelo email funcional;

4. Foram realizadas reuniões sistemáticas com integrantes da Secretaria de Informática para melhorar os instrumentos tecnológicos necessários ao efetivo controle e gerenciamento de precedentes qualificados no âmbito do TJPA.

Controle Interno melhora transparência na prestação de contas do Judiciário

Instituição da cadeia de valor incrementou o plano anual de auditoria interna



m 2019, o TJPA incorporou novidades ao Relatório de Análise da Prestação de Contas, melhorando a transparência, sobretudo no tópico que trata do desempenho da gestão do Judiciário paraense quanto ao cumprimento das metas dos programas institucionais. Essas mudanças reposicionaram o TJPA no ranking da transparência do CNJ. O Relatório de Análise da Prestação de Contas Anual apresenta o exame crítico da prestação de contas e os documentos que a compõem. Por força de lei, as unidades de auditoria interna dos órgãos públicos são responsáveis pelas documentações e relatórios que compõem a prestação de contas.

CADEIA DE VALOR

O TJPA dispõe de uma Cadeia de Valor, que garante prioridade aos processos de trabalho e per-

mite que a auditoria interna incremente o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAAAI 2019). A Matriz de Priorização de Processos classifica os processos de trabalho da Instituição em ordem de prioridade, com base nos critérios de relevância, criticidade e materialidade, para indicar os processos auditáveis mais urgentes, com sólida fundamentação.

ALMOXARIFADOS

A auditoria interna também introduziu nova metodologia de análise dos almoxarifados, para monitorar as ocorrências identificadas nos inventários semestrais. Um indicador denominado Índice de Redução de Ocorrências (IRO) mede o avanço ou retrocesso da unidade em relação ao semestre anterior, a partir da observação das evoluções dos almoxarifados no decorrer do tempo. Cada almo-

xarifado é estimulado a buscar um alto desempenho, com a obtenção de melhor valor de IRO a cada semestre, criando assim um ambiente de mútua cooperação.

MONITORAMENTO

O Índice de Alcance da Conformidade (IAC) geral da Instituição alcançou o percentual de 88%, marca significativa, considerando o recente posicionamento do CNJ sobre a importância de monitoramentos nos órgãos do Poder Judiciário. No TJPA, em 2019, houve cinco monitoramentos de auditorias. O bom desempenho do indicador é resultado desses monitoramentos efetivos, que reduzem o lapso temporal entre auditoria e monitoramento.

“

O ÍNDICE DE ALCANCE DA CONFORMIDADE (IAC) GERAL DA INSTITUIÇÃO ALCANÇOU O PERCENTUAL DE 88%, MARCA SIGNIFICATIVA, CONSIDERANDO O RECENTE POSICIONAMENTO DO CNJ SOBRE A IMPORTÂNCIA DE MONITORAMENTOS NOS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO

”

AUDITORIA

O TJPA promoveu as auditorias de Governança Orçamentária e Financeira, Planejamento, Gerenciamento, Execução e Gestão Contábil; e de Gestão Documental. Os exames obedecem ao cronograma do CNJ e ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAAAI 2019). Previstas no art. 13 da Resolução CNJ nº 171/2013, as auditorias coordenadas pelo CNJ têm por objetivo a gestão concomitante, tempestiva e padronizada sobre questões de relevância e criticidade para o Poder Judiciário, bem como o atendimento aos princípios de eficiência, eficácia, economicidade e efetividade. Como um dos resultados dessas ações, o CNJ publica painéis com o panorama nacional do Judiciário em cada uma das áreas auditadas.

Relatório 2019

DE EXERCÍCIO

Garantia de direitos

Juizados especiais promovem
cidadania e pacificação social **60**

Monitoramento

GMF fiscaliza os sistemas de
medidas penais e socioeducativas **66**

Sistema carcerário

Execução penal unificada
digitaliza 14,2 mil processos **68**

Solução de conflitos

Nupemec abre mais três Cejuscs
na capital e no interior do Estado **70**

Facilitadores

Cursos formam pessoal para
aplicar a justiça restaurativa **74**

Cultura de paz

Casa de Justiça e Cidadania fez
mais de 2 mil atendimentos **76**

Ouvidoria Agrária

Judiciário atua no combate à grilagem
e na mediação de conflitos fundiários **80**

PROMAG

Tribunal desburocratiza
movimentação na carreira **82**

*Planejamento
e Gestão*

> *Serviço
Jurisdicional*

Boas Práticas

Infraestrutura

Tecnologia

Institucional

Juizados especiais promovem cidadania e pacificação social

Acesso à Justiça para comunidades ribeirinhas é uma das missões da coordenação



garantia dos direitos de cidadania e a promoção de soluções alternativas de conflitos são as principais responsabilidades da

A Desembargadora Maria de Nazaré Gouveia coordena os Juizados Especiais, com a missão de garantir direitos e assegurar métodos alternativos à solução de conflitos

Coordenadoria de Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Pará, no âmbito do Planejamento Estratégico para o biênio 2019/2021. O objetivo é assegurar a pacificação social, o acesso à Justiça aos jurisdicionados que vivem em áreas remotas e a celeridade processual. No ano de 2019, a Coordenadoria dos Juizados Especiais do TJPA executou os seguintes projetos:

RICARDO LIMA



DIVULGAÇÃO

Esporte com Justiça

Foram acompanhadas 31 partidas de futebol no Estádio Olímpico do Pará ("Mangueirão"), atendendo a sete ocorrências até o dia 6 de outubro. O projeto assegura a prevenção e pacificação de infrações de menor potencial ofensivo, previstas no Estatuto do Torcedor – Lei n.º 10.671/2003.

A Coordenadoria dos Juizados Especiais do TJPA participou do lançamento da campanha "Abrace o Marajó", em Breves, iniciativa do governo federal de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes e à violência contra mulheres e idosos

Juizado em Dia

O projeto é formado por três ações: Gabinete Virtual, Secretaria Virtual e Jornadas de Conciliação, Instrução e Julgamento.

O objetivo é prolatar sentenças, executar atos de secretaria e audiências de instrução e julgamento, para dar maior celeridade à prestação jurisdicional.

Até outubro de 2019, houve 347 atos de secretaria e 5.026 sentenças prolatadas em 10 unidades judiciárias, nas seguintes varas: em Belém, na Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública, 2ª Vara do Juizado Especial Cível, 6ª Vara do Juizado Especial Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível e 12ª Vara do Juizado Especial Cível; em Abaetetuba, no Juizado Especial Cível e Criminal; em Altamira, no Juizado Especial Cível; em Breves, no Juizado Especial Cível e Criminal; em Itaituba, no Juizado Especial Cível e Criminal; e em Parauapebas, na Vara do Juizado Especial Cível e Criminal.

“

COORDENADORIA DE JUIZADOS ESPECIAIS BUSCA ASSEGURAR PACIFICAÇÃO SOCIAL, ACESSO À JUSTIÇA AOS JURISDICIONADOS QUE VIVEM EM ÁREAS REMOTAS E CELERIDADE PROCESSUAL

”

Jornadas de Conciliação e Julgamento

A Coordenadoria dos Juizados Especiais promoveu sete jornadas de conciliação e julgamento, entre maio e outubro de 2019, assegurando a finali-

zação de 871 processos, 1.380 audiências realizadas e 737 sentenças prolatadas. No quadro abaixo, os resultados das jornadas por Comarca.

ESTATÍSTICAS DAS JORNADAS DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

COMARCAS	PERÍODO	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
Distrito de Icoaraci	06 a 09/05/2019	Audiências Cíveis Realizadas: 62 Sentenças: 36 Despachos: 26 Processos Finalizados: 36
Abaetetuba	20 a 24/05/2019	Audiências Realizadas: 370 Acordos: 99 Sentenças: 153 Despachos: 83 Processos Finalizados: 252
Salinópolis	16 a 18/07/2019	Audiências Cíveis Realizadas: 81 Acordos: 11 Sentenças: 35 Despachos: 34 Processos Finalizados: 46 Audiências Criminais Realizadas: 117 Sentenças: 60 Despachos: 57 Processos Finalizados: 60
6º JEC	13 e 14/08/2019	Audiências Realizadas: 95 Acordos: 18 Sentenças: 24 Despachos: 51 Processos Finalizados: 44
Cametá	19 a 23/08/2019	Audiências Realizadas: 396 Sentenças: 345 Despachos: 51 Processos Finalizados: 345



ÉRIKA NUNES

Em parceria com o município de Belém, o Tribunal de Justiça do Pará assegurou aos jurisdicionados a possibilidade de negociar e conciliar débitos referentes ao Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU)

Bragança	27 a 29/08/2019	Audiências Cíveis Realizadas: 62 Sentenças: 36 Despachos: 26 Processos Finalizados: 36 Audiências Criminais Realizadas: 63 Sentenças: 32 Despachos: 31 Processos Finalizados: 32
Distrito de Icoaraci	21 a 23/10/2019	Audiências Cíveis Realizadas: 134 Sentenças: 16 Acordos: 40 Despachos: 22 Conclusos: 55 Processos Finalizados: 56

FONTE: COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Entende-se por processos finalizados os processos sentenciados (acordos + sentenças) que foram retirados da pauta de audiência.



O projeto Verão com Justiça esteve em Bragança, na praia de Ajuruteua, onde foram feitas um total de vinte audiências

DIVULGAÇÃO

Itinerância pelo Marajó

Bagre, Oeiras do Pará, Muaná e Ponta de Pedras, no Marajó, foram as Comarcas que tiveram atendimento jurisdicional assegurado pela parceria entre o TJPA e Caixa Econômica Federal. Equipes de juízes e servidores auxiliam a prestação jurisdicional em locais cujo acesso se dá exclusivamente por via fluvial. Entre 18 e 22 de março, em Bagre e em Oeiras houve 243 procedimentos, entre sentenças, decisões interlocutórias e despachos. Entre 1 e 5 de abril, em Muaná e em Ponta de Pedras, o projeto realizou 232 procedimentos.

Verão com Justiça e Cidadania

Um total de 74 audiências e mais de R\$ 6 mil apurados em acordos e transações penais. Esse foi o resultado do projeto Verão com Justiça, realizado durante o mês de julho de 2019, nos quatro balneários de maior frequência no Estado durante as férias escolares.

O objetivo é garantir a presença do Judiciário em Outeiro, Mosqueiro, Salinópolis e Bragança e assegurar a pacificação social, pelo rápido atendimento e resolução de crimes de menor potencial ofensivo, que aumentam durante o mês de julho.

RICARDO LIMA

Em Outeiro, o Verão com Justiça promoveu 11 audiências e garantiu orientação jurídica aos cidadãos



PROCEDIMENTOS REALIZADOS NO PROJETO VERÃO COM JUSTIÇA EM 2019

COMARCAS	PERÍODO	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
Outeiro	06 e 07/07/19	11 audiências, 07 acordos homologados e 3 acordos penais (no valor de R\$ 600).
Salinópolis	13 e 14/07/19	29 audiências, 61 sentenças com extinção, 4 transações penais (totalizando o valor de R\$ 2.096) e 1 acordo (no valor de R\$ 200).
Bragança	20 e 21/07/19	20 audiências, 8 transações penais (totalizando o valor de R\$ 2.750), 8 processos encaminhados para oferecimento de denúncia, 1 declínio de competência, 1 composição civil.
Mosqueiro	27 e 28/07/19	14 audiências, 1 sentença sem resolução de mérito, 1 acordo, 3 processos encaminhados para oferecimento de denúncia e 4 transações penais (no valor de R\$ 400).

FONTE COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Além dos serviços judiciais, há ações educativas e de cidadania, com distribuição de preservativos, panfletos informativos, kits odontológicos, além de testes rápidos de HIV, Hepatite e Sífilis e aferições de pressão arterial.

O projeto é feito em parceria com o Ministério Público do Pará, Defensoria Pública, Polícias Civil e Militar, Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, Fundação ParáPaz, Ordem dos Advogados do Brasil – seção Pará (OAB-PA) e Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEEL).

atendimento judicial, o projeto promove ações de saúde e de cidadania, além de palestras pedagógicas aos moradores da comunidade do Rio Marajoí, em localidades de difícil acesso.

Rios de Cidadania

Iniciativa da Marinha do Brasil voltada às comunidades pobres da mesorregião do Marajó, o projeto garante atendimento médico, odontológico, educativo e judicial, abarcando em um único evento a Justiça estadual e federal, além do Ministério Público estadual e federal, Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Delegacia do Patrimônio da União (DPU) e Defensoria Pública (DP). Entre 25 de fevereiro e 8 de setembro, foram atendidas as Comarcas de Breves, Ponta de Pedras, Curralinho, Portal, Melgaço e Belém, totalizando 1.358 processos judicializados, julgados e arquivados

Gurupaz

Entre 19 e 20 de setembro de 2019, o projeto realizou 135 procedimentos relacionados à expedição de 2ª via, retificação de registro civil e registro civil extemporâneo, divórcio consensual, guarda definitiva, reconhecimento de união estável, curatela definitiva e orientação jurídica. Junto com o

GMF fiscaliza os sistemas de medidas penais e socioeducativas

Grupo acompanha a situação dos presos e dos que cumprem medidas por atos infracionais



ÉRIKA NUNES

O Presidente do TJPA, Des. Leonardo Tavares (C), durante reunião do programa Justiça Presente, do CNJ, para debater ações de biometria e identificação de detentos. Com ele, o juiz auxiliar do CNJ, Luís Geraldo Manfredi; o supervisor do GMF, Des. Ronaldo Valle; o secretário de Estado do Sistema Penitenciário, Jarbas Vasconcelos; e o secretário da Escola Judicial, Antônio Oscar Moreira

Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Estado do Pará (GMF/TJPA) planeja e coordena as ações e programas nos sistemas carcerário e de medidas socioeducativas.

Entre as principais ações executadas em 2019, destacam-se:

1. Força Tarefa para ajudar as varas penais a enviar ao GMF os dados da revisão de processos de presos provisórios;
2. Monitoramento das inspeções carcerárias feitas pelos juízes responsáveis junto ao Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais, do CNJ, com informações atualizadas de todas as unidades prisionais;

3. Trabalho integrado com a Secretaria do Sistema Penitenciário na análise e cadastro mensal de informações enviadas pela Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (Susipe) e pela Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa), sobre as presas grávidas e lactantes;

4. Requisição e análise sistemática de dados atualizados dos presos provisórios de todo o Pará, fornecidos pela Susipe;

5. Atendimento às varas, comarcas criminais, a outros setores do Judiciário e a órgãos externos, quanto às orientações do GMF para o sistema carcerário do Estado;

6. Gestão do programa Justiça Presente, criado a partir do Acordo de Cooperação Técnica firma-

do entre o CNJ e o Programa das Nações Unidas (PNUD);

7. Participação no 2º Encontro Nacional dos GMFs, fórum de debate e convergência sobre questões críticas e propostas para o Sistema Prisional e Socioeducativo, relacionadas ao uso de penas privativas de liberdade, políticas de cidadania, aperfeiçoamento dos sistemas de tecnologia e das medidas socioeducativas.

FUNDAMENTOS

As ações do GMF têm como fundamento a Lei nº 12.106/2009, Resolução nº 214/2015-CNJ e Portaria nº 513, de 14/04/2009 do CNJ, todas elas alinhadas às diretrizes do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário.

“

O GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO TJPA (GMF) PLANEJA E COORDENA AS AÇÕES E PROGRAMAS NOS SISTEMAS CARCERÁRIO E DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

”

Execução penal unificada digitaliza 14,2 mil processos

*Trabalho viabilizou a fase pré-operacional do
Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU)*



Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) garantiu a digitalização de 14,2 mil processos das Varas de Execução de Penas e de Execução de Medidas Alternativas das comarcas da Região Metropolitana de Belém e do interior, entre 6 e 25 de maio de 2019.

O projeto de digitalização dos processos de execução penal do Poder Judiciário do Pará foi criado para viabilizar a fase pré-operacional do Projeto de Expansão do SEEU.

O trabalho envolveu digitalização, cadastro e implantação com a planilha de resultados e abrangeu os seguintes polos:

1. **Polo Belém:** Comarcas de Belém (VEP e VEPMA), Breves, Maracanã, Barcarena e Soure (6.435 processos); Polo Castanhal – Comarcas de Castanhal, Bragança, Paragominas, Salinópolis, Tomé Açu, Capanema, Cametá, São Miguel do Guamá, Mocajuba e Mãe do Rio (1.506 processos);
2. **Polo Marabá:** comarcas de Marabá, Redenção, Tucuruí, Parauapebas, Breu Branco, Canaã dos Carajás, Goianésia do Pará e Itupiranga (1.926 processos);
3. **Polo Santarém:** Comarcas de Santarém, Itaituba, Monte Alegre, Alenquer, Novo Progresso e Óbidos (2.796 processos), e demais comarcas não alinhadas a um polo (664 processos).



Os polos de Belém, Marabá e Santarém tiveram mais de 14 mil processos de execução penal digitalizados na fase pré-operacional de expansão do Sistema Eletrônico de Execução Unificado

ÉRIKA NUNES

“

**O PROJETO DE
DIGITALIZAÇÃO
DOS PROCESSOS
DE EXECUÇÃO
PENAL DO PODER
JUDICIÁRIO DO PARÁ
FOI CRIADO PARA
VIABILIZAR A FASE
PRÉ-OPERACIONAL
DO PROJETO DE
EXPANSÃO DO SEEU**

”

Nupemec abre mais três Cejuscs na capital e no interior do Estado

Mediação e conciliação foram reforçadas nas Comarcas de Belém, Marabá e Marituba



Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) instalou, em 2019, três novos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) em convênios firmados com instituições de ensino superior e órgãos governamentais.

Foram implantados o 7º Cejusc da Capital, em 5 de agosto de 2019, no Núcleo de Práticas Jurídicas da Universidade Federal do Pará; o 1º Cejusc de Marabá, em 22 de agosto de 2019, no Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade dos Carajás; e o 1º Cejusc de Marituba, instalado em novembro de 2019.

PJe

O sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) foi implantado em 12 Cejuscs e na Comissão Sistêmica, para demandas pré-processuais e processuais.

CURSOS

Em parceria com a Escola Judicial do Pará, Dr. Elder Lisboa, o Nupemec promoveu 13 cursos de formação de mediadores e dois cursos de formação de conciliadores.

As turmas de conciliação formaram 60 conciliadores para atuar no Programa de Conciliação de 2º Grau. Os cursos de mediação formaram mediadores para atuar nos Cejuscs da Capital, de Ananindeua, Santarém, Paragominas, Parauapebas, Marabá e Marituba, com aproximadamente 260 novos mediadores.

Como inovação, o Nupemec adotou a inscrição virtual para todos os processos seletivos para capacitar novos mediadores judiciais.



ÉRIKA NUNES

Mediadores formados para atuar em Cejusc na capital e no interior mostram os certificados obtidos no curso oferecido pelo Nupemec, em parceria com a Escola Judicial

JUSTIÇA RESTAURATIVA

Em parceria com a Escola Judicial do Pará, a Comissão de Justiça Restaurativa abriu quatro turmas do curso de “Formação Inicial em Justiça Restaurativa”, com a participação de 111 pessoas, na modalidade de ensino a distância.

Foi promovido também o curso de formação de Facilitadores de Processos Circulares – violência doméstica, durante o qual a Escola Judicial capacitou 15 facilitadores de práticas restaurativas, com carga horária 100 h/a, com módulos teórico e prático-supervisionado.

Foi realizado também curso de formação para 17 novos facilitadores em práticas restaurativas, com carga horária de 100 h/a, cuja certificação ocorreu em 4 de outubro de 2019.



EM PARCERIA COM A ESCOLA JUDICIAL DO PARÁ, DR. ELDER LISBOA, O NUPEMEC PROMOVEU 13 CURSOS DE FORMAÇÃO DE MEDIADORES E DOIS CURSOS DE FORMAÇÃO DE CONCILIADORES



Mutirões conciliam ações de direito de família e consumo

As pautas concentradas para solução de conflitos envolveram 21 mutirões em torno de processos que tramitam no 1º grau de jurisdição, sobre direito de família e relações de consumo, dentre as quais:

1. Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), quando foram conciliados aproximadamente 277 processos sobre expurgos inflacionários, em maio de 2019, entre os quais foram resolvidos 36 processos no montante de R\$ 1.010.362,64.
2. Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), cujo mutirão ocorreu em 13 de setembro, na empresa, com a participação de conciliadores formados pelo TJPA, em torno de 36 demandas pré-processuais, das quais 21 foram solucionadas.
3. Construtora Cyrela, em 4 de outubro, com 30 processos pautados e êxito na composição de sete acordos no valor total de R\$ 467.448,24.
4. Esamaz, em 17 de outubro, para solucionar as ações de cobrança de mensalidades em atraso, com 93 audiências pautadas e nove processos acordados.
5. Procuradoria, nos dias 1 e 2 de agosto, para solucionar ações envolvendo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com 200 processos pautados.
6. Shopping Metrópole, em 28 de setembro, com a participação do 1º Cejusc de Ananindeua, para solucionar 25 ações de cobrança de aluguéis em atraso por parte dos lojistas.
7. Cejusc Varas de Família promoveu 12 mutirões envolvendo processos das Varas de Família da capital, com média de 80 audiências pautadas em cada mutirão e 80% de resolatividade.
8. Mutirões pré-processuais realizados em parceria com as Faculdades Esamaz, Unifamaz, Unama e Fibra.



O tradicional casamento comunitário que encerra a Semana Estadual de Conciliação uniu legalmente 47 casais, em cerimônia no Fórum Cível da Capital

ÉRIKA NUNES

Programa de conciliação e mediação chega ao 2º grau

Iniciado em 23 de abril, o Programa de Conciliação e Mediação dos processos de 2º Grau submeteu 954 ações em grau de recurso à conciliação, atendendo a aproximadamente 600 partes.

Aderiram ao programa, os desembargadores Luís Gonzaga da Costa Neto, Luzia Nadja Guimarães do Nascimento, Célia Regina de Lima Pinheiro, Ezilda Pastana Mutran, Maria do Céu Maciel Coutinho e Maria Filomena de Almeida Buarque. O programa está regulamentado pela Portaria nº 5626-GP.

Convênio dá acesso ao Pará à plataforma de conciliação

Acordo de Cooperação Técnica entre o TJPA e a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), vinculada ao Ministério da Justiça, estendeu ao Pará o uso da plataforma digital de conciliação, que permite a interlocução direta entre consumidor e fornecedor do produto ou serviço, por meio da internet. Desde junho de 2019, quando foi assinado o convênio, já foram registradas na plataforma aproximadamente 1,3 mil reclamações do Pará, com prazo médio de solução inferior a sete dias. O objetivo da plataforma é dar celeridade e eficácia

à solução do conflito, restaurando a confiança do cliente e a credibilidade da empresa.

Consumidores do Pará já registraram na plataforma digital de conciliação aproximadamente 3.299 reclamações, com resolução no prazo de 10 dias de 927 delas.

Casamento comunitário encerra Semana de Conciliação

O tradicional Casamento Comunitário encerrou a Semana Estadual de Conciliação, em 15 de junho, quando 47 casais formalizaram a união perante três juízas de paz.

Cursos formam pessoal para aplicar a justiça restaurativa

Aprimoramento da Justiça Criminal inclui a formação de pessoal técnico para atuar em processos circulares com públicos envolvidos em violência doméstica



Coordenadoria de Justiça Restaurativa (CJR) promoveu três cursos para atender ao macrodesafio de aprimoramento da justiça criminal. Em parceria com a Escola Judicial do Pará, a CJR promoveu o Curso de “Formação Inicial em Justiça Restaurativa”, com participação de

Os círculos de paz são uma nova abordagem para a solução de conflitos, voltada a públicos vulneráveis, como jovens em conflito com a lei ou mulheres vítimas de violência familiar

111 magistrados e servidores de diversas comarcas do Estado, distribuídos em quatro turmas, na modalidade de ensino a distância.

Foi realizado também curso de Formação de Facilitadores de Processos Circulares – Violência doméstica, em parceria com a Escola Judicial, que capacitou 15 facilitadores de práticas restaurativas. A carga horária de 100 horas/aula foi executada em dois módulos: teórico-vivencial e prático-supervisionado, no qual foram realizadas 10 práticas circulares com públicos de violência doméstica, es-

ÉRIKA NUNES



RICARDO LIMA

Facilitadores mostram os certificados que os habilitam a coordenar processos circulares relacionados à Justiça Restaurativa

colas, universidades, famílias, comunidades e outros. Foram realizadas 86 práticas com 562 pessoas atendidas em círculos.

Com carga horária de 100 horas/aula, foi realizado o curso de Formação de Facilitadores de Processos Circulares – Turma 1, executada em dois módulos: teórico-vivencial e prático-supervisionado, no qual os facilitadores em formação realizaram, cada um, 10 práticas circulares com públicos de violência doméstica, escolas, universidades, famílias, comunidades e outros. Foram formados 17 facilitadores das comarcas de Abaetetuba, Anajás, Castanhal e Capanema. Na capital, os facilitadores atuam em violência doméstica, execução penal, Coordenadoria da Infância e Juventude, Juizado Especial Cível, Distrito de Icoaraci e na Corregedoria da Região Metropolitana. Foram realizadas 96 práticas restaurativas com 904 pessoas atendidas em círculos.

“

NA CAPITAL, OS FACILITADORES ATUAM EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, EXECUÇÃO PENAL, COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, DISTRITO DE ICOARACI E NA CORREGEDORIA DA REGIÃO METROPOLITANA

”

Casa de Justiça e Cidadania fez mais de 2 mil atendimentos

Objetivo é evitar que as situações de conflito se transformem em ações judiciais



Casa da Justiça e Cidadania do Tribunal de Justiça do Pará fez um total de 2,3 mil atendimentos no exercício de 2019, solucionando conflitos para evitar que se transformassem em ações judiciais e estimulando a cultura de paz e conciliação.

A Casa de Justiça e Cidadania contou com as colaborações dos núcleos de prática jurídica da Faculdade de Belém (Fabel) e Cen-

tro de Ensino Superior do Pará (Cesupa), além do Procon, vinculado à Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh). O projeto Pai Presente, de reconhecimento voluntário, fez um total de 929 atendimentos, e a “Sabadania”, ação realizada aos sábados para facilitar o acesso aos jurisdicionados, teve um total de 176 atendimentos. Nas tabelas, você acompanha os serviços prestados.



A Casa de Justiça e Cidadania do TJPA é um espaço aberto para que o cidadão tenha acesso a serviços judiciais, à expedição de documentos e à solução de conflitos

ÉRIKA NUNES

UNIDADES DE ATENDIMENTOS

INSTITUIÇÃO	ATENDIMENTOS
Núcleo de Prática Jurídica - CESUPA	5
Núcleo de Prática Jurídica - FABEL	17
PROCON	68
CEJUSC - Acordos Homologados	270
CEJUSC - Atendimentos Diversos	761
CEJUSC – Casamento Comunitário	105
Total de Atendimentos	1.226

FONTE: COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

“

O PROJETO PAI PRESENTE, DE RECONHECIMENTO VOLUNTÁRIO, FEZ 929 ATENDIMENTOS, E A “SABADANIA”, AÇÃO REALIZADA AOS SÁBADOS PARA FACILITAR O ACESSO AOS JURISDICIONADOS, TEVE UM TOTAL DE 176 ATENDIMENTOS

”



ÉRIKA NUNES

PROJETO PAI PRESENTE/CNJ

Realizado pela Sala de Apoio da Casa de Justiça e Cidadania.

Criança se submete à coleta de sangue para exame gratuito de DNA, com o objetivo de subsidiar o reconhecimento da paternidade

PROCEDIMENTOS	ATENDIMENTOS
Reconhecimentos Voluntários de Paternidade	162
Reconhecimentos Voluntários de Paternidade (Carceragem)	91
Reconhecimentos Voluntários de Paternidade (Interior)	14
Reconhecimentos Voluntários de Paternidade (Outros Estados)	6
Cadastros de DNA	26
Exames de DNA	22
Total de Atendimentos	929

FONTE: CJC



WILL MONTENEGRO

“SABADANIA”

Ações promovidas durante os sábados, para facilitar o acesso do usuário aos serviços oferecidos pela Casa de Justiça e Cidadania.

A juíza auxiliar da Coordenadoria de Juizados Especiais, Antonieta Milleo, orienta usuários da Casa de Justiça quanto ao processo de reconhecimento de paternidade

PROCEDIMENTOS	ATENDIMENTOS
Reconhecimento Voluntario de Paternidade	3
Cadastro DNA	40
Exames DNA	23
Divórcio Consensual (Homologados)	3
Núcleo de Prática Jurídica (FABEL)	7
Carteira de Identidade (SSP/PA)	50
Orientação Jurídica	33
Informações Diversas	17
Total de Atendimentos	176

FONTE: CJC

Judiciário atua no combate à grilagem e na mediação de conflitos fundiários

Comissões têm expertise no combate às fraudes e aos confrontos pela ocupação da terra



Ouvidoria Agrária do Tribunal de Justiça do Pará atua nas soluções de conflitos fundiários e estimula a comunidade a resolver conflitos sociais na área rural, por meio de conciliação e mediação. O objetivo é a solução rápida dos problemas. Com expertise em conflitos fundiários e paz do campo, duas comissões funcionam no âmbito da Ouvidoria: a Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem (CPMEALG) e a Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários (CMCF).

GRILAGEM

A Comissão de Combate à Grilagem estuda a questão fundiária e propõe medidas para o ordenamento fundiário aos poderes constituídos. O objetivo é inibir ações fraudulentas para a posse e propriedade de grandes áreas rurais. As reuniões ocorrem durante uma sexta-feira de cada mês, com transmissão ao vivo. Os temas são o enfrentamento da grilagem de terras no Pará e uma política agrária em articulação permanente com os órgãos

fundiários, entidades institucionais e representantes de movimentos sociais que compõem a comissão, tais como Procuradoria-Geral do Estado (PGE), Instituto de Terras do Pará (Iterpa), Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Pará (MPPA), Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE), Superintendência do Patrimônio da União (SPU); Advocacia Geral da União (AGU), Ordem dos Advogados do Brasil-Seção Pará (OAB), Associação dos Notários e Registradores do Estado do Pará (Anoreg), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri-PA), Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Federação da Agricultura do Estado do Pará (Faepa). Funciona sob a Presidência do Ouvidor Agrário, Desembargador Mairton Marques Carneiro. Participam o Ouvidor Agrário Adjunto, o juiz André Filo-Creão Garcia da Fonseca, e os juízes agrários das Varas Agrárias de Castanhal, Altamira, Marabá, Redenção e Santarém. Reconhecida em âmbito nacional pelo Conselho Nacional de Justiça como boa prática para os demais tribunais.



AIRTON NASCIMENTO

MEDIAÇÃO

A Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários previne e reprime litígios para proporcionar ao trabalhador rural a inviolabilidade dos direitos essenciais. Sua principal atribuição é intermediar disputas de interesses possessórios em torno da ocupação da terra, para encontrar soluções amigáveis. Coordenada pelo Ouvidor Agrário do TJPA, Des. Mairton Marques Carneiro, a comissão aprecia demandas trazidas às reuniões, na primeira sexta-feira de cada mês. Participam representantes do Instituto de Terras do Pará (Iterpa), Procuradoria Geral do Estado (PGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Ministério Público do Pará (MPPA), Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública do Estado (DPE), Ordem dos Advogados do Brasil-Seção Pará (OABPA), Conselho de Segurança Pública do Pará (Consep), Tribunal de Justiça do Estado (TJPA), Fundação Nacional do Índio (Funai) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

VARAS AGRÁRIAS

O TJPA foi um dos precursores na instalação das varas agrárias, com competência exclusiva em ações envolvendo litígios coletivos pela posse e propriedade da terra em área rural. Estruturada com juízes especialistas, as varas agrárias estão instaladas em Castanhal, Altamira, Marabá, Redenção e Santarém, abrangendo as respectivas regiões agrárias. Nas varas agrárias são processadas e resolvidas questões de maior complexidade, com a premissa do imperativo constitucional quanto à função social da terra. A Ouvidoria Agrária aguarda aprovação da Lei que a transformará em Ouvidoria Fundiária.

“

O TJPA FOI UM DOS PRECURSORES NA INSTALAÇÃO DAS VARAS AGRÁRIAS, COM COMPETÊNCIA EXCLUSIVA EM AÇÕES ENVOLVENDO LITÍGIOS COLETIVOS PELA POSSE E PROPRIEDADE DA TERRA EM ÁREA RURAL

”

ÍNDICE

Tribunal desburocratiza movimentação na carreira

*Novo sistema torna mais simples a inscrição,
a instrução e o julgamento dos processos
de promoção de magistrados*



Juízes promovidos à
Comarca de Belém: novo
sistema desburocratiza a
ascensão ao Tribunal e a
movimentação na carreira
de magistrados

ÉRIKA NUNES



Sistema Integrado de Movimentação de Carreira de Magistrado (PROMAG) é uma ação estratégica que aprimora e desburocratiza a ascensão ao Tribunal de Justiça e a movimentação de juízes na carreira da magistratura, racionalizando atos e procedimentos administrativos e simplificando as formalidades.

O PROMAG é composto pelos módulos de inscrição, instrução e julgamento.

> **Módulo Inscrição:** A inscrição pode ser feita via

web, sem a utilização do token. Os magistrados podem fazer uma única inscrição para todos os editais em que desejam concorrer, juntando um único conjunto de documentos válido para todos os editais selecionados. O novo protocolo também reduz o tempo médio gasto pela Secretaria Judiciária para emitir certidões exigidas e remetê-las à Corregedoria competente para instrução.

> **Módulo Instrução:** Corregedorias concentram o controle de todos os editais em um único sistema,

podendo validar a inscrição do magistrado para todos os editais em que ele se inscreveu. Permite a geração automática dos relatórios consolidados de produtividade quantitativa e qualitativa do magistrado, o que dá maior transparência e celeridade ao processo de movimentação na carreira.

> **Módulo Julgamento:** Para os desembargadores, favorece a possibilidade de atribuir nota uma única vez ao magistrado que concorre a vários editais.



**OS MAGISTRADOS
PODEM FAZER
UMA ÚNICA INSCRIÇÃO
PARA TODOS OS EDITAIS
EM QUE DESEJAM
CONCORRER, JUNTANDO
UM ÚNICO CONJUNTO DE
DOCUMENTOS VÁLIDO
PARA TODOS OS EDITAIS
SELECIONADOS**



Relatório 2019

DE EXERCÍCIO

Ação social

Alunos de Santana do Aurá
melhoram as notas no Ideb **86**

Biblioteca

Projetos de leitura mobilizam
jovens, crianças e reeducandos **88**

Infância e Juventude

Escolas do Marajó aprendem
a enfrentar o abuso sexual **90**

Projetos

TJPA institucionaliza ações para
melhorar os indicadores **92**

*Planejamento
e Gestão*

*Serviço
Jurisdicional*

> *Boas Práticas*

Infraestrutura

Tecnologia

Institucional

Alunos de Santana do Aurá melhoram as notas no Ideb

Projeto dá assistência a estudantes e a suas famílias em área do antigo lixão



projeto Acreditar no Amanhã, desenvolvido pelo Comitê de Ação Social e Cidadania do TJPA, na Escola Santana do Aurá, contribui para a melhoria da qualidade de vida de crianças, adolescentes e familiares dos alunos, com doação de gêneros alimentícios, palestras motivacionais e informativas, doação de uniformes, entrega de kits escolares e de higiene pessoal e entrega de ônibus escolar para o deslocamento de alunos e ex-alunos em área não atendida pelo transporte urbano.

Alguns progressos importantes já foram alcançados, entre os quais o aumento do percentual nas notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que em 2018 era de 22,73% e em 2019 passou para 56,82%, resultado das ações realizadas com as crianças, em especial a contratação de professores particulares para aulas de reforço.

Foram capacitados 27 alunos e 21 mães da Escola Santana do Aurá nos cursos oferecidos pela Escola Salesiana do Trabalho.

Foram realizados 87 atendimentos pelo projeto Ler Para a Vida, que incentiva o hábito e o gosto pela leitura, visando ao desenvolvimento do processo de leitura, interpretação e produção textual.

PARCERIAS

Entre os projetos parceiros da iniciativa, destacamos:

Oitocentos atendimentos realizados pelo Programa Escola da Vida (PEV), firmado com o Comando do Corpo de Bombeiros do Pará, em 2017, e realizado pelo 25º GBM-Marituba, para contribuir com a formação da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade, por meio de ações sociais, culturais e educacionais que garantam a efetivação de seus direitos e exercício de cidadania.

240 atendimentos odontológicos e 330 atendimentos médicos pelo Projeto Gaia, do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo Júnior (NIEJ) do Centro de Ensino Superior do Pará (Cesupa).

500 atendimentos pelo Projeto Vivências, Projeto Piloto Psicologia, Saúde e Protagonismo Social, do Grupo Ser Educacional, da Universidade da Amazônia, que promove o protagonismo social da comunidade Santana do Aurá.

Embrapa, com apoio técnico na manutenção da Fossa Biodigestora, implantada em 2017, em projeto pioneiro da Embrapa na Amazônia, que



ÉRIKA NUNES

Ações de monitoria com as crianças da Escola Santana do Aurá asseguraram melhora significativa na nota de avaliação do Ideb

entrou com conhecimento técnico e o comitê com material e outros.

PROMOÇÕES

Entre as programações promovidas em 2019, destacaram-se a premiação dos alunos oriundos da Escola Santana do Aurá, que cursaram o 6º ano na Escola Salesiana do Trabalho em 2018, no desempenho de notas. Os dois alunos em destaque receberam uma bicicleta cada.

Ação Oftalmológica atendeu a crianças e seus responsáveis, resultando na compra de 30 óculos e em seis cirurgias de catarata. A Barraca Solidária, com venda de alimentos, e o Bazar Permanente, mantido através de doações e renda revertida às ações da Escola Santana do Aurá e à Escola Salesiana do Trabalho, garantiram a doação de 12 mil ovos, 12 mil pães, duzentos quilos de feijão, 200 quilos de arroz, oito mil pacotes de macarrão, seis mil latas de sardinha e 160 litros de extrato de tomate.

“

FORAM REALIZADOS 87 ATENDIMENTOS PELO PROJETO LER PARA A VIDA, QUE INCENTIVA O HÁBITO E O GOSTO PELA LEITURA, VISANDO AO DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE LEITURA, INTERPRETAÇÃO E PRODUÇÃO TEXTUAL

”

Projetos de leitura mobilizam jovens, crianças e reeducandos

Adolescentes em conflito com a lei e crianças em situação vulnerável são o público principal



Secretaria de Administração do TJPA, por meio da Divisão de Biblioteca, promove uma série de projetos envolvendo jovens que cumprem medidas socioeducativas, crianças em situação de vulnerabilidade social, estudantes da rede pública e reeducandos do sistema prisional.

O Clube da Leitura atendeu a 33 adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação no Centro Socioeducativo Masculino (Cesem), em Belém, com atividades de leitura e informação.

O projeto Ler para a Vida aprimora o processo de leitura, interpretação e produção textual dos alunos da Escola Municipal de Ensino Funda-

mental Santana do Aurá, na área do antigo lixão da Região Metropolitana de Belém, onde o Comitê de Ação Social do TJPA desenvolve o projeto “Acreditar no Amanhã”. Em 2019, houve nove encontros com a participação de 87 crianças e adolescentes.

O projeto Chá Literário do Dia das Crianças reuniu 25 crianças e adolescentes dos espaços de acolhimento de Belém e Ananindeua.

A Divisão de Biblioteca promoveu também atividade de contação de histórias para 31 alunos da Escola Professora Anésia e quatro encontros do projeto de Mediação de Leitura, envolvendo 38 reeducandos do projeto “Começar de Novo”.



Crianças que vivem em espaços de acolhimento participaram do Chá Literário especial pelo Dia das Crianças, promovido pela Divisão de Biblioteca, com apoio da CELJ e do Sesc

ÉRIKA NUNES

“

O CLUBE DA LEITURA ATENDEU A 33 ADOLESCENTES QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO NO CENTRO SOCIOEDUCATIVO MASCULINO (CESEM), EM BELÉM, COM ATIVIDADES DE LEITURA E INFORMAÇÃO

”

Escolas do Marajó aprendem a enfrentar o abuso sexual

Minha Escola, Meu Refúgio prepara alunos e educadores para reconhecer e denunciar a violência



No 6º ano de sua execução, em 2019, o projeto “Minha Escola, Meu Refúgio” envolveu 14 escolas de Belém, duas das quais no Distrito de Icoaraci, e cinco escolas no município de Breves, no Marajó, onde o projeto também coordenou ação de educação continuada para mais de 500 educadores das 246 escolas públicas da área rural do município, um dos mais vulneráveis no Pará no que se refere ao abuso sexual e à violência contra crianças e adolescentes.

Para explicar de que forma o Judiciário e a sociedade podem fazer o enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, em meio à difícil realidade socioeconômica e cultural do Marajó, o projeto esteve em cinco escolas da área urbana de Breves, entre 13 e 17 de maio.

As atividades envolveram cerca de 90 professores e 100 alunos, entre 6 e 11 anos, e consistiram em atividades lúdicas com as crianças, para que aprendessem a identificar o abuso sexual e o que fazer ante uma situação abusiva com elas ou outras crianças e adolescentes; palestras sobre como identificar sinais de abuso; indicação de materiais para trabalhar o tema em sala de aula; e o que fazer em casos de suspeita ou denúncia. Foram visitadas as escolas municipais Maria de Lourdes Sales, Profes-

sor Estevão Gomes, Bom Jesus, Odízia Corrêa Farias e Emerentina Moreira de Souza

PARCERIA

Ao final, foi firmada parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Breves para outra visita, visando à formação e à capacitação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos das 246 escolas públicas da área rural de Breves.

A capacitação se iniciou em 5 de setembro, no Centro de Desenvolvimento Profissional, com cerca de 230 educadores pela manhã e 298 à tarde, totalizando 528 profissionais da educação.

Eles foram orientados sobre como reconhecer sinais de violência e como proceder nesses casos; sobre métodos de abordagem do tema de acordo com a faixa etária dos alunos, e a liderar e potencializar ações preventivas nos espaços educativos, com alunos e toda a comunidade escolar.

Os resultados foram positivos. Casos foram identificados após a capacitação e os procedimentos adotados foram os recomendados pela capacitação do projeto no município.



RICARDO LIMA

Em 2019, o projeto também alcançou uma boa repercussão institucional, quando, em fevereiro, a Assembleia Legislativa aprovou, à unanimidade, Votos de Aplausos ao TJPA pela iniciativa. O deputado proponente também solicitou à Mesa Diretora da Alepa que recomendasse ao Poder Executivo Estadual a execução do projeto como política pública, no âmbito do programa “Territórios de Paz”.

PROJETO ESTEVE EM 14 ESCOLAS PÚBLICAS DE BELÉM, DUAS DAS QUAIS EM ICOARACI

ESCOLA	DATA DA VISITA
EMEIF Allana Souza Barboza	18/01/2019
EMEIF Amália Paungartter	29/03/2019
UEI Catalina I, Catalina II e Catalina III	26/04/2019
EMEIF Benvinda de França Messias	07/05/2019
UEI Sacramento	31/05/2019
EMEIF José Alves Cunha (Tapanã/Icoaraci); Centro Social de Nazaré	31/05/2019
EMEIF Edson Luís	04/06/2019
Unidade de educação Infantil Providência	21/06/2019
Escola da Fundação Pestalozzi do Pará	30/08/2019
Escola Estadual Feliz Luzitânia	02/09/2019
EMEIF Ernestina Rodrigues	27/09/2019
	01/11/2019

FONTE: PROJETO MINHA ESCOLA, MEU REFÚGIO

No seu sexto ano de execução, o projeto “Minha Escola, Meu Refúgio” estende suas atividades de Belém para a região do Marajó, marcada por altos índices de exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes



OS RESULTADOS FORAM POSITIVOS. CASOS FORAM IDENTIFICADOS APÓS A CAPACITAÇÃO E OS PROCEDIMENTOS ADOTADOS FORAM OS RECOMENDADOS PELA CAPACITAÇÃO DO PROJETO NO MUNICÍPIO



TJPA institucionaliza ações para melhorar os indicadores

Iniciativas envolvem combate à corrupção, à improbidade e à violência contra as mulheres



o exercício de 2019, o TJPA autorizou quatro iniciativas que estão em andamento para contribuir com os indicadores do planejamento estratégico da instituição.

Aprovado em março de 2019, o projeto “Celeridade e eficiência nos resultados da Meta 4” identifica e julga ações relativas à corrupção e à improbidade administrativa, no cumprimento da Meta 4 do CNJ. A partir da instituição de Grupo de Auxílio Remoto (GAR), foram julgados 829 processos, alcançando um índice de julgamento de 51,93% até dezembro de 2019. Com o auxílio de servidores, os dez magistrados do grupo julgaram 271 processos, o equivalente a 33% do esforço do Tribunal com relação a essa matéria. A coordenação do GAR é o núcleo de execução do projeto, responsável pelo controle, acompanhamento mensal e aferição da produtividade dos magistrados que o compõe. Até dezembro de 2019, o cumprimento da Meta 4 estava em 73,74%, em parte por causa de pro-

cessos ainda não aptos à sentença. Os magistrados vinculados ao GAR têm acelerado os trabalhos, por meio de audiências e atos processuais e conversão de processos em meio digital, o que resultou em 472 processos da meta 4 digitalizados, referentes à distribuição até o ano de 2016, permitindo assim sua movimentação para os juízes do GAR.

MARIA DA PENHA

Aprovado em julho de 2019, o projeto “Maria da Penha Vai à Escola: Unindo Esforços no Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher” busca conscientizar as comunidades escolares públicas da Comarca de Santarém sobre a violência de gênero e o combate à violência doméstica e familiar. O projeto teve início em maio e se encerrou em dezembro de 2019, em nove escolas do ensino fundamental da Comarca de Santarém, da 6ª até a 9ª série.



O TJPA TAMBÉM BUSCOU A APROVAÇÃO DE PROJETOS COM RECURSOS EXTERNOS, POR MEIO DA APRESENTAÇÃO DE INICIATIVAS A ENTIDADES DE FINANCIAMENTO, TAIS COMO O FUNDO DE DIREITOS DIFUSOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - FDD/MJ



Houve capacitação do corpo docente e palestras para pais, responsáveis e alunos.

Em agosto de 2019, foi aprovada a “Audiência de Acolhimento Psicossocial e Jurídico”, cujo objetivo é promover o atendimento acolhedor e humanizado às mulheres que acessam a Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Santarém, para mulheres vítimas de violência doméstica. Trata-se de atendimento humanizado nas rotinas de audiência, com apoio psicossocial. No período do projeto foram realizadas nove audiências concentradas de acolhimento, que atenderam 206 mulheres, dentre as quais 182 foram encaminhadas a projetos da rede de proteção externa.

Autorizado em setembro de 2019, o projeto “Ouvidoria Itinerante” aproxima a Ouvidoria Judiciária do usuário. No mês de setembro foram realizados 40 atendimentos, metade dos quais por meio do projeto, com a coleta de sugestões, reclamações e elogios.

RECURSOS EXTERNOS

O TJPA também buscou a aprovação de projetos com recursos externos, por meio da apresentação de iniciativas a entidades de financiamento, tais como o Fundo de Direitos Difusos do Ministério da Justiça - FDD/MJ. Três projetos foram habilitados e dois foram classificados. Os projetos classificados foram “Inteligência artificial aplicada ao direito do consumidor” e o projeto “Centro de Promoção da Justiça da 4ª Região”, sendo o primeiro registrado como prioridade na Ata da 224ª Reunião do Conselho do FDD. Ambos integram o portfólio de iniciativas passíveis de execução de acordo com a prioridade do Fundo.

Também foi firmado convênio com o Departamento Penitenciário Nacional – DPEN/MJ, para viabilizar a instalação de sistema de videoconferência no âmbito do TJPA, interligando todas as varas criminais do Estado e implementação dos Projetos Visita Virtual e Audiências Virtuais, tendo em vista o interesse recíproco em adotar políticas de promoção dos direitos das pessoas privadas de liberdade.

Relatório 2019

DE EXERCÍCIO

Obras

Judiciário conclui os fóruns
de Viseu e Vitória do Xingu **96**

*Planejamento
e Gestão*

*Serviço
Jurisdicional*

Boas Práticas

> *Infraestrutura*

Tecnologia

Institucional

Judiciário conclui os fóruns de Viseu e Vitória do Xingu

Antigo almoxarifado do TJPA, na Cidade Velha, foi reformado para receber a Secretaria de Gestão de Pessoas



conclusão das obras dos fóruns das Comarcas de Viseu, na região nordeste, e de Vitória do Xingu, no sudoeste, e da reforma e

ampliação do prédio, em Belém, onde já funciona a Secretaria de Gestão de Pessoas do TJPA, foram as principais ações desse primeiro ano do exercício da

Fórum de Viseu tem espaço para o funcionamento de mais uma Vara e atende às condições de acessibilidade

DIVULGAÇÃO



Fórum de Vitória do Xingu foi construído em parceria com a Norte Energia e tem capacidade para o funcionamento de duas varas

DIVULGAÇÃO

gestão para o biênio 2019-2021, na área da Secretaria de Engenharia e Arquitetura.

O Fórum de Viseu incluiu uma nova Vara e atende às condições de acessibilidade. São mais de 600 metros quadrados em área construída em um terreno de mais de 900 m².

O Fórum de Vitória do Xingu foi feito em convênio com a Companhia Norte Energia. O prédio térreo tem capacidade para duas Varas Judiciais.

A conclusão da reforma e ampliação do antigo almoxarifado central do TJPA, na Cidade Velha, em Belém, e a transferência da Secretaria de Gestão de Pessoas para o local, permitem que o Judiciário aproxime a gestão de pessoas dos servidores, considerando que o novo endereço está no entorno dos Fóruns Cível e Criminal da Capital, onde trabalha um grande número de servidores.

A sustentabilidade ambiental do prédio permite reuso de água da chuva e iluminação natural. Trata-se de piloto para o uso dessas soluções em projetos futuros. O novo prédio atende à lei de inclusão de pessoas com deficiência e está em sintonia com a preservação do patrimônio histórico.

O prédio tem subestação própria e gerador de energia e a expectativa é pela melhora do abastecimento de energia.

“

A SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS NA CIDADE VELHA APROXIMA A GESTÃO DOS SERVIDORES DOS FÓRUNS CÍVEL E CRIMINAL DA CAPITAL, ONDE TRABALHA UM GRANDE NÚMERO DE SERVIDORES

”

Obras em andamento em Belém e no Marajó

Em construção, o anexo II abrigará um auditório com 612 lugares na plateia, até 16 autoridades à mesa e mais dois oradores. Haverá 346 lugares fixos, com espaço para 14 cadeirantes. Serão 252 cadeiras móveis, que poderão ser redistribuídas em três salas multiuso, com infraestrutura para som, vídeo, iluminação e climatização individualizados.

No andar superior, ficará a Corregedoria. O estacionamento da sede do TJPA terá mais 30 novas vagas. O edifício atenderá às condições de acessibilidade e às exigências ambientais, com reuso de água da chuva e tratamento do esgoto gerado.

Prédio do antigo almoxarifado, na Cidade Velha, foi reformado e sedia a Secretaria de Gestão de Pessoas, em projeto-piloto de sustentabilidade ambiental

DIVULGAÇÃO



O Anexo II terá um auditório com capacidade para 612 lugares na plateia, além de sistema de reuso de água e tratamento de esgoto gerado

DIVULGAÇÃO



REFORMA

O prédio do Fórum da Comarca de Muaná, no Marajó, cujas obras de reforma estão em andamento, abrigará as instituições parceiras, secretarias, gabinetes, sala de audiência e Salão do Júri. Ao final o prédio contará com 294 m² de área construída.

CEJUSC

Foram instalados os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) em Marabá, no sudeste do Estado; em Belém, na Universidade Federal do Pará (UFPA); e na Comarca de Marituba, na Região Metropolitana de Belém.

REFORÇO

O reforço estrutural do prédio Desembargador Paulo Frota inclui as fundações, os consoles (com a construção da fundação e pilar), a viga no 1º e 2º pavimentos, além de reparos, recomposição de revestimento cerâmico da fachada, substituição de vidros, recuperação do muro lateral e fechamento de fissuras.

ADEQUAÇÕES

Foram feitas adequações de espaços físicos, com mudança de leiaute e ajustes em mobiliário no Fórum de Oriximiná, 1ª e 2ª Varas Cíveis de Ananindeua, 2ª Vara Cível e Empresarial de Marituba, 1ª Vara Cível e Empresarial e Vara de Família de Icoaraci e anexo II da 1ª Vara da Infância e Juventude. Também foi elaborada proposta de alteração para a 1ª Vara Criminal de Castanhal, 1ª Vara Cível e Empresarial e Vara Criminal de Santa Izabel, 1ª Vara Cível e Empresarial e Vara Criminal de Marituba e 2ª Vara Cível e Empresarial e Vara Criminal de Benevides.

SEGURANÇA

Foram instalados detectores de metais e fechadura eletrônica no Prédio Sede e nos fóruns de São Miguel do Guamá, de Santa Luzia do Pará, de Cachoeira do Arari, de Portel, de Novo Repartimento, de Brasil Novo, de Uruará, de Curionópolis, de Xinguara, de Jacundá, de São Geraldo do Araguaia, de Rio Maria, de São Félix do Xingu e de Tucumã.

DIVULGAÇÃO



O Poder Judiciário instalou Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) na Comarca de Marituba e no campus da UFPA, no bairro do Guamá, em Belém

DIVULGAÇÃO



DIVULGAÇÃO

Manutenção elétrica e de cobertura é prioridade no interior

O prédio Desembargador Paulo Frota, em Belém, recebe reforço estrutural nas suas fundações

Com o avanço e desenvolvimento do IPO (Índice de Priorização de Obras), foi constatada a necessidade de priorizar a melhoria nas instalações elétricas das edificações, bem como

impermeabilização e manutenção de coberturas. As unidades atendidas em 2019 com serviços da ação de reestruturação estão incluídas na tabela:

ITEM	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
01	FÓRUM DE LIMOEIRO DO AJURU	CONCLUÍDO EM EXECUÇÃO EM EXECUÇÃO EM EXECUÇÃO
02	FÓRUM DE CHAVES	
03	FÓRUM DE PONTA DE PEDRAS	
04	FÓRUM DE OEIRAS DO PARÁ	

FONTE: SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Relatório 2019

DE EXERCÍCIO

Modernização

Judiciário aperfeiçoa infraestrutura da tecnologia de informação e comunicação **104**

Planejamento
e Gestão

Serviço
Jurisdicional

Boas Práticas

Infraestrutura

> Tecnologia

Institucional

Judiciário aperfeiçoa infraestrutura da tecnologia de informação e comunicação

Melhorias incluem projeto de inteligência artificial e sistemas eletrônicos de gestão dos processos



Em agosto de 2019, foi desenvolvido Projeto de Inteligência Artificial (IA) para produzir decisão automatizada de tutela antecipada, a partir da identificação de grandes litigantes nas relações de consumo. A infraestrutura tecnológica será ampliada para dar suporte à solução de IA e assegurar celeridade à resolução de disputas massificadas de consumidores.

O financiamento do projeto foi pleiteado ao Ministério da Justiça, por meio do Fundo de Direitos Difusos (FDD), em atendimento ao chamamento público para captação de recursos externos. O valor do projeto foi estimado em R\$ 19,6 milhões, com contrapartida financeira de 2%.

LIBRA, PJE E SEEU

O acesso ao Processo Judicial Eletrônico (PJe) foi ampliado e um curso de PJe, na modalidade a distância (EaD), envolveu, até novembro, 44 unidades judiciárias. Foram disponibilizados materiais exclusivos para advogados, membros do Ministério Público e Defensoria Pública. O treinamento envolveu aproximadamente 500 pessoas. Atividades de suporte ao PJe atenderam a 68 requisições para sanar dúvidas sobre o sistema.

O cronograma de implantação do PJe previu a instalação em 49 unidades judiciárias e, até novembro, o sistema foi implantado em 50 unidades, pois a Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de



AIRTON NASCIMENTO

Tucuruí, criada em agosto, também foi atendida.

A versão 2.1 do PJe dispõe agora de bancos de dados de Desenvolvimento e Homologação, condição essencial para se implantar a nova versão do sistema.

Na linha de integração entre o LIBRA e o PJe, houve um avanço na vinculação de feitos que tramitam no 1º grau a desembargadores relatores de processos ou de recursos incidentes, permitindo o compartilhamento de informação entre os sistemas e um melhor acesso à informação.

Também foram feitas melhorias e expansão no Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU, por meio da contribuição de vários setores do TJPA para promover treinamento, suporte e digitalização de documentos físicos.

“

O ACESSO AO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE) FOI AMPLIADO E UM CURSO DE PJE, NA MODALIDADE A DISTÂNCIA (EAD), ENVOLVEU, ATÉ NOVEMBRO, 44 UNIDADES JUDICIÁRIAS

”

Sistemas eletrônicos da atividade meio são aprimorados

Há evoluções no Sistema de Arrecadação Judicial, Sistema de Arrecadação Extrajudicial, Integrações do Sistema Thema (TJPA) com o Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM-SEFA-PA), Sistema de Auditoria do Controle Interno (AUDI) e Sistema de Engenharia e Arquitetura (SEA).

No Sistema de Arrecadação Judicial foi aprimorada a identificação de divergências de valores entre boletos e sistema e dos relatórios de fiscalização que apontam fraudes e inconsistências, e apoiam a recuperação de valores devidos ao TJPA, atendendo à Procuradoria Geral do Estado (PGE), ao Banpará e ao próprio TJPA.

No Sistema de Arrecadação Extrajudicial foram incluídos novos relatórios de apoio à fiscalização, para melhorar o planejamento da fiscalização aos cartórios extrajudiciais. Há avanços no sistema de Selo Digital, dirigidos às serventias de protesto e registro de títulos e documentos.

A Integração da Rotina de Pré-empenho do GRP-THEMA (TJPA) com SIAFEM (SEFA-PA), possibilita a transmissão automática dos empenhos e agrega eficiência ao trabalho das equipes do Tribunal.

O Sistema de Auditoria (AUDI) passou por manutenções corretivas em relatórios e na geração de excertos de auditoria, além de alterações em diversas funcionalidades. Foi desenvolvido também um leiaute mais adequado às necessidades do Processo de Auditoria da Secretaria de Controle Interno.

A nova versão do sistema SEA possibilitou a melhoria da gestão dos imóveis do TJPA, agregando novas funcionalidades de avaliação de imóveis, prevenção e combate a incêndio, vistoria e novo relatório estatístico com o ranking de atendimento de prioridade em relação às obras.

Judiciário incorpora novos sistemas e portais

Foram disponibilizados o Sistema Integrado de Movimentação na Carreira de Magistrados (PROMAG), Cadastro de Peritos e outros Auxiliares da Justiça - CAPJUS, Plenário Virtual, Sistema de Atos Normativos, Portal da Transparência, Portal da Escola Judicial, Gerenciador de Repositórios Virtuais e Serviço de Revista dos Tribunais Online.

O PROMAG garante a celeridade no processo de promoção de magistrados, com três módulos: inscrição, instrução e julgamento.

O CAPJUS permite a formação de cadastros de interessados em prestar serviços de perícia, lei-

ções, mediações, exames técnicos, interpretação ou tradução nos processos judiciais, para reduzir o tempo de espera no julgamento de um processo por causa de pendências de origem técnica.

O Plenário Virtual é um sistema eletrônico para julgamento de feitos do TJPA que passou por diversas manutenções corretivas para incrementar a quantidade de processos julgados.

O novo Sistema de Atos Normativos facilita a localização de documentos com melhorias no filtro por argumento, além de um novo leiaute, mais moderno e padronizado com o novo portal do TJPA.

Em relação aos portais, o Portal da Transparência colaborou fortemente para que o TJPA se tornasse o Tribunal Estadual com maior nível de transparência entre os seus pares em 2019, segundo ranking do CNJ, enquanto o portal da Escola Judicial inclui o ambiente virtual de aprendizagem alinhado às práticas de Ensino a Distância (EAD) e à validação de certificados emitidos pela EIPA.

BIBLIOTECA

Está em fase de conclusão o DSPACE, gerenciador de repositórios virtuais, sob gestão da Divisão de Biblioteca, pré-requisito ao ingresso no Consórcio BDJUR - Rede de Bibliotecas Digitais Jurídicas -, sob a administração do STJ. O TJPA é o 2º Tribunal Estadual a compor tal comunidade no meio jurídico.

Foi feita contratação de licença anual para o serviço de Revista dos Tribunais *On Line*, que descentraliza e disponibiliza o conhecimento jurídico, por meio da internet, a magistrados e servidores, principalmente os que trabalham nas comarcas do interior.

Apresentação do Sistema Integrado de Movimentação da Carreira dos Magistrados (PROMAG), que torna mais ágeis os processos de inscrição, instrução e julgamento

ÉRIKA NUNES



Infraestrutura e serviços básicos de transmissão de dados mais eficientes

O Serviço de Registro e Execução de Atendimento reestruturou o catálogo de serviços da Secretaria de Informática, garantindo maior clareza nas regras de escalação, aprovação e delegação de responsabilidades pelas demandas do usuário final.

A automatização de indicadores do Contrato de Suporte de Informática foi concluída, para monitorar os níveis de serviço do fornecedor.

Foram concluídas as atualizações dos processos de atendimentos por meio de chamados, para adequá-los às boas práticas sugeridas pela biblioteca IT Infrastructure Library - ITIL -, composta por uma coleção de livros cujo foco são as práticas para Gerenciamento de Serviços de TI.

Foi disponibilizado um novo banco para os dados de produção do novo DataWarehouse (DW), que opera em um cluster de alta disponibilidade. Isso complementa a primeira fase do projeto de construção do novo DataWarehouse (DW) ambiente de consolidação de padronização de dados dispersos em sistemas processuais.

A implantação da solução OpenShift no ambiente de DataCenter do TJPA assegura maior integração entre as camadas de desenvolvimento e infraestrutura, celeridade na disponibilização de aplicações, maior automação e maior desempenho em decorrência do melhor aproveitamento dos recursos computacionais. Ainda acerca do OpenShift, as aplicações consulta LDAP e GDR foram migradas com sucesso para a referida solução, o que resultou em redução no índice de indisponibilidade.



ÉRIKA NUNES

AUDIÊNCIAS

Foi contratado sistema de apoio ao serviço de gravação de audiências (DRS Audiências), com aquisição de periféricos para dar apoio ao serviço: 200 webcams, 400 microfones, 100 cabos P10, 100 cabos P2, 400 suportes de mesa PS2F.

Para atualizar o parque de microinformática, foram adquiridos 200 multifuncionais (incluindo 20 unidades fusoras), 140 MiniPcs com monitores, 140 monitores adicionais para atender aos requisitos de implantação recomendados pelo

O presidente do TJPA, Des. Leonardo Tavares, com os prefeitos Darci Lermen, de Parauapebas; Jeová de Andrade, de Canaã dos Carajás; e Adonei Aguiar, de Curionópolis, com os quais assinou convênio para a implantação da Central de Digitalização de Processos do Sudeste do Pará. Recurso permitiu a aquisição de tecnologia.

CNJ (duas telas) e 100 leitores de códigos de barras.

Parte desses equipamentos será utilizada no Projeto de Digitalização das comarcas de Parauapebas, Curionópolis e Canaã dos Carajás, no sudeste do Estado, a partir de convênios com as prefeituras. Esse projeto de digitalização inclui a aquisição de 13 scanners de grande

porte e 15 licenças de software especializado para digitalização.

Com apoio de recursos de convênios com prefeituras do sudeste do Pará, houve a aquisição de dispositivo de armazenamento de dados para DataCenter (Storage) com tecnologia AllFlash, incluindo capacitação para 10 servidores efetivos. Tal solução tem capacidade para expansão do PJe e demais sistemas institucionais, além de desempenhos suficientes para suportar novas aplicações ainda não utilizadas, como a Infraestrutura de Virtualização de Ambientes Desktop.

VIDEOAUDIÊNCIA

O serviço de videoconferência foi melhorado, com as definições de solução de arquitetura, bem como dos leiautes da utilização da solução em salas de audiência. As proposições foram construídas junto com a Superintendência do Sistema Penitenciário, em alinhamento ao “Projeto de Videoaudiências”.

O projeto busca economia e redução de risco operacional, pois suspende o deslocamento de presos às audiências. Com o apoio do Gabinete dos Juizes Auxiliares da Presidência foram captados R\$ 4 milhões junto ao Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), para aquisição de nova solução de videoconferência para compor o rol das demais soluções definidas.

Para melhoria da segurança, atualizou-se o Firewall Palo Alto para sua última versão 8.0. Além disso, houve a compatibilização da imagem de máquinas virtuais com finalidade de Firewall

nos equipamentos Riverbed, que sustentam serviços essenciais em algumas unidades judiciárias no interior.

Foram criados informativos curtos e de linguagem acessível sobre o uso de equipamentos de no-break, informativos análogos relacionados ao autoatendimento e participação em pesquisas de satisfação na Central de Serviços de Tecnologia do TJPA.

Rede de comunicações melhora infraestrutura no interior

Quanto ao Serviço de Infraestrutura de Redes, houve êxito na migração de circuitos de dados para 63 comarcas do interior, que deixaram de ser aten-

RICARDO LIMA

Sistema de videoconferência teve melhorias e ficou mais econômico e com menos riscos operacionais



didas por satélite e agora utilizam algum meio terrestre. Observa-se melhoria na performance desses links com a capital, reduzindo o tempo de resposta para acesso aos sistemas judiciais e administrativos.

Ainda sobre circuito de dados, implantou-se redundância do Link de Internet na rede TJPA, sendo dois links de 400 Mbps fornecidos por diferentes operadoras. Assim, em eventual indisponibilidade ou baixo desempenho em um dos links, uma migração para o circuito que está em operação é sistematicamente realizada.

Mapas e painéis foram criados para identificar incidentes e facilitar a análise do relacionamento entre os equipamentos, a partir de diversas métricas técnicas, reduzindo o tempo de recuperação do serviço. Em muitos casos, a atuação é feita remotamente, o que reduz custos com deslocamento e diárias.

Foram prestados serviços de operações de streaming de áudio e vídeo para atender às sessões do Tribunal Pleno, das Câmaras Cíveis e Criminais, Tribunais do Júri e eventos sob demanda, através da Internet e Intranet, disponibilizando, em tempo real, imagens e sons de qualidade.

TELEFONIA

Para o Serviço de Telefonia, adotou-se a padronização da numeração de ramais para os fóruns de Barcarena e de Marabá e nos prédios da Casa Amarela 2, da Secretaria de Gestão de Pessoas e da Vara Distrital de Icoaraci. A melhoria na rede digital de voz possibilita o funcionamento da redundância automática entre os dois concentradores do serviço de telefonia fixa e permite ligações telefônicas entre prédios com custo zero.

A implantação do Sistema de Tarificação (Omni-Vista 8770) em todas as Unidades Judiciárias da Rede Digital de Voz possibilita melhor visibilidade e contro-

le dos custos das comunicações telefônicas efetuadas e cobradas pela operadora de telefonia fixa, por meio da tarifação das ligações bilhetadas com o software de gerenciador telefônico das centrais.

Adicionalmente, com o advento de uma Central de Atendimento remota, houve êxito na integração entre as redes de voz do TJPA e por meio de entroncamento de uma rede de conexão de voz pela internet.

Para o serviço de telefonia móvel, foram distribuídos celulares institucionais a 81 Comarcas do Interior para serem utilizados no plantão judiciário.

PJe chega a todas as Varas Cíveis do Pará

No exercício de 2019, o Processo Judicial Eletrônico (PJe) chegou a todas as comarcas com Varas de competência Cível do Judiciário paraense: 259 unidades judiciais, entre varas, juizados e Cejuscs, estão aptos a operar com a nova ferramenta. O desafio, agora, é transformar o acervo de processos físicos em processos virtuais, o que exigirá recursos e pessoal para digitalizar documentos em várias regiões do Estado. Estão sendo articuladas parcerias com prefeituras, nos moldes da firmada com os municípios de Curionópolis, Canaã dos Carajás e Parauapebas, e que criou uma central de digitalização na região sudeste do Pará. Outros desafios são a baixa cobertura de internet na região e a necessidade de treinamento de pessoal para operar a nova ferramenta eletrônica. Para isso, o Judiciário moderniza sua infraestrutura de informática, por meio da fibra óptica, e investe no ensino a distância, o EAD. A partir de janeiro de 2020, o TJPA deve iniciar o processo de implantação do PJe nas varas de competência criminal.

Relatório 2019

DE EXERCÍCIO

Ressocialização

Começar de Novo busca trabalho para egressos do sistema penal **114**

Peritos

Cadastros garantem credibilidade aos profissionais técnicos e científicos **116**

Meio ambiente

Judiciário investe em reutilização de papel, coleta seletiva e qualidade de vida **118**

Normas

Comissão viabiliza a aprovação de atos normativos **120**

Diálogo

Ouvidoria lança projeto para facilitar acesso ao Judiciário **121**

Infância e Juventude

Cursos formam servidores para a garantia de direitos **122**

Formação

Escola Judicial capacitou mais de quatro mil pessoas em 2019 **128**

Digitalização

Central garante celeridade, responsabilidade social e economia **130**

Mulher

Cevid coordena enfrentamento e prevenção à violência doméstica **132**

Igualdade

Mulheres discutem participação no Judiciário sob a perspectiva de gênero **138**

Vice-Presidência

Desembargadora supervisiona cinco dos 11 macrodesafios do Poder Judiciário..... **140**

Produtividade

GAS ajuda a reduzir o acervo de processos no desembargo **143**

Inclusão

Comissão de acessibilidade aumenta sua representação **144**

Segurança

Coordenadoria Militar recolheu quase oito mil armas em 89 comarcas **146**

Comunicação

Novas mídias pontuam avanços na comunicação **148**

*Planejamento
e Gestão*

*Serviço
Jurisdicional*

Boas Práticas

Infraestrutura

Tecnologia

> *Institucional*

Começar de Novo busca trabalho para egressos do sistema penal

Há 840 reeducandos cadastrados, 57 dos quais atuam em digitalização no Judiciário



O programa Começar de Novo faz parte do esforço do Judiciário paraense para assegurar apoio às ações de ressocialização de apenados e egressos do sistema penitenciário.

O objetivo é assegurar a eles alternativas de trabalho e geração de renda, para evitar a reincidência.

Há 840 reeducandos cadastrados no programa, 57 dos quais trabalhando em quatro frentes de digitalização no Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), assim distribuídos: 18 na Central de Digitalização do 1º Grau, 12 na Central de Digitalização do 2º Grau, 24 no Arquivo Regional e três na Central de Digitalização da Comarca de Santarém, implantada em 2019.

Para ajudar no processo de formação de cidadania dos reeducandos bolsistas que atuam nas diversas frentes de digitalização no TJPA, o programa Começar de Novo promoveu uma série de atividades, entre as quais se destacam:

1. Palestra sobre “Atitude e Empoderamento Pessoal” aos bolsistas que atuam nas Centrais de Digitalização do prédio sede;
2. Oficina que abordou o tema “Drogas, dependência e recuperação”;
3. Curso de Informática Básica;
4. Roda de Conversa “Violência contra mulher”, para sensibilizar, orientar e prevenir a violência contra a mulher;
5. Roda de Conversa “Relações de pertencimento e novas possibilidades”, para sensibilizar, refletir e aprender novas formas de lidar com estereótipos e rótulos construídos socialmente;
6. Curso “Manutenção de Notebooks”.



ÉRIKA NUNES

Círculo de leitura com a participação de reeducandos do sistema penitenciário: objetivo é reintegrar os egressos à comunidade

“

O OBJETIVO DO COMEÇAR DE NOVO É ASSEGURAR AOS REEDUCANDOS ALTERNATIVAS DE TRABALHO E GERAÇÃO DE RENDA, PARA EVITAR A REINCIDÊNCIA

”

Cadastros garantem credibilidade aos profissionais técnicos e científicos

Magistrados só podem nomear auxiliares da justiça cadastrados em lista eletrônica



Evitar que os processos fiquem parados por causa da ausência de peritos nas Comarcas. Este é o principal interesse público atendido pela Comissão para implantação do Cadastro de Profissionais e Órgãos Técnicos ou Científicos, constituída pela Portaria 1289/2019-GP, e redefinida pela Portaria 2415/2019-GP. A Comissão atua alinhada às Resoluções nº 233 e 236 do Conselho Nacional de Justiça e à Portaria nº 16/2018-GP do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA).

Foram instituídos o Cadastro de Peritos e outros Auxiliares da Justiça (CAPJus), o Cadastro de Profissionais e Órgãos Técnicos ou Científicos (CPTEC) e o Cadastro Eletrônico de Leiloeiros e Corretores (CELC).

Essas ferramentas vão gerenciar a garantir celeridade e transparência à nomeação de inte-

ressados em auxiliar a justiça paraense nos 1º e 2º Graus de Jurisdição.

O uso das ferramentas é obrigatório para nomear os profissionais que prestam serviços de perícia, interpretação ou tradução nos processos judiciais.

Foram publicados dois editais: de Credenciamento de Peritos, Tradutores e Interpretes e de Credenciamento de Leiloeiros e Corretores Públicos.

O sistema foi desenvolvido pela Secretaria de Informática e amplamente divulgado, sendo disponibilizado aos interessados na forma eletrô-



ÉRIKA NUNES

Apresentação do CAP-JUS, uma das ferramentas instituídas pelo TJPA para assegurar transparência à nomeação de peritos, intérpretes e tradutores para atuar nos processos judiciais

nica para cadastramento dos dados e inserção da documentação obrigatória do candidato.

O primeiro Termo de Credenciamento foi homologado pelo Presidente do TJPA em 2 de agosto de 2019 com profissionais (pessoas físicas e jurídicas) em Comarcas do Pará. O segundo Termo foi homologado em 20 de setembro de 2019. O CAPJus tem 154 profissionais cadastrados e 79 habilitações registradas.

“

CADASTROS VÃO GERENCIAR E GARANTIR CELERIDADE E TRANSPARÊNCIA À NOMEAÇÃO DE INTERESSADOS EM AUXILIAR A JUSTIÇA PARAENSE NOS 1º E 2º GRAUS DE JURISDIÇÃO

”

Judiciário investe em reutilização de papel, coleta seletiva e qualidade de vida

Descarte consciente incrementa a renda de 210 famílias de catadores



Reutilização de papéis, coleta seletiva e qualidade de vida foram os temas trabalhados pelo Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça do Pará, em 2019.

Foram produzidos dois mil calendários sustentáveis, distribuídos ao corpo funcional e à força auxiliar do prédio-sede, fóruns da capital e interior. Entre janeiro e setembro, 379 resmas reutilizadas substituíram resmas novas. Os pedidos são feitos pelo Sistema Thema-ERP, gerando métricas para acompanhar requisições, atendimentos e as respectivas unidades demandantes. Essas resmas de papel reutilizadas são confeccionadas no Núcleo Socioambiental.

A Coleta Seletiva, executada por meio do “Projeto Descarte Consciente”, descartou 18,9 mil toneladas de resíduos sólidos, entre janeiro e setembro de 2019, gerenciados conforme

classificação da ABNT NBR 10004/2014, como perigosos e não perigosos. O material teve a seguinte destinação:

1. Foram destinados 316,98 kg de eletrônicos ao Projeto Descarte Legal de Eletrônicos, programa socioambiental de coleta seletiva e reciclagem de resíduos eletroeletrônicos do Instituto GEA, de São Paulo, que capacitou localmente três cooperativas de Belém para o tratamento de resíduos desta natureza.
2. Três toneladas de suprimentos de impressão e 643,12 quilos de pilhas/baterias retornaram aos fabricantes e à Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica, respectivamente, atendendo às exigências da logística reversa.
3. 360,11 quilos de resíduos provenientes do atendimento de saúde foram enviados à empresa vencedora do certame para tratamento, tornando mais eficiente este gasto público.



ÉRIKA NUNES

As feiras de agricultura familiar garantem mercado aos produtores que cultivam orgânicos, além de alimentos mais baratos e de qualidade aos servidores do TJPA

NÃO PERIGOSOS

Quanto aos resíduos não perigosos, 14,5 toneladas foram enviadas a cinco cooperativas, que envolvem diretamente 210 famílias. Essas ações de inclusão social e econômica reduzem os impactos negativos das atividades judiciais e a degradação ambiental pelo reuso da matéria-prima.

FEIRAS

Foram realizadas 15 feiras da agricultura familiar, no âmbito do Judiciário, para fomentar a economia circular dos pequenos produtores, que vendem produtos de qualidade diretamente ao consumidor. Todas as feiras contaram com a participação de equipe de enfermagem e nutrição para assegurar orientação alimentar.

“

A COLETA SELETIVA, EXECUTADA POR MEIO DO PROJETO ‘DESCARTE CONSCIENTE’, DESCARTOU 18,9 MIL TONELADAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS, ENTRE JANEIRO E SETEMBRO DE 2019

”

Comissão viabiliza a aprovação de atos normativos

Objetivo é organizar o Judiciário para atender, com qualidade, às demandas da sociedade



Comissão de Organização Judiciária promoveu quatro reuniões ordinárias, em 2019, durante as quais seus integrantes aprovaram doze propostas de atos normativos de relevante importância para o cumprimento das metas do Plano de Gestão do TJPA para o biênio 2019-2021.

Foram aprovados os normativos que tratam do anteprojeto de Lei para a Revisão Anual dos Servidores do TJPA; projeto de Lei que cria uma Unidade Judiciária dos Juizados Especiais em Parauapebas; e o anteprojeto de Lei Complementar que trata do Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário.

Entre as resoluções aprovadas, destacam-se a alteração da resolução que criou o Plenário Virtual do TJPA; a que trata da atualização da GAE dos Oficiais de Justiça; da instalação da Vara Criminal na Comarca de Xinguara; da transformação da 8ª Vara de Família na 15ª Vara

Cível e Empresarial da Comarca de Belém; do Concurso de Remoção dos Servidores do Judiciário do Pará; que trata do Comitê Único Gestor Regional e Orçamentário do 1º Grau e Comitê Orçamentário do 2º Grau; que trata da transformação da 3ª Vara Especial Criminal da Comarca de Belém na 2ª Vara do Juizado Especial da Fazenda da Comarca de Belém; que dispõe sobre a alteração de competência das Varas Cíveis e Empresariais da Comarca de Tucuruí; que trata da movimentação na carreira da magistratura do Judiciário do Pará.

A Comissão opina sobre todos os assuntos relativos à Organização Judiciária e aos serviços auxiliares da Justiça de 1º e 2º graus; propõe alterações de ordem legislativa ou de atos normativos do próprio Judiciário; controla e acompanha projetos enviados à Assembleia Legislativa e emite parecer sobre proposta de alteração do Regimento Interno.

Ouvidoria lança projeto para facilitar acesso ao Judiciário

Belém, Ananindeua e Icoaraci foram os primeiros polos a receber a itinerância



Ouvidoria judiciária ampliou, no exercício de 2019, o canal de comunicação entre a sociedade e o Poder Judiciário, institucionalizando o Projeto Ouvidoria Itinerante, cujo objetivo é difundir e facilitar o acesso dos jurisdicionados ao Tribunal de Justiça do Pará, aperfeiçoando o atendimento ao usuário e garan-

tindo maior celeridade na prestação jurisdicional. O projeto foi desenvolvido inicialmente na Região Metropolitana de Belém, nos polos de Icoaraci, de 9 a 13 de setembro; Ananindeua, de 7 a 11 de outubro; e no Fórum Cível de Belém, de 4 a 8 de novembro, com um total de 1,3 mil atendimentos presenciais ou por e-mail, conforme a tabela.

ESTATÍSTICA DE ATENDIMENTOS DO PROJETO OUVIDORIA ITINERANTE

TRIMESTRE	TOTAL DE ATENDIMENTOS	MODALIDADE		TIPOS DE SOLICITAÇÃO			% DE SOLUÇÃO
		E-MAIL/SISTEMA INFORMATIZADO	PESSOALMENTE	MOROSIDADE	INFORMAÇÕES	OUTROS	
1º	280	224	56	158	121	1	90
2º	457	417	40	229	217	11	87
3º	577	537	40	323	218	36	80
Total	1314	1178	136	710	556	48	86

Fonte: Ouvidoria judiciária do TJPA

Cursos formam servidores para a garantia de direitos

Depoimento especial, apadrinhamento afetivo e adoção foram alguns dos temas trabalhados



TJPA promoveu cinco cursos de formação, no exercício de 2019, voltados à garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

O curso básico em Técnicas de Entrevista Investigativa e Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes no Sistema de Justiça formou 40 servidores das comarcas de Belém (Fórum Criminal de Belém e Fórum Distrital de Icoaraci), Vigia, Igarapé-Açu, Dom Eliseu, Redenção, Monte Alegre, Oriximiná, Castanhal, Capanema, Paragominas, Marabá, Parauapebas, Tucumã, Altamira e Santarém. Um Encontro de Práticas em Depoimento Es-

pecial teve mais três turmas presenciais, com carga horária de 20 horas/aula e 40 participantes.

Foram realizadas também duas turmas semipresenciais do Curso Básico para Voluntários em Serviços de Acolhimento—Programa Conta Comigo, com o apoio da Unama e participação de 68 pessoas.

Houve mais duas turmas do Curso Básico de Preparação ao Apadrinhamento Afetivo para Crianças e Adolescentes dos Serviços de Acolhimento Conveniados ao Conta Comigo, organizado pela Unama, com apoio da CEIJ e a participação de



DIVULGAÇÃO

Crianças e adolescentes aprendem a lidar com a ansiedade que antecede ao processo de apadrinhamento afetivo

33 crianças/adolescentes. O objetivo foi estimular a compreensão do apadrinhamento afetivo e refletir a ansiedade da espera pela construção do vínculo afetivo.

Na Comarca de Castanhal, foi realizado curso de Formação sobre Apadrinhamento Afetivo para profissionais do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, que tratou dos limites e possibilidades do apadrinhamento afetivo e a necessidade de critérios de cadastramento, seleção, preparação e acompanhamento de padrinhos e madrinhas.

“

CURSO BÁSICO DE PREPARAÇÃO AO APADRINHAMENTO AFETIVO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO CONVENIADOS AO CONTA COMIGO FOI ORGANIZADO PELA UNAMA, COM APOIO DA CEIJ E A PARTICIPAÇÃO DE 33 CRIANÇAS E ADOLESCENTES

”

ADOÇÃO

Com iniciativa da CEIJ e execução da Escola Judicial Dr. Elder Lisboa, foi realizado o curso a distância para facilitadores de preparação à adoção, com 16 concluintes, envolvendo servidores de equipes interprofissionais, vinculados às varas de Infância e de Juventude, área protetiva, de Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes e outros agentes do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.

A Equipe Interprofissional da CEIJ deu palestra durante o III Seminário sobre Adoção, em junho, na Comarca de Abaetetuba, no Baixo Tocantins, sobre o Programa de Entrega Voluntária para Adoção. Participaram representantes das Comarcas de Moju, Igarapé-Miri e Barcarena, profissionais da área de saúde, educação, assistência social e da rede de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Também em junho, uma Roda de Conversa, no Centro Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP), em Belém, estimulou reflexões e deu orientações sobre o direito à convivência familiar de crianças e adolescentes, adoção e entrega voluntária para adoção.

Conta Comigo teve cinco apadrinhamentos em 2019

O Programa de Apadrinhamento Afetivo Conta Comigo garante a crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente o direito à convivência familiar e comunitária. Em 2019, houve cinco celebrações de apadrinhamento afetivo, formalizados após formação e aproximação, processo que dura em média três meses. Contou com a participação de crianças, profissionais dos serviços de acolhimento, das Varas de Infância e Juventude de Icoaraci e de Ananindeua, entre outros.

Houve também seis reuniões interinstitucionais com a participação estimada de 40 pessoas. O

objetivo foi fortalecer, efetivar, divulgar e orientar as ações conjuntas de todos os profissionais e instituições conveniadas ao Conta Comigo, entre elas a CEIJ, os serviços de acolhimento e as Varas de Infância e Juventude.

Foram realizadas também seis rodas de diálogos de acompanhamento do apadrinhamento afetivo de crianças e adolescentes.

ESTAGIÁRIOS

Supervisionado pela CEIJ, convênio com a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Pará (Fasepa) mantém 15 adolescentes e jovens em conflito com a lei na condição

FOTOS: RICARDO LIMA



O uso das salas de depoimento especial para a escuta de crianças e adolescentes é fundamental para evitar a revitimização

de estagiários, em atividades de cunho socioeducativo, executadas em unidades judiciárias e administrativas na Região Metropolitana de Belém, Marabá e Santarém.

DEPOIMENTO ESPECIAL

Foram realizadas três reuniões para discutir propostas de melhoria do fluxo de implantação e de tecnologia acessível e adequada ao uso específico de salas de depoimento especial no Pará.

DIAGNÓSTICO

A CEIJ participou, em janeiro de 2019, dos Diálogos Interinstitucionais: Diagnósticos da Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes–Perspectivas e Soluções, do Observatório da Infância e Juventude da Escola Judicial, que compartilhou informações para o trabalho em rede de proteção de crianças e adolescentes, e também no Painel Perspectivas e Soluções para a Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes vítimas de Violência.

Fortalecimento da rede de proteção é prioridade

A CEIJ promoveu ou participou, em parceria, de uma série de outros eventos de fortalecimento da rede de proteção de crianças e adolescentes, entre os quais a palestra “Os desafios do Enfrentamento ao Extermínio da Juventude Brasileira”, por iniciativa da 3ª Vara da Infância e Juventude de Belém, ministrada por professor do Centro de Es-

tudos sobre Instituições e Dispositivos Punitivos da Universidade Federal do Pará (UFPA).

O Coordenador Estadual da Infância e Juventude do TJPA, Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, participou, em maio, do XIV Encontro do Colégio dos Coordenadores da Infância e Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil, no Rio de Janeiro.

Em abril, a CEIJ participou da Formação Continuada “Infância e Juventude: Questões Controvertidas”, promovida pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), que tratou de temas como Conselho Tutelar, Marco Legal da Primeira Infância e suas implicações jurídicas, Limites da publicidade no Brasil dirigida à criança e ao adolescente em face das exigências da Constitui-

Palestra “Os desafios do enfrentamento ao extermínio da juventude brasileira”, com o professor-doutor Jean François Deluchey, do Centro de Estudos sobre Instituições e Dispositivos Punitivos, da Universidade Federal do Pará (UFPA)

ção Federal, do ECA e do CDC e Infrações jurídicas.

Em março, a CEIJ esteve representada, em Palmas, no Tocantins, durante o XXIV Fórum da Justiça Juvenil (FONAJUV) e o VI Fórum da Justiça Protetiva (FONAJUP).

Em fevereiro, a CEIJ participou do II Seminário de Combate ao Fechamento de Escolas no Campo no Pará, no campus da UFPA, em Castanhal, organizado pelo Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC) e pelos Fóruns Regionais de Educação do Campo. Reuniu gestores de secretarias municipais e estadual de educação, conselhos municipais e estadual de educação, agentes do sistema de justiça organizações governamentais e não governamentais.

RICARDO LIMA

CONSELHEIROS

Também em fevereiro, a CEIJ participou do Seminário de Formação para Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direitos e da Rede de Atendimento das Crianças e Adolescentes, organizado pela Associação de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares dos Municípios Paraenses (ACONEXT-TEL). Participaram cerca de 100 conselheiros tutelares e conselheiros de direitos. A palestra proferida foi sobre Escuta Especializada e Depoimento Especial: Inovações da Lei 13.431/2017.

Em maio, a CEIJ participou do Café das Mães no Centro de Internação Jovem Adulto Masculino (CI-JAM), organizado para proporcionar a interação entre familiares e unidade de acolhimento, mostrando o trabalho desenvolvido com os adolescentes.

Foram realizadas também duas sessões de cinema do Projeto “Vamos todos ao Cinépolis”, com a participação de 130 crianças e adolescentes acolhidos ou que cumprem medida socioeducativa.

Em setembro, a equipe técnica da CEIJ participou do treinamento para a operacionalização do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), que substituirá o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (C-NCA), na Escola Judicial do Pará Dr. Elder Lisboa.

Para discutir questões ligadas à gestão judicial da Justiça protetiva e socioeducativa, o desembargador José Maria Teixeira do Rosário, Coordenador da Infância e Juventude do Pará, e o juiz Vanderley de Oliveira Silva, Titular da 3ª Vara da Infância e Juventude de Belém, estiveram no Rio de Janeiro para participar do Fórum Nacional da Justiça Protetiva (FONAJUP) e do Fórum Nacional da Justiça Juvenil (FONAJUV).

BIBLIOTECA

Com a participação de 26 crianças que residem nos serviços de acolhimento de Belém e Ananindeua, foi realizada em outubro programação especial voltada para crianças, em comemoração ao dia da criança, na biblioteca do TJPA, uma iniciativa da Divisão de Bibliotecas do TJPA.

Escola Judicial capacitou mais de quatro mil pessoas em 2019

Foi iniciado também o primeiro curso de pós-graduação da instituição



Escola Judicial, em 2019, capacitou 4.032 alunos em cursos de extensão e formação continuada presencial e em Educação a Distância (EAD). Em consonância com as novas exigências da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), a escola iniciou intenso e diversificado processo de formação continuada e de formadores, com enfoque na formação humanística e multidisciplinar de seu quadro de magistrados e servidores professores, além de preconizar a eficiência da gestão judiciária de 1º. Grau de Jurisdição, meta do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça.

Foram realizados em média dez cursos de EAD com tutoria, além dos onze cursos auto-instrucionais disponíveis 24 horas na plataforma de Ensino a Distância, somando um total de 1.032 alunos entre magistrados e servidores.

A Escola Judicial deu início às atividades de pesquisa, que proporcionarão de forma interinstitucional a reflexão, os debates e o compartilhamento de saberes relacionados a diversos temas que interferem na prática jurídica e consequentemente na transformação social.

Destacam-se três observatórios: o de Justiça em Números; o da Infância e Juventude e o de Práticas Jurídico-Pedagógicas, todos pautados em macrodesafios do plano gestão estratégica do TJPA.

Nos eventos de extensão, foram utilizadas 194 horas aulas totais em 24 eventos de extensão concluídos com êxito.

Destacam-se a Aula Magna “Estado Democrático de Direito Agroambiental sob a Perspectiva da Amazônia”, com o professor Titular da UFPA Antônio José de Mattos Neto, e a palestra sobre os 30 anos da Constituição Estadual, ministrada pelo



ÉRIKA NUNES

Em setembro, a Escola Judicial iniciou o curso de pós-graduação em gestão de unidade judiciária, direcionado a magistrados e diretores de secretaria

emérito jurista Zeno Augusto Bastos Veloso.

Como ação de Responsabilidade Social foi implementado o Projeto Escola Judicial Cidadã, com o compartilhamento e produção de conhecimentos relevantes relacionados aos Direitos Humanos, através de palestras, oficinas e atividades realizadas por juízes e servidores do TJPA, na rede de escolas públicas estaduais e municipais.

Em setembro, com 50 matriculados, iniciou-se o primeiro curso de pós-graduação construído pela Escola Judicial e pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística do TJPA (DPGE), credenciado junto ao Conselho Estadual de Educação e à ENFAM, direcionado a magistrados e diretores de Secretaria das unidades judiciais, com o objetivo de aprimorar a gestão, nos aspectos quantitativos e qualitativos, com destaque para o registro, coleta e realização da baixa processual.

“

COMO AÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL FOI INSTITUÍDO O PROJETO ESCOLA JUDICIAL CIDADÃ, COM PALESTRAS, OFICINAS E ATIVIDADES REALIZADAS POR JUÍZES E SERVIDORES DO TJPA, NA REDE DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAISE MUNICIPAIS

”

Central garante celeridade, responsabilidade social e economia

Redução do consumo de papel traz ganhos também do ponto de vista ambiental



eleridade processual, responsabilidade social, compromisso ambiental e economia aos cofres públicos são algumas das vantagens proporcionadas pela Central de Digitalização do 1º Grau, cujas atividades são coordenadas pela Secretaria Judiciária.

Entre junho de 2018, quando foi criada, e novembro deste ano, a central digitalizou 26,4 mil processos, dos quais 20,3 mil apenas no ano de 2019: 11,5 mil processos que veiculam recursos cíveis a serem julgados pelo TJPA; 1,3 mil processos da Turma Recursal dos Juizados Especiais; 496 pro-

cessos do Grupo de Trabalho Meta 4; e 6,9 mil processos do Projeto SEEU.

Os dez servidores envolvidos na migração para o sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) recebem a ajuda de 15 reeducandos do Programa Começar de Novo, que trabalha a qualificação profissional e a ressocialização de pessoas submetidas à medida restritiva de liberdade – nos regimes aberto e semiaberto – e em gozo de livramento condicional.

O trabalho da central também atende ao compromisso do TJPA com a conservação dos re-



ÉRIKA NUNES

O presidente do TJPA, Des. Leonardo Tavares; a vice-presidente, Des. Célia Regina Pinheiro; e a coordenadora do Nupemec, Des. Dahil Paraense, durante visita ao Fórum Cível quando da instalação do PJe na Varas Cíveis

ursos naturais: os 26,4 mil processos migrados para o meio eletrônico correspondem a 5,5 mil folhas digitalizadas e a redução da compra de papel diminui o consumo de celulose e incrementa as condições de salubridade, pela utilização do PJe, a todos os integrantes do sistema de Justiça.

A economia de recursos alcança, aproximadamente, R\$ 1 milhão, considerando-se os valores cobrados por empresas terceirizadas para as atividades de digitalização e migração de processos para o meio eletrônico.

“

ENTRE JUNHO DE 2018, QUANDO FOI CRIADA, E NOVEMBRO DESTA ANO, A CENTRAL DIGITALIZOU 26,4 MIL PROCESSOS, DOS QUAIS 20,3 MIL APENAS NO ANO DE 2019

”

Cevid coordena enfrentamento e prevenção à violência doméstica

Uma das missões da coordenadoria é organizar a Semana da Justiça pela Paz em Casa



primorar a estrutura e as políticas de enfrentamento e prevenção à violência contra as mulheres, no âmbito do Poder Judiciário, é a missão da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid). Para melhorar a prestação jurisdicional nessa área, em 2019, a Cevid se instalou no Fórum Criminal da Capital com uma equipe formada por Coordenadora, Juíza Auxiliar e Analistas Judiciário, de Pedagogia e de Direito.

Em 2019, a Cevid organizou as 13ª, 14ª e 15ª Semana da Justiça Pela Paz em Casa, de 11 a 15 de

março, 19 a 23 de agosto e de 25 a 29 de novembro, respectivamente, conforme calendário do Conselho Nacional de Justiça.

Na 13ª edição, houve 164 audiências preliminares, 380 audiências de instrução e 79 audiências de acolhimento e justificação, além de 1.149 despachos e quatro sentenças com mérito em feminicídio.

Na 14ª edição, foram 176 audiências preliminares, 480 audiências de instrução e 100 audiências de acolhimento e justificação, além de 1.753 despachos e cinco sentenças com mérito em feminicídio.



Seminário "Violência contra a mulher na perspectiva de gênero para além do sistema Penal: Práticas Restaurativas e suas potencialidades" abriu a 13ª Semana da Justiça pela Paz em Casa, coordenada no Pará pela Cevid

ÉRIKA NUNES

“A COORDENADORIA ESTADUAL DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (CEVID) ESTÁ INSTALADA NO FÓRUM CRIMINAL DA CAPITAL, COM UMA EQUIPE FORMADA POR COORDENADORA, JUÍZA AUXILIAR E ANALISTAS JUDICIÁRIO, DE PEDAGOGIA E DE DIREITO

Ações na 13ª Semana da Justiça pela Paz em Casa

1. Certificação de 11 servidores e de seis pessoas da comunidade na 1ª Turma de Facilitadores Circulares em Violência Doméstica.
2. Promoção do seminário “Os desafios e potencialidades das Práticas Restaurativas na Violência Doméstica”, com Egberto de Almeida Penido, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Membro do Comitê da Justiça Restaurativa do CNJ, com cerca de 90 participantes.
3. Ações dos projetos de Justiça Restaurativa nas varas da capital e no município de Pacajá.
4. Projeto Judiciário na Escola mobiliza 60 alunos para palestra e visita guiada ao Fórum Criminal.
5. Projeto Mãos à Obra promove palestra sobre violência doméstica e feminicídio, no canteiro de obras do BRT Metropolitano, para 120 trabalhadores da Odebrecht Construtora, além de outras palestras em instituições paroquiais, universidades e unidades de saúde, envolvendo em torno de 250 pessoas.



ÉRIKA NUNES

Alunos da Escola Estadual General Gurjão visitam o Fórum Criminal, onde foram recepcionados pelo juiz Otávio Albuquerque, titular da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Ações da 14ª Edição da Semana Justiça pela Paz em Casa

1. Promoção do seminário “A Participação Feminina no Poder Judiciário Paraense”, no Fórum Criminal de Belém, para debater a realidade das mulheres no Judiciário e de que forma as situações de misoginia podem ser superadas em ambientes antes considerados estritamente masculinos. A presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), desembargadora Célia Regi-

na de Lima Pinheiro, também à frente da Cevid, e a presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8), desembargadora Pastora do Socorro Teixeira Leal, contaram suas experiências como magistradas que chegaram ao desembargo e, posteriormente, aos cargos de direção dos seus respectivos Tribunais.

2. Lançamento oficial, no Pará, do Formulário Nacional de Avaliação de Risco, criado pelo CNJ para subsidiar o trabalho dos magistrados na concessão de medidas protetivas de urgência contra os agressores.

Ações da 15ª Edição da Semana Justiça pela Paz

1. Lançamento da Campanha Estadual dos 16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra a mulher no Estado do Pará.
2. Promoção do Seminário de Integração da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher

para a criação conjunta de um protocolo de atendimento com mais de 25 instituições envolvidas.

3. Exposição de arte em um shopping de Belém, denominada de “Olhares sobre a mulher”
4. Projeto Mãos à Obra levou informação e orientação a aproximadamente 100 trabalhadores da Construção Civil; além de palestras em supermercados, escolas e círculos de construção de paz.

Parcerias asseguram maior alcance à proteção das vítimas

Em 2019, a Cevid conseguiu expandir para Mosqueiro e Icoaraci o Projeto SOS Mulher, acordo de cooperação técnica entre o TJPA e o Município de Belém para implantar projeto de Fiscalização

do cumprimento das medidas protetivas aplicadas em favor de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. O projeto utiliza o aplicativo SOS MULHER, disponibilizado em smartphone. O Projeto Patrulha Maria da Penha, em parceria com a

Cerca de quatro mil operários já participaram das palestras de prevenção à violência doméstica contra a mulher, no âmbito do projeto "Mãos à obra"

Secretaria de Segurança Pública, passou a ter caráter de programa, foi renovado em outubro de 2019 e teve sua abrangência ampliada para todo o Pará. O objetivo também é a fiscalização do cumprimento das medidas protetivas deferidas pelos juízes, por parte de policiais militares.

Outra parceria implantada foi o "Projeto Tem Saída Tapajós", inspirado no projeto "Tem Saída", de São Paulo, que dá apoio à autonomia financeira das mulheres em situação de violência doméstica, residentes no município de Santarém, por meio de sua inserção no mercado de trabalho.

RICARDO LIMA

OPERÁRIOS

O Projeto Mãos à Obra, convênio entre o TJPA e o Sindicato da Construção Civil (Sinduscon), terá sua vigência estendida até 2022. Em 2019, o projeto atingiu a marca de 4.100 trabalhadores que receberam informação sobre o enfrentamento à violência doméstica contra a mulher nos canteiros de obras.

O projeto Judiciário na Escola levou alunos das escolas públicas ao Fórum Criminal da Capital para participar de cines debates, palestras, visitas guiadas, além de ir até 10 escolas da capital e a aproximadamente 20 escolas dos municípios de Marabá, no sudeste do Estado, e Santarém, no oeste, totalizando aproximadamente 2,5 mil pessoas.

A Cevid também levou orientação e informações às mais diversas instituições, entre as quais a Marinha do Brasil (250 pessoas), a Secretaria de Saúde (150 pessoas), Abrigos de idosos (30 pessoas), oito localidades no bairro do Bengui, em parceria com o Projeto Palha, atingindo aproximadamente mil pessoas.

Foi intensificado também o apoio às Comarcas para o cumprimento da Meta 8 do CNJ e se iniciou a organização de um manual de rotinas administrativas para os feitos de violência doméstica.

Mulheres discutem participação no Judiciário sob a perspectiva de gênero

Diagnóstico aponta que a participação feminina em cargos de chefia, assessoramento e direção é de 54,5%, enquanto que a participação de magistradas representa 27%.



Comitê Deliberativo de Participação Feminina no Poder Judiciário paraense atende à Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, do CNJ. O objetivo do comitê é incentivar, mobilizar e monitorar ações que estimulem a participação feminina no âmbito institucional do Judiciário do Pará.

As ações estão alinhadas também ao Objetivo 5 de Desenvolvimento Sustentável (ODS 5) da Organização das Nações Unidas sobre igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres.

Entre julho e agosto, o comitê fez pesquisa interna sobre a participação feminina no Poder Judiciário do Pará, envolvendo magistradas e servidoras. O objetivo foi identificar possíveis casos de discriminação no ambiente de trabalho, por questões de raça, etnia ou orientação sexual, associadas ao gênero. A pesquisa possibilitou, também, espaço para sugestões.

Junto à Secretaria de Gestão de Pessoas, foi feito diagnóstico sobre a participação feminina no TJPA, com informações sobre o total de magistradas e servidoras, a distribuição de magistradas por instância e entrância, o quantitativo de magistra-

das e servidoras em cargos de chefia, direção e/ou assessoramento, bem como a faixa etária delas.

Constatou-se, com base na apuração de julho/2019, que aproximadamente 51% do total da força de trabalho do Tribunal é composta por mulheres. De um total de 5.455 servidores e magistrados, 2.790 são do sexo feminino. Dentre servidores, a participação feminina é de 52%, enquanto que dentre magistrados a participação é de 39% do sexo feminino. Os resultados da participação feminina em cargos de chefia, assessoramento e direção apontam que as servidoras ocupam 54,5% desses cargos, enquanto que a participação de magistradas representou 27%.

PARIDADE

A partir dos resultados da pesquisa e do diagnóstico sobre a Participação Feminina no Poder Judiciário Paraense, o comitê organizou rodas de conversas e seminários voltados à temática da mulher no Judiciário, bem como a criação de um Canal de Comunicação para receber denúncias sobre todos os tipos de discriminação

enfrentadas por magistradas e servidoras. O comitê deliberou, ainda, pela garantia de paridade de gênero nas bancas de concursos do Tribunal.

Todas as informações referentes às ações desenvolvidas podem ser obtidas na página web do Comitê Deliberativo, nos portais interno e externo do TJPA. Denúncias e demais manifestações podem ser feitas através do e-mail participacaoofeminina@tjpa.jus.br

O Comitê Deliberativo realizou, ainda, um Cine Debate com a exibição do documentário “A Juíza”, para fomentar e discutir a participação das mulheres no Judiciário, por meio de uma Roda de Conversa após a exibição do filme.

Aproveitando a programação da XIV Semana Justiça pela Paz em Casa, o Comitê Deliberativo abriu o evento com o Seminário “A Participação Feminina no Poder Judiciário Paraense”, com o objetivo de debater a realidade das mulheres no Judiciário paraense, sob a perspectiva de gênero. Discutiu-se de que forma as situações de misoginia podem ser superadas nesse e em outros ambientes, antes considerados estritamente masculinos.



ÉRIKA NUNES

Seminário “A Participação Feminina no Poder Judiciário Paraense”, uma das iniciativas de debate a respeito dos entraves enfrentados por magistradas e servidoras nos locais de trabalho

COMITÊ CRIOU UM CANAL DE COMUNICAÇÃO PARA RECEBER DENÚNCIAS SOBRE TODOS OS TIPOS DE DISCRIMINAÇÃO ENFRENTADAS POR MAGISTRADAS E SERVIDORAS. E DELIBEROU PELA GARANTIA DE PARIDADE DE GÊNERO NAS BANCAS DE CONCURSOS DO TRIBUNAL

Desembargadora supervisiona cinco dos 11 macrodesafios do Poder Judiciário

Garantia dos direitos de cidadania e aperfeiçoamento da justiça criminal são dois deles



Vice-Presidência do TJPA atua diretamente em ações relacionadas a cinco dos 11 macrodesafios do Plano Estratégico do Judiciário paraense para o período 2015-2020: garantia dos direitos de cidadania, celeridade e produtividade na prestação jurisdicional, gestão das demandas repetitivas e de grandes litigantes, aprimoramento da justiça criminal e melhoria da gestão de pessoas.

Coordenada pela Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, Vice-Presidente do TJPA, a Comissão de Ações Judiciais de Direitos Huma-

nos e Repercussão Social acompanha demandas judiciais de grande repercussão social, requisitando informações aos juízos competentes, quando demandada, e atuando junto a outras comissões de direitos humanos no âmbito do Legislativo e Executivo estadual, bem como à Defensoria Pública e ao Ministério Público do Pará, para criar um protocolo de atuação prévia ao deferimento e à execução de decisões judiciais de reintegração de posse de imóveis coletivamente invadidos, assim como políticas públicas destinadas a pessoas com deficiência.



RICARDO LIMA

Titular da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica, a Vice-Presidente do TJPA, Des. Célia Regina de Lima Pinheiro se reúne com representantes de instituições que integram a rede de proteção

CELERIDADE

A Vice-Presidência, na esfera de sua competência, acompanha o acervo processual do 2º grau e auxilia os gabinetes e secretarias a identificar processos que devem receber “baixa” e/ou atualização de movimentação nos sistemas de acompanhamento processual LIBRA e PJe.

Acompanha também, com a Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid), o Índice de Eficiência Judiciária (IE-JUD) das unidades de 1º grau com competência para processar e julgar causas de violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como do cumprimento da Meta 8 do Conselho Nacional de Justiça, orientando-as a respeito da necessidade de impulso à tramitação dos processos e à correta movimentação nos sistemas de acompanhamento processual LIBRA e PJe.

“

A VICE-PRESIDÊNCIA ACOMPANHA O ACERVO PROCESSUAL DO 2º GRAU E AUXILIA OS GABINETES E SECRETARIAS A IDENTIFICAR PROCESSOS QUE DEVEM RECEBER “BAIXA” E/OU ATUALIZAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO NOS SISTEMAS DE ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL LIBRA E PJE

”

DEMANDAS REPETITIVAS

A Vice-Presidência enviou à Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos proposta de resolução sobre critérios para identificar, processar e tratar demandas repetitivas e de grandes litigantes, bem como sobre a comunicação eletrônica de atos processuais e a criação do selo “Empresa Amiga da Justiça” e do Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas (Nupomede).

MULHERES

Na condição de titular da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid), a Vice-Presidente do TJPA, Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, instalou a estrutura física da Cevid no Fórum Criminal de Belém e deu início à estruturação funcional, composta por duas servidoras do quadro efetivo (uma analista judiciário/pedagogia e uma analista judiciário/direito). Proposta de ato normativo tramita na Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos deste Tribunal para estruturar a organização funcional da Cevid.

Tem atuado também para ampliar parcerias institucionais à prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, firmando convênios de cooperação técnica com a Universidade da Amazônia, para atender mulhe-

res e seus dependentes em situação de violência doméstica e familiar na área da saúde psíquica; com a Prefeitura de Belém, para uso de aplicativo denominado “SOS Mulher”, no auxílio à fiscalização do cumprimento de medidas protetivas em favor de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar; e com o Governo do Pará, para implantar a “Patrulha Maria da Penha” na fiscalização do cumprimento das medidas protetivas deferidas no âmbito do Estado.

GESTÃO DE PESSOAS

Como Presidente da Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos, a Desembargadora Célia Regina tem dado atenção especial a processos de melhoria das condições de trabalho de magistrados e servidores do Judiciário, entre os quais estão proposta de ajuste de gratificação de atividade externa dos oficiais de justiça; ajuste de remuneração de servidores; concurso de remoção de servidores; processo de ascensão ao TJPA e movimentação de juizes na carreira da magistratura; redefinição de competências e criação de unidades judiciárias em Belém, Xinguara e Tucuruí.

Foi instituído também, nesta gestão, o Comitê Deliberativo para incentivar, mobilizar e monitorar ações que ampliem a participação feminina no âmbito institucional do Poder Judiciário do Pará. O comitê tem promovido estudos para diagnosticar o volume de inserção de mulheres em atividades institucionais e propor ações de estímulo ao aumento dessa participação.

Produtividade

GAS ajuda a reduzir o acervo de processos no desembargo

Foram mais de 1,2 mil minutas de despachos, decisões monocráticas e acórdãos



o período de sete meses, entre março e outubro de 2019, o Grupo de Assessoramento e Suporte (GAS), coordenado pela Secretaria Judiciária, elaborou 1.299 minutas de despachos, decisões monocráticas e acórdãos, para atender a sete gabinetes de desembargadores com competência cível e à Turma Recursal dos Juizados Especiais, contribuindo para assegurar o direito fundamental à razoável duração do processo e à melhoria dos indicadores de produtividade do TJPA.

O GAS foi criado para reduzir o acervo de processos nos gabinetes dos desembargadores do TJPA. O grupo seleciona os feitos que possam ser solucionados de forma mais célere, por tratarem de matérias sobre as quais já há entendimento jurisprudencial consolidado. Isso incrementa o número de minutas de pronunciamento judicial submetidas aos respectivos relatores.

O GAS foi criado pela Portaria nº 5625/2018-GP de 9 de novembro de 2018, para o atendimento ao Macrodesafio 5, que se refere à gestão de demandas repetitivas e de grandes litigantes.

“**TRABALHO DE GRUPO NOS GABINETES DOS DESEMBARGADORES DO TJPA CONTRIBUIU PARA A CELERIDADE AO SELECIONAR PROCESSOS QUE POSSAM SER SOLUCIONADOS DE FORMA MAIS RÁPIDA, POR TRATAREM DE MATÉRIAS SOBRE AS QUAIS JÁ HÁ ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL CONSOLIDADO**”

Comissão de acessibilidade aumenta sua representação

Multidisciplinaridade amplia o leque de ações na elaboração de políticas institucionais



composição da Comissão

Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Judiciário do Pará foi alterada para assegurar amplitude das áreas de conhecimento na elaboração, planejamento e acompanhamento das políticas institucionais de acessibilidade e inclusão. O objetivo é alcançar a multidisciplinaridade exigida pelo CNJ, com a inclusão de outras áreas de conhecimento, além da representação de servidores e magistrados com deficiência.

A pluralidade de representação favorece o intercâmbio de experiências sobre ferramentas na área de tecnologia da informação e comunicação, cujas sugestões são encaminhadas para avaliações

das áreas técnicas.

A Comissão se reúne regularmente para discutir as pautas ordinárias e também convoca seus membros para pautas extraordinárias, publicando pautas e atas de reuniões no Portal da Transparência do TJPA, na internet, para o compartilhamento de ações e temas apresentados ao debate por servidores, magistrados, órgãos fiscalizadores, sociedade civil organizada e população.

Os representantes foram nomeados sem tempo determinado de investidura, o que favorece a continuidade das políticas institucionais do TJPA. Participação em evento nacional, para intercâmbio de boas práticas e ações sobre acessibilidade,



RICARDO LIMA

Treinamento promovido pela Comissão de acessibilidade trabalha, com servidores, as dificuldades que pessoas com deficiência enfrentam para ter acesso aos serviços públicos

incorporou novos horizontes de debates sobre as atribuições do órgão permanente e sugestões de ações e medidas de atuação no âmbito do Judiciário paraense.

A Comissão tem proposto e acompanhado ações institucionais do Plano de Gestão 2019-2021, entre os quais os procedimentos e resultados da revisão estrutural para melhorar as ferramentas de acessibilidade e inclusão do Portal do TJPA.

Na busca pelo aperfeiçoamento, os representantes da Comissão conheceram produtos da área de TI para verificar as ferramentas disponibilizadas no Portal do TJPA.

“ A PLURALIDADE DE REPRESENTAÇÃO FAVORECE O INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS SOBRE FERRAMENTAS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, CUJAS SUGESTÕES SÃO ENCAMINHADAS PARA AVALIAÇÕES ”

Coordenadoria Militar recolheu quase oito mil armas em 89 comarcas

Foram abertos mais 18 postos de segurança na capital e no interior com militares da reserva



De janeiro a novembro de 2019 foram recolhidas 3.790 armas de fogo e 4.208 armas brancas, em 89 comarcas. O objetivo foi reduzir os riscos de resgates de armamentos, por parte do crime organizado, garantindo segurança institucional a magistrados, servidores e jurisdicionados.

Foram convocados 112 policiais militares da reserva e criados 18 postos de segurança, 12 dos quais na capital e seis nas comarcas de Ananindeua, Marabá, Castanhal, Benevides, Altamira e Marituba.

A equipe de militares responsável pelo Circuito Interno de TV fez 41 visitas para inspecionar instalações na Região Metropolitana de Belém e 18 visitas nos fóruns do interior. Foram instalados 14 equipamentos de gravação de imagem e 97 câmeras de vigilância. Houve também 238 reparos a equipamentos danificados.

Até novembro, 194 solicitações de segurança de magistrado foram atendidas no interior do Estado, para assegurar que o juiz tome suas decisões sem o temor de ameaças à sua integridade, além de proporcionar maior sensação de segurança.

Comissão avaliou 71 ocorrências de segurança

A Comissão Permanente de Segurança Institucional (CPSI) foi institucionalizada e incluída no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Pará, nos artigos 54 a 58.



ÉRIKA NUNES

O secretário estadual de Segurança Pública e Defesa Social, Delegado Uálame Machado, participa de reunião do Grupo de Trabalho constituído no âmbito do TJPA para tratar da questão do recolhimento de armas nos fóruns do Pará

Em 2019, a CPSI recebeu 71 ocorrências ligadas à segurança e promoveu, até outubro, sete reuniões ordinárias para deliberar sobre pedidos de proteção a magistrados e servidores e outros assuntos relativo à segurança. A CPSI garante escolta a 13 magistrados sob ameaça por causa do exercício de sua atividade judicante.

A CPSI tem apresentado também à atual gestão diretiva do Judiciário as demandas de conservação e manutenção da segurança dos prédios dos fóruns das comarcas do interior, com a recomendação de manutenção das cercas concertinas, sensores de incêndio e presença de pessoas, arcos detectores de metais, dentre outros.

Em conjunto com a Coordenadoria Militar do TJPA, a CPSI fez três viagens institucionais para elaborar diagnóstico da segurança nos fóruns das Comarcas do Interior.

“

ATÉ NOVEMBRO, 194 SOLICITAÇÕES DE SEGURANÇA DE MAGISTRADO FORAM ATENDIDAS NO INTERIOR DO ESTADO, PARA ASSEGURAR QUE O JUIZ TOME SUAS DECISÕES SEM O TEMOR DE AMEAÇAS À SUA INTEGRIDADE, ALÉM DE PROPORCIONAR MAIOR SENSÇÃO DE SEGURANÇA

”

Novas mídias pontuam avanços na comunicação

Produtos estão alinhados à estratégia definida pela missão e pelos objetivos do Judiciário



Comunicação do Poder Judiciário no Pará avançou na consolidação das ferramentas que já utilizava e na ampliação de novos canais com o público interno e externo. O número de matérias publicadas nos jornais e portais de notícias cresceu em cerca de 10% em relação ao ano anterior, especialmente pela conquista do Espaço Judiciário, no jornal O Liberal. A presença do TJPA nas redes sociais também foi revigorada com a criação da Lista de Transmissão para vídeos digitais via whatsapp e com o crescimento do nú-

mero de seguidores em todos os perfis do Judiciário paraense. A Web Rádio Jus, que também elevou o índice de aproveitamento de suas matérias pelas rádios abertas, produziu os programas pilotos para o “Papo Justo”, o podcast do Tribunal de Justiça do Pará, que será disponibilizado no playlist da rádio em janeiro de 2020.

Em 2019, O Departamento de Comunicação do TJPA preparou as bases para ir além, com novos produtos definidos por uma estratégia alinhada com a missão e os objetivos do Judiciário.

ASSESSORIA DE IMPRENSA

No ano de 2019, foram publicadas 3.698 matérias sobre o TJPA.



RICARDO LIMA

O Des. Leonardo Tavares, Presidente do TJPA, com a coordenadora do Cerimonial, Nadime Dahás, durante solenidade de outorga de medalhas no prédio-sede do TJPA

PORTAL DO TJPA

Notícias e fotos publicadas no Portal **1.471**

REDES SOCIAIS

Campanhas educativas, serviços etc, no Facebook, Instagram, Youtube, Flickr e vídeos digitais em listas de transmissão no Whatsapp

Facebook

 Seguidores **15.203**
Alcance de pessoas **989.658**

Instagram

 Seguidores **12.119**
Interação **20 mil**

Twitter

 Seguidores **1.314**
Visualizações dos tweets **100 mil**

“

PRESENÇA DO TJPA NAS REDES SOCIAIS FOI REVIGORADA COM A CRIAÇÃO DA LISTA DE TRANSMISSÃO PARA VÍDEOS DIGITAIS VIA WHATSAPP E COM O CRESCIMENTO DO NÚMERO DE SEGUIDORES EM TODOS OS PERFIS DO JUDICIÁRIO PARAENSE

”

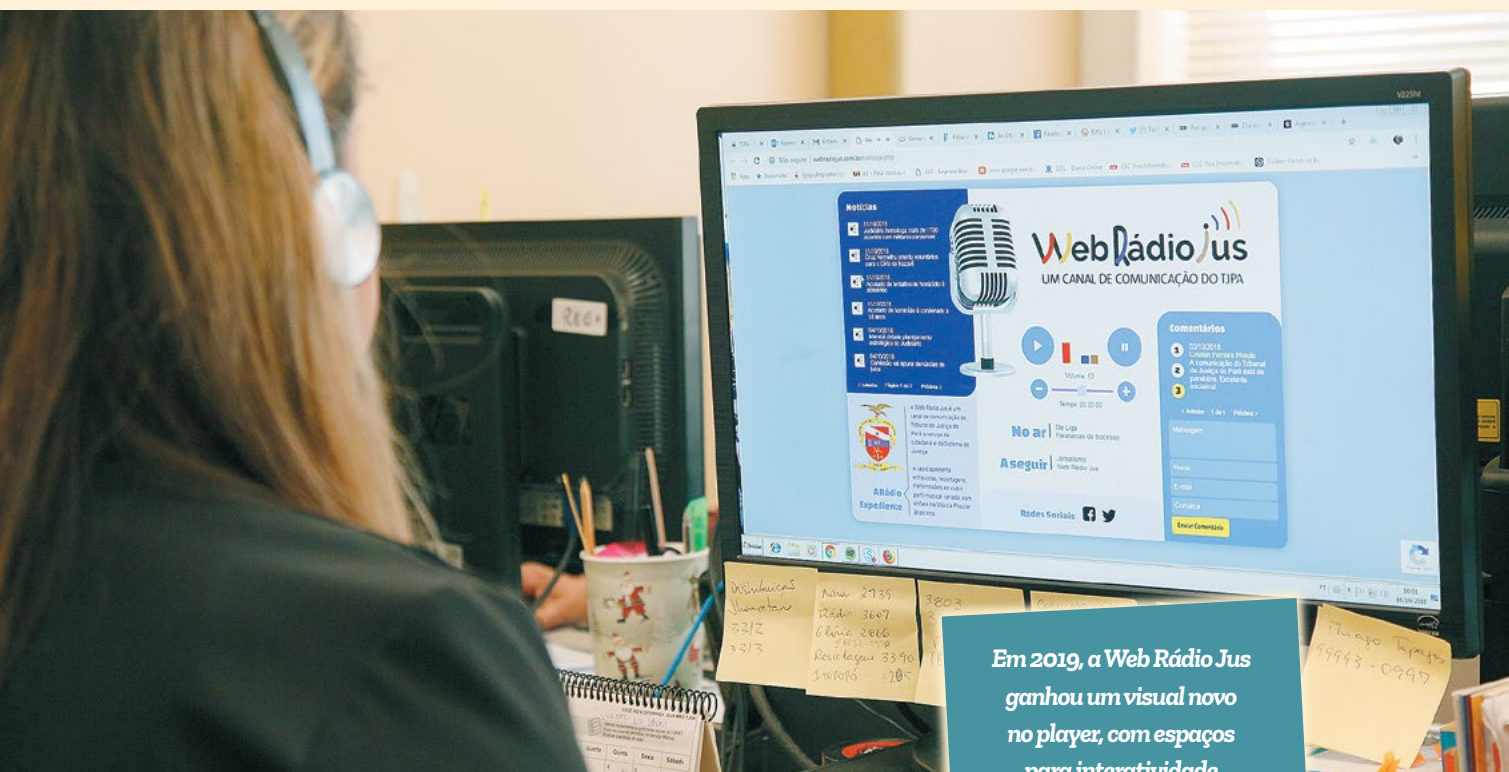
WEB RÁDIO

Matérias produzidas pela Web Rádio Jus e distribuídas a rádios de todo o país por meio da Agência Rádio Web

Reportagens e notas **380**

Acesso e aproveitamentos por outras rádios (comerciais, comunitárias e educativas) **24.394**

RICARDO LIMA



Em 2019, a Web Rádio Jus ganhou um visual novo no player, com espaços para interatividade através de mensagens e também opções de compartilhamento de notícias pelas redes sociais

Cerimonial cuida da imagem institucional do Judiciário

A Coordenadoria de Cerimonial e Relações Públicas do TJPA, vinculada ao Departamento de Comunicação, cuida dos eventos institucionais do Judiciário, emite telegramas e e-mails institucionais a magistrados e servidores e congratulações a autoridades em geral, além de convites para eventos. Atua também nas produções gráficas em geral.

Em 2019, destacaram-se as cerimônias de outorga do Mérito Judiciário do Pará, maior comenda concedida a personalidades e instituições pelo TJPA, em agosto e dezembro. Houve

também os encontros regionais, entre os meses de agosto e setembro, nas cidades de Belém, Santarém e Marabá.

Durante as celebrações dos 192 anos da instalação dos cursos jurídicos no Brasil, houve o evento denominado “Três Palestras de Excelência”, em 8 de agosto, no Teatro do Sesi, em Belém, proferidas pelo ministro do Supremo Tribunal Federal entre os anos de 2004 e 2010, Eros Grau; pelo presidente do Superior Tribunal Militar, ministro Marcus Vinícius Oliveira dos Santos; e pelo professor e

MÍDIA INDOOR -TVER

Exibição de vídeos de interesse público em cerca de 200 monitores da empresa TVER, instalados em shoppings, academias, livrarias.

Produção de **200 vídeos**



Mídia Indoor da TVER exibe material informativo produzido no âmbito do TJPA em 200 pontos distribuídos em locais de grande fluxo de pessoas em toda a capital

jurista Zeno Veloso.

A Coordenaria de Cerimonial também trabalhou com a Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar na programação do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março; na comemoração à Lei Maria da Penha, em agosto; e nos “16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra a Mulher”, em novembro.

O Cerimonial deu suporte à XIV Semana Nacional da Conciliação, entre os dias 4 e 8 de novembro, e auxiliou as cerimônias de casamentos comunitários e na instalação de unidades do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus) em várias regiões do Pará, sob a coordenação do Núcleo de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec).

CÍRIO

Em outubro, pelo quarto ano consecutivo, houve o Projeto “Acolhimento aos Romeiros”, ação social que garante atendimento a romeiros e visitantes que chegam a Belém de outras regiões do Estado caminhando para o Círio de Nazaré. Em 2019, foram 3.836 atendimentos nos postos de Belém e Ananindeua.

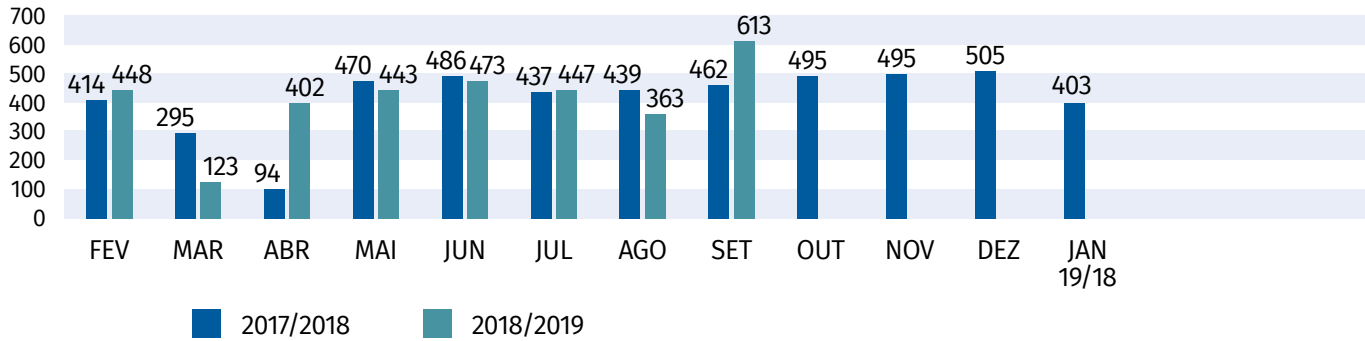
Estudantes do Curso de Direito de diversas faculdades foram atendidos em visita guiada, conhecendo o funcionamento e as instalações do prédio-sede.

A pedido da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral, esta Coordenadoria organizou e executou as etapas da programação alusiva aos 100% Biometria no Estado do Pará.

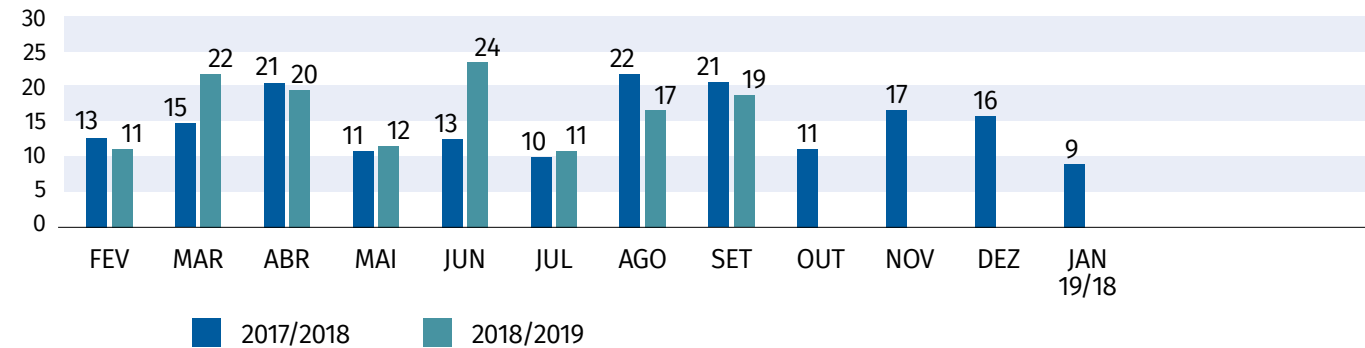
A redução do número de e-mails e telegramas, observada a partir de outubro, no período entre os anos de 2018 e 2019, se deve à utilização de outros meios eletrônicos para o envio das respectivas mensagens.

TELEGRAMAS/E-MAILS - BIÊNIO 2017-2019

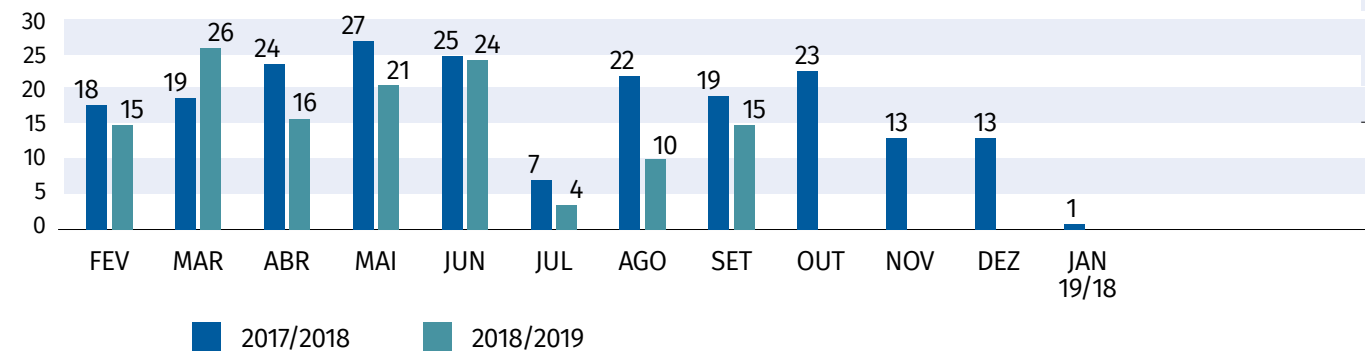
Aniversário de magistrados e servidores, Congratulações de posse, gerais



PRODUÇÕES GRÁFICAS - BIÊNIO 2017-2019

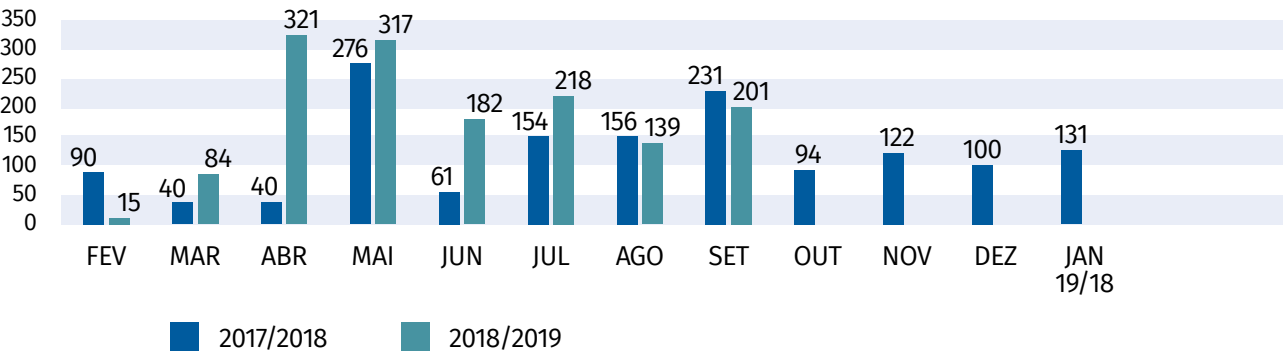


EVENTOS - BIÊNIO 2017-2019



CONVITES - BIÊNIO 2017-2019

Entrega e agradecimentos



Central fornece subsídios ao trabalho de magistrados

Apoio técnico, jurídico, operacional e administrativo e, sempre que solicitado, pesquisas de doutrina, jurisprudência, atos normativos internos, para fornecer subsídios ao desempenho das funções jurisdicionais dos magistrados.

Essas são as principais atribuições da Central de Comunicação Interna e Apoio à Magistratura

(CCIAM), que gerencia também os sistemas de terceiros - Bacenjud, Infoseg, Infojud, Renajud, entre outros.

A Central atualiza a área dos magistrados no Portal do Tribunal de Justiça do Pará, onde estão incluídos os serviços prestados, as pesquisas mais relevantes solicitadas, o Banco de Boas Práticas e o Banco de Sentenças.

ATENDIMENTOS

SISTEMAS	ANO 2019 (2)
BACENJUD	543
INFOJUD	130
INFOSEG	151
RENAJUD	270
OUTROS(1)	141
TOTAL	1.235

FONTE: CENTRAL DE COMUNICAÇÃO INTERNA E APOIO A MAGISTRATURA - CCIAM

(1) INFORMAÇÃO SOLICITADA DE OUTROS SISTEMAS;

(2) DADOS COLETADOS ATÉ 17.10.2019.

PESQUISAS E CONSULTAS

PESQUISAS E CONSULTAS	TELEFONE/EMAIL 2019 (2)
JURÍDICAS	143
ADMINISTRATIVAS	481
JURIDICO-ADMINISTRATIVAS	130
DIVERSOS (1)	110
TOTAL	864

FONTE: CENTRAL DE COMUNICAÇÃO INTERNA E APOIO A MAGISTRATURA - CCIAM

(1) INFORMAÇÕES DE OFÍCIOS CIRCULARES, ABERTURAS DE CHAMADOS TÉCNICOS PARA MAGISTRADOS, ENCAMINHAMENTO DE LISTA DE ANTIGUIDADE ETC, LOTACIONOGRAMA E ETC;

(2) DADOS COLETADOS ATÉ 17.10.2019.

Expediente

Coordenação e supervisão editorial
Departamento de Comunicação
Linomar Bahia – diretor

Coordenadoria de Imprensa
João Vital – coordenador

Marinalda Ribeiro – sub-coordenadora

Edição e texto final
Edir Gaya

Edição de arte
Airton Nascimento

Revisão
Lais Zumero

Coordenação técnica
Departamento de Planejamento, Gestão
e Estatística - DPGE
Jonelson Magno Dias - diretor
Luciana da Costa Souza
Lorena Magalhães Freire da Silva
Jéssica de Bosi e Araújo

Coordenadoria de Gestão Estratégica
Valéria Athayde Fontelles de Lima - coordenadora
Luciana Sá Fernandes
Luciana Vieira de Souza Caliar
David Borges Reis e Silva
Neliane das Graças Pereira Colares
Alcimar Martins Júnior
Karla Azevedo Cebolão

